



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

IRENE MBULU MULI

A Fraternidade faz a força

Contributos para a lecionação da Unidade Letiva “Construir a Fraternidade” do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica do 5º ano do Ensino Básico

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Prof.^a Doutora Maria Isabel Pereira Varanda**

**Braga
2018**

AGRADECIMENTOS

*A gratidão é uma forma singular de reconhecimento, e o reconhecimento é uma forma sincera de gratidão*¹.

A Deus devo toda a gratidão porque sem Ele nada do que aqui apresento seria possível.

À minha Congregação das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado por me proporcionar este tempo de formação.

Um Profundíssimo agradecimento a duas grandes mulheres que foram as “colunas angulares” na elaboração deste Relatório: A Doutora Maria Isabel Pereira Varanda e a Dr.^a Maria José Antunes Dias Rodrigues.

Estendo esta mesma gratidão a todos os docentes, colegas e funcionários da Faculdade de Teologia de Braga, por terem contribuído para o meu crescimento ao longo destes cinco anos.

Dirijo também uma palavra de gratidão à Escola Básica 2,3 Dr. Francisco Sanches por me permitir aceder à sua privacidade. O carinho demonstrado pelos docentes e funcionários foi um exemplo de fraternidade autêntica.

Não me esqueço de agradecer aos alunos do 5º1- sois pequenos, mas sois bons mestres “de fraternidade”. Convosco aprendi muitas coisas que vão ficar *Ad eternum*

A todos os homens e mulheres de boa vontade que direta ou indiretamente contribuíram para que este Relatório tomasse um corpo.

*A todos e a todas uma só palavra: **OBRIGADA!***

¹ Alan Vaszatte, “Pensador”, acedido a 1 de maio, 2018, <https://www.pensador.com/frase/NTU2NTQz/>.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	2
NOTA DE ABERTURA	5
RESUMO.....	6
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	8
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: A IDENTIDADE RELACIONAL DO SER HUMANO	15
1. A relação com o outro: pilar para a construção da identidade.....	16
<i>1.1. O outro na perspectiva de Emmanuel Levinas</i>	<i>19</i>
<i>1.2. Eu e o outro segundo Paul Ricoeur</i>	<i>22</i>
2. Alguns contextos de aprendizagem para a relação com o outro	25
2.1. A Família.....	27
2.2. A Escola.....	30
3. Como fomentar a cultura do encontro?	32
3.1. O diálogo.....	33
3.2. A abertura ao valor da alteridade.....	35
3.3. A compaixão.....	36
Síntese	37
CAPÍTULO II- FRATERNIDADE: UM IDEAL CRISTÃO?	40
1. O conceito de fraternidade: origem e significado	40
2. A fraternidade, dom de Deus como responsabilidade humana.....	46
3. A fraternidade nos documentos do Magistério da Igreja	53
3.1. <i>A fraternidade no Concílio Vaticano II.....</i>	<i>54</i>
3.2. <i>A fraternidade na perspectiva dos dois últimos Papas: Bento XVI e Francisco</i>	<i>57</i>
3.2.1. A Carta Encíclica <i>Caritas in Veritate</i> de Bento XVI (29 de junho de 2009).....	57
3.2.2. A fraternidade em Papa Francisco.....	60
Síntese	63

CAPÍTULO III: CONTEXTUALIZAÇÃO DA DISCIPLINA E PRÁTICA LETIVA DA	
UNIDADE LETIVA - “CONSTRUIR A FRATERNIDADE” DO	
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA.....	
	67
1. O lugar da Educação Moral e Religiosa Católica na Educação.....	68
2. O Contexto de intervenção: Escola de Ensino Básico 2,3 Dr. Francisco Sanches.....	78
3. Caracterização do micro-contexto	80
3.1. <i>A turma de intervenção</i>	<i>81</i>
3.2. <i>A Sala de aula</i>	<i>84</i>
4. Contextualização programática da Unidade Letiva “Construir a Fraternidade”.....	84
5. Planificação das aulas.....	89
5.1. <i>Aula nº 1: Introdução à Unidade Letiva 4 - «Construir a Fraternidade»: Definição da palavra fraternidade e o seu alcance social e religioso.....</i>	<i>92</i>
5.2. <i>Aula nº 2: Razões para sermos fraternos: Razão científica, humanista e ecológica.....</i>	<i>98</i>
5.3. <i>Aula nº 3: A perspetiva cristã de fraternidade.....</i>	<i>103</i>
5.4. <i>Aula nº 4: As fragilidades e ameaças à fraternidade.....</i>	<i>109</i>
5.5. <i>Aula nº 5: O perdão: Uma forma de viver a fraternidade</i>	<i>114</i>
5.6. <i>Aula nº 6: A fraternidade faz a força: Compromisso com a construção de um mundo fraterno</i>	<i>119</i>
6. Avaliação da prática letiva	125
Síntese	136
CONCLUSÃO.....	139
BIBLIOGRAFIA	144
ANEXOS.....	153

NOTA DE ABERTURA

Nada do que sabemos é totalmente nosso!

Era uma vez um pai que tinha sete filhos. Estando ele quase a morrer, chamou-os todos sete e disse-lhes: “Filhos, já sei que não posso durar muito; mas antes de morrer, quero que cada um de vós me vá buscar um vime seco, e mo traga aqui”. (...) saíram os sete filhos e passado pouco tempo voltaram, trazendo cada um seu vime seco. O pai pegou no vime do filho mais velho e entregando-o ao mais novo pediu-lhe para que o partisse, e este partiu-o sem lhe custar nada. Fez o mesmo com os outros vimes, conforme o pai lhos ia entregando. Tendo partido todos, o pai pediu, novamente, aos filhos para irem trazer cada um, outro vime. Os filhos tornaram a sair e daí a pouco estavam de volta, cada um com seu vime. O pai pegou nos sete vimes e fez um feixe, atando-o com um vincelho. Depois entregou o feixe ao filho mais velho para o partir. O filho empregou toda a sua força, mas não foi capaz de o partir. (...) o pai pediu aos outros filhos para experimentarem e, nenhum deles foi capaz de o partir, nem todos juntos.

Então, o pai tomou a palavra e disse-lhes: ‘Meus filhos, o mais pequeno de vós partiu sem lhe custar nada todos os vimes, enquanto os partiu um por um; e o mais velho de vós não foi capaz de parti-los todos juntos; nem vós, todos juntos, fostes capazes de partir o feixe. Pois bem, (...) enquanto vós todos estiverdes unidos, como irmãos que sois, ninguém zombará de vós, nem vos fará mal, ou vencerá. Mas logo que vos separeis, ou reine entre vós a desunião, facilmente sereis vencidos’.

O pai acabou de dizer isto e morreu, e os filhos foram muito felizes, porque viveram sempre em boa irmandade ajudando-se sempre uns aos outros; e como não houve forças que os desunissem, também nunca houve forças que os vencessem.²

² “Parábola dos sete vimes” texto inspirador do título deste Relatório. Cf. Trindade Coelho, *Os meus amores* (Coleção biblioteca Ulisseia de autores portugueses, 1994), 263-264.

RESUMO

Por entre os ritmos e as transformações da sociedade contemporânea, urge a necessidade de educar para a fraternidade enquanto característica inerente ao ser humano, sendo este essencialmente relacional. Podemos dizer que só através de uma educação que promove a unidade na diversidade, poderá abrir caminhos para a formação de homens e mulheres que priorizem relações humanas fraternas, numa dimensão de ver o outro como igual, tratando-o com dignidade e respeito, no reconhecimento da sua importância para a própria existência.

O fenómeno da globalização acarreta consigo novas formas de perceber e vivenciar os valores e constitui um desafio para a sociedade e para a educação, mormente para a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, enquanto assume um papel importante no processo de construção de fraternidade no contexto escolar. Exige-se, então, uma reflexão sobre o modo de se relacionar uns com os outros com vista a construção de uma sociedade verdadeiramente humana.

O presente trabalho, tendo como título “A fraternidade faz a força” visa refletir sobre a relação interpessoal e a fraternidade, sendo que, a primeira é elemento necessário para a implementação da segunda. A partir desta reflexão identificam-se subsídios para o tema “Construir a Fraternidade” do Programa Nacional da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

Este estudo tem como objetivo principal mostrar a importância da vivência fraterna para a implantação de uma cultura de inclusão, onde são reconhecidos a dignidade e os direitos fundamentais de todos os seres humanos, sem exceção.

Palavras-chave: Fraternidade, Relação, Outro, Alteridade, Identidade, Irmão, Responsabilidade.

ABSTRACT

Amid the rhythms and transformations of the contemporary society, there is the urgent need to educate the human being on importance of the fraternity as an inherent characteristic in human nature. We can affirm that, it is only through an educational system that promotes unity in diversity, that can open the way for the formation of men and women who prioritize fraternal human relations in a dimension of seeing and treating the other as an equal being with a right to human fundamental rights, dignity and respect.

The phenomenon of globalization entails new ways of understanding and experiencing the values. As a result, it constitutes a great challenge for the society and for the education, especially for the Catholic Moral and Religious Education subject, for it plays a fundamental role in the process of building fraternity in the school context. In respect to this, it is necessary to reflect on how each one must relate with one another in order to build a true human society.

This work, entitled "Fraternity is Strength" aims at reflecting on the interpersonal relationship and fraternity, knowing that the first is a necessary element for the implementation of the second. This research therefore, tends to make a positive contribution to the theme: "Building the Fraternity" of the National Program of the Catholic Moral and Religious Education. It also aims at showing the importance of fraternal living way for the implantation of a culture of inclusion, where the dignity and fundamental rights of all human beings are recognized and valued without exception.

Keywords: Fraternity, Relationship, Other, Difference, Identity, Brother, Responsibility.

ABREVIATURAS E SIGLAS

Livros da Sagrada Escritura

Gn	Livro do Génesis
Sir	Livro de Ben Sirá
Lc	Evangelho de São Lucas
Mt	Evangelho de São Mateus
Mc	Evangelho de São Marcos
Cl	Carta aos Colossenses
Rm	Carta aos Romanos
1 Jo	Primeira carta de São João
Js	Livro de Josué
Lv	Livro do Levítico
Jo	Evangelho de São João
At	Livro dos Atos dos Apóstolos
Tg	Carta de Tiago
1 Cor	Primeira carta aos Coríntios

Documentos do Magistério da Igreja

RH	Encíclica <i>Redemptor Hominis</i>
LF	Encíclica <i>Lumen Fidei</i>
CV	Encíclica <i>Caritas in Veritate</i>
EG	Exort. Apost. <i>Evangelii Gaudium</i>
AL	Exort. Apost. <i>Amoris Laetitia</i>
GS	Const. Pastoral <i>Gaudium et Spes</i>

FC	Exort. Apost. <i>Familiaris Consortio</i>
GE	Declaração <i>Gravissimum Educationis</i>
ES	Encíclica <i>Ecclesiam Suam</i>
GE	Exort. Apost. <i>Gaudete et Exsultate</i>
EV	Encíclica <i>Evangelium Vitae</i>
LS	Encíclica <i>Laudato Si</i>
LG	Const. Dogmática <i>Lumen Gentium</i>
NA	Declaração <i>Nostra Aetate</i>
PP	Encíclica <i>Populorum Progressio</i>
CIC	<i>Codex Iuris Canonici</i> (Código do Direito Canónico)
CD	Decreto <i>Christus Dominus</i>
AAS	<i>Acta Apostolicae Sedis</i> (Atas da Sede Apostólica)
CEP	Conferência Episcopal Portuguesa

De carácter geral

PES	Prática de Ensino Supervisionada
EMRC	Educação Moral e Religiosa Católica
<i>Ibidem</i>	Na mesma obra, no mesmo lugar
Cf	Conferir, consultar
<i>In</i>	Em
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
<i>Et al</i>	E outros
Pp	Papa

Dr	Doutor
EB	Escola Básica
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FSNEC	Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã
ME	Ministério de Educação
UL	Unidade Letiva
SNEC	Secretariado Nacional da Educação Cristã
Doc.	Documento

INTRODUÇÃO

Ame e cuide....Só cuida quem ama...só ama quem conhece e só conhece quem experimenta³.

Atualmente, vivemos numa época de rápidas e inauditas transformações. De facto, muitos defendem que em nenhuma época da humanidade foi como os tempos hodiernos. Não é novidade dizer que, o desenvolvimento científico e tecnológico invadiu a sociedade e possibilitou avanços nunca antes imaginados nos vários âmbitos da vida, nomeadamente, no âmbito das relações entre os povos, das comunicações, do bem-estar social, da saúde, entre outros. Hoje vive-se na era da virtualidade e, todos ou quase todos - desde crianças a idosos estão habituados a trabalhar com os instrumentos comunicativos, “inovadores” da vida humana. Por isso, se antes, o entrar em contacto uns com os outros, a partilha de ideias e de conhecimentos, o estar a par dos acontecimentos, era um processo demorado, hoje estamos constantemente conectados através de vários “canais”.

Neste quadro da nossa realidade, também temos “outra margem”. Na verdade, nos dias que correm, o nosso tempo caracteriza-se como uma época de incerteza, de fragmentação, de desconstruções, de descentralizações, de vazio, da indiferença, do individualismo, do consumismo, etc. Parece que pouco a pouco aquilo que é característica principal do ser humano vai perdendo sentido e este vai desumanizando-se gradualmente. Ou seja, o Homem da sociedade atual parece ter medo dos outros - tem medo de comprometer-se com os outros, de inserir-se no grupo com a qual seja identificado, tudo relativiza, tudo quer que gire à sua volta, apresenta-se pouco preocupado com a situação dos outros. Esta situação agrava-se quando se trata de se relacionar com outro diferente de si pela sua raça, cor, cultura ou outra condição social. Portanto, apesar de todos os avanços, verifica-se uma perda de sentido, perda de identidade e conseqüente construção de novas identidades sem raízes profundas. Assim, se

³ Esta expressão, designamo-la como o “eco da PES” porque foi constantemente proferida pela orientadora científica Dr^a Isabel Varanda ao longo das sessões do acompanhamento da Prática de Ensino Supervisionada e está transversal em todo este trabalho.

levantam questões pertinentes: Haverá fraternidade sem o reconhecimento do outro? Numa cultura volátil, será que o estilo de vida que vivemos possibilita relações humanas autênticas? As novas modalidades de relacionamento, até que ponto podem ajudar na construção de um mundo verdadeiramente fraterno? De que modo a família e a escola podem contribuir para a vivência fraterna, para que não haja discriminação de pessoas devido à sua raça, cor, religião ou condição social? O que diz a Igreja sobre a fraternidade? Que lugar ocupa a Educação Moral e Religiosa Católica na educação para a fraternidade?

Com efeito, a vivência da fraternidade constitui um desafio cotidiano e indeterminável para todos nós, sobretudo na nossa sociedade globalizada. Por isso, é preciso descobrir a importância dos laços de afetividade que se estabelecem com o outro, é crucial inculcar em todos a consciência da responsabilidade interpessoal, para que cada um seja sensível perante o outro, saiba acolhê-lo e, todos possam participar na construção de uma sociedade, justa, pacífica, solidária e sobretudo fraterna, na qual todos se considerem como iguais, cada um adotando, nos seus trilhos da vida, atitudes de abertura e de encontro com o outro que faz parte da mesma família humana.

Para que isso se concretize, precisamos de ultrapassar a mera ideia de conexão, para entrar na lógica de interação, visto que na conexão o outro é para nós uma coisa, enquanto na interação o outro passa a ser um “alter” e a nossa relação com ele é de um “eu” com um “tu” – eu sou para ti e tu és para mim.

O presente Relatório da Prática de Ensino Supervisionada insere-se no âmbito do Mestrado em Ciências Religiosas, área de especialização em ensino de Educação Moral e Religiosa Católica e, à luz dos questionamentos acima colocados, tem como objetivo principal refletir sobre a importância da vivência fraterna sobretudo na sociedade contemporânea, incidindo sobre o modo como o ser humano deve interagir com os outros com vista a construção de um mundo onde há lugar para todos.

Ao nível estrutural e metodológico, este Relatório está estruturado em duas grandes partes: a primeira, constituída por dois capítulos, é uma reflexão de caráter mormente filosófico, ético e bíblico-teológico, ao passo que, a segunda, constituída por um capítulo, inserindo-se no contexto de educação, é de natureza pedagógica-didática.

O primeiro capítulo levar-nos-á, então, a centralizar a nossa atenção sobre a identidade relacional do ser humano. Para isso, propomo-nos refletir sobre a necessidade que o ser humano tem de se relacionar com o outro, para a construção da própria identidade, porque só assim consegue realizar em plenitude a sua humanidade. Como forma de dar consistência à nossa pesquisa, “delinearemos” alguns dos pontos fulcrais do pensamento de Emmanuel Levinas e Paul Ricoeur, acerca de como eles concebem a relação que os seres humanos estabelecem uns com os outros e com o mundo. Relanceamos também o nosso estudo sobre a família e a escola, para perceber de que modo estes contextos educativos contribuem na e para a aprendizagem da relação interpessoal. Finalizaremos este capítulo, “esboçando” alguns aspetos sobre o modo como se pode fomentar uma cultura do encontro.

A partir deste enquadramento far-se-á a abordagem teórica do segundo capítulo, que é o “coração” deste Relatório e cujo enfoque recai na fraternidade. Ao longo do capítulo, pretendemos problematizar o conceito de fraternidade. Assim, num primeiro momento será feita uma análise sobre a origem e o significado do termo, procurando perceber como é que a fraternidade foi compreendida e vivida ao longo da história. De seguida, apresentaremos a fraternidade como dom divino e ao mesmo tempo responsabilidade humana. Para arrematar o capítulo, serão expostas algumas sugestões do Magistério da Igreja Católica sobre a fraternidade, tendo como protótipos, o Concílio Vaticano II e as perspetivas dos dois últimos Sumo Pontífices.

No terceiro e último capítulo, faremos a contextualização da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica que é basilar para o desenvolvimento de relações autênticas em vista da fraternidade no ambiente escolar. Com vista a justificar o papel e a importância da

disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica no sistema de ensino e educação, inicia-se o capítulo com um estudo focado na educação em geral, para depois referir o lugar que a disciplina em análise ocupa nesse contexto e, sublinhar a sua importância na construção da fraternidade e o papel que o professor nesse campo de ação desempenha na promoção da fraternidade. Posteriormente, é feita a caracterização do Agrupamento em geral, e da escola de intervenção em particular; a descrição do micro-contexto e a contextualização da Unidade Letiva “Construir a Fraternidade” do Programa da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

A concretização de toda a nossa análise será levada a cabo através da Prática de Ensino Supervisionada por meio da qual desenvolveremos uma proposta de lecionação da Unidade Letiva supramencionada. No seu desenrolamento procuraremos corresponder às exigências próprias da PES assim como respeitaremos as propostas curriculares da disciplina de EMRC para o 5º ano de escolaridade.

No fundo, este trabalho, na sua singeleza, pretende refletir sobre um tema complexo e abrangente: a fraternidade aliada à identidade relacional do ser humano, porque no nosso parecer “não há fraternidade sem o reconhecimento do outro” e a sua construção é uma tarefa que diz respeito a todos - crianças a idosos, pobres e ricos, dirigentes políticos e eclesiásticos, etc. E, para tal, requer pessoas capazes de novas atitudes, promissoras de uma melhoria da nossa geração e das gerações vindouras.

Assim, esperamos poder dar um pequeno contributo sobre este assunto e estimular a reflexão sobre um tema que tem grande pertinência nos nossos dias, numa sociedade que cada vez mais é marcada pelo individualismo e indiferença alheia.

Este Relatório utiliza a norma de citação conforme o Manual de Estilo Chicago, na 16ª edição, em versão “full note” ou nota completa.

CAPÍTULO I: A IDENTIDADE RELACIONAL DO SER HUMANO

“A afirmação da própria identidade forja-se no confronto com a alteridade; o rosto do outro faz com que tenhamos consciência das peculiaridades do nosso próprio rosto”⁴.

Por natureza, o ser humano é um ser em relação e o seu desenvolvimento só se entende tendo em conta a sua dimensão relacional. A este respeito, o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, refere que a pessoa não pode jamais ser pensada unicamente como absoluta individualidade, edificada por si mesma ou sobre si mesma, como se as suas características próprias não dependessem senão de si mesma.⁵ Na verdade, Já anteriormente o filósofo Aristóteles havia dito que “o homem é, por natureza, um animal social”⁶. Do mesmo modo, se “lançarmos o nosso olhar mais longe”, descobrimos que esta verdade está fundamentada na Sagrada Escritura: “O Senhor Deus disse: «Não é conveniente que o homem esteja só; vou dar-lhe uma auxiliar semelhante a ele» ” (Gn 2,18). Esta passagem bíblica, na sua essência, é mote para entender que o caráter relacional do ser humano tem, efetivamente, a sua origem na lei natural. Por isso, ninguém nasce para viver só, mas sim para viver em relação com o outro. O Concílio Vaticano II reitera igualmente esta constatação, ao indicar que “o homem não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros”⁷.

Com efeito, nós precisamos do outro para comunicar e para conviver e só desta forma conseguimos realizar o nosso ser enquanto pessoas, porque, como diz Carlos Verdete “sem os outros homens, um homem não é humano”⁸. Portanto, “é na relação com os outros, isto é, no

⁴ Felicísimo Martínez Díez, *Crer em Jesus Cristo/ viver como cristão: Cristologia e seguimento* (Palheira: Gráfica de Coimbra, 2007), 51.

⁵ Cf. Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (Cascais: Principia, 2005), n°125.

⁶ Aristóteles, *Política I* Tradução do Grego por Raphael Alario, acedido a 9 de janeiro, 2018, <https://projctophronesis.wordpress.com/2009/01/10/o-homem-e-um-animal-social-aristoteles/>.

⁷ Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II. “Constitutio pastoralis de Ecclesia in mundo huius temporis «Gaudium et Spes»” AAS 58(1966)n°12. A partir deste momento, a referência aos documentos do Magistério será feita no corpo do texto com as respetivas siglas (como está indicado nas páginas 8 e 9) e os números correspondentes.

⁸ Carlos Verdete, *Doutrina Social da Igreja. De Leão XIII a João Paulo II* (Lisboa: Paulus, 2007), 22.

conviver, (...) que se realiza o viver especificamente humano”⁹. “Quem fica só, morre”! Não obstante, esta vivência em relação com o outro não é um mero ato de concomitância com os demais, mas, pelo contrário, trata-se de uma existência pautada pelos comportamentos de aproximação e de abertura ao próximo numa dinâmica de amor, porque “sem amor, perdemos a capacidade de possuir uma identidade própria; com amor há uma confirmação permanente do eu”¹⁰.

Face ao exposto, neste primeiro capítulo, pretendemos dar um contributo para a compreensão da relação com o outro, como fator fundamental para a construção da identidade. Assim, alicerçados em dois grandes filósofos franceses - Emmanuel Levinas e Paul Ricoeur -, procuraremos patentear como a relação “eu-outro” é concebida por cada um deles. Em seguida, refletiremos sobre alguns contextos de aprendizagem para a criação de condições que promovam a relação, e, culminaremos tentando perceber como se pode fomentar hoje a cultura do encontro com o outro.

1. A relação com o outro: pilar para a construção da identidade

Tal como já nos apercebemos, o ser humano é o conjunto das suas relações, uma vez que existe juntamente com os outros no mundo, realizando-se, de uma forma não só pessoal, mas também comunitária. Por isso, a construção da identidade não pode ser feita concentrando-se apenas em si mesmo, mas sim num processo de relações complexas. Neste contexto, importa recordar a tese de Alain de Botton: “Não podemos ter uma noção correta de nós próprios se não existirem outros para nos mostrarem onde nós acabamos e eles principiam”¹¹. Por sua vez, dizia Fernando Savater:

⁹ *Ibidem*, 21.

¹⁰ Alain de Botton, *Ensaio Sobre o Amor* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), 152.

¹¹ *Ibidem*, 151.

“Ninguém chega a tornar-se humano se está só: tornamo-nos humanos uns aos outros. A nossa humanidade foi-nos ‘contagiada’: é uma doença mortal que nunca teríamos desenvolvido se não fosse a proximidade dos nossos semelhantes! Passaram-no-la de boca em boca, pela palavra, mas antes ainda pelo *olhar*: quando ainda estávamos muito longe de saber ler, já tínhamos lido a nossa humanidade nos olhos dos nossos pais ou de quem, em seu lugar, nos deu atenção”¹².

A partir da análise destas teses, compreendemos que só no encontro com o outro se estabelecerá uma verdadeira relação, deixando para trás aquilo que é individualismo, egoísmo e narcisismo. A autenticidade do ser humano está, portanto, naqueles que decidiram, no mais íntimo do seu ser, estar com os outros e ser para os outros, porque perceberam que o caminho da vida adquire significado num caminhar lado a lado, ou num encontro face a face.¹³

Com efeito, a relação com o outro é fundamental para que o sujeito se conheça a si próprio e para que defina a sua identidade. Aliás, o processo da construção da identidade é um processo contínuo e nele está enraizada a história de cada um, história que não é mais nem menos do que a própria vida. Ora, esta história é construída em cruzamento com outras histórias pessoais e é nesse cruzamento que se constrói a própria identidade, como nos diz João Duque:

“Em realidade, nenhuma identidade se constrói ou se descobre pelo isolamento, pela introversão, pela concentração do indivíduo em si mesmo (...). Esta pressupõe a existência e a consciência de uma diferença que radica precisamente na particularidade de cada pessoa. Mas a noção de diferença implica, necessariamente, uma relação, para se constituir como diferença e para ser percebida como tal. (...) Só no processo de relacionamento interpessoal é que podem construir-se identidades pessoais”¹⁴.

Neste mesmo sentido, o Papa João II sublinhou que “cada homem na sua singular realidade tem uma história (...). O homem escreve esta sua história pessoal através de numerosos ligames, contactos, situações e estruturas sociais, que o unem aos outros homens

¹² Fernando Savater, *As perguntas da vida* (Lisboa: Ariel, 1999), 191.

¹³ “A existência humana é uma abertura ao outro (...) porque somente enquanto se compreende em referência a um *tu*, pode dizer *eu*. Sai de si, da conservação egoísta da própria vida, para entrar numa relação de diálogo e de comunhão com o outro” Cf. Compêndio da doutrina social da Igreja, nº 130.

¹⁴ João Manuel Duque, *O Excesso do Dom: Sobre a identidade do Cristianismo*, Vol. 2, Col. Philotheia (Lisboa: Alcalá, 2004), 9.

(...). O homem, na plena verdade da sua existência, do seu ser pessoal, e, ao mesmo tempo, do seu ser comunitário e social - no âmbito da sua família, no âmbito de sociedades e de contextos bem diversos, no âmbito da própria nação ou povo, (...) enfim no âmbito de toda a humanidade” (cf. RH 14). Mais recentemente, o Papa Francisco viria a acrescentar que,

“a pessoa vive sempre em relação: provém de outros, pertence a outros, a sua vida torna-se maior no encontro com os outros; o próprio conhecimento e consciência de nós mesmos são de tipo relacional e estão ligados a outros que nos precederam, a começar pelos nossos pais que nos deram a vida e o nome. A própria linguagem, as palavras com que interpretamos a nossa vida e a realidade inteira chegam-nos através dos outros, conservadas na memória viva de outros; o conhecimento de nós mesmos só é possível quando participamos numa memória mais ampla” (LF 38).

O processo da construção da própria identidade acontece, assim, num contexto sociocultural concreto e, por isso, o ser humano na sua interação com os outros vai desenvolvendo as suas capacidades de socialização; e porque cada um é único e irrepitível, o seu papel e o seu contributo são insubstituíveis e necessários para a formação da sociedade, na qual todos são responsáveis uns pelos outros, assumindo cada um o seu dever de modo a contribuir para uma sociedade verdadeiramente humana. Nesta ótica, importa sublinhar a tese do teólogo João Duque: “a relacionalidade, fonte de sociedade, é o modo como se realiza a plenitude da “natureza” humana, enquanto “natureza” pessoal. E o cerne da relacionalidade é a diferença. Como tal, a diferença é o pressuposto fundamental para que a antropologia possa conceber a pessoa humana como essencialmente relacional”¹⁵.

No entanto, no relacionamento com o outro, pode acontecer que haja atitudes de subjugação ou de superioridade de uns sobre outros. Neste caso, há a necessidade urgente de educar para uma vivência fraterna, para que cada sujeito se sinta responsável diante da igualdade original de todos, a qual pressupõe, por sua vez, a valorização mútua entre todos e requer que cada um saiba aceitar e acolher o outro independentemente da sua raça, cor, cultura, religião, ou qualquer condição social. Reconhecer-se-á, desta forma, a dignidade

¹⁵ João Manuel Duque, “Breve Antropologia da Família”, in *Theologica* 49 (2014):231-243, 238.

inalienável inerente a todo o ser humano, o que permitirá cada um ver no outro um semelhante a si, relacionando-se com ele com sentimentos de fraternidade, de respeito, de solidariedade e de caridade. A este respeito frisa a teóloga Isabel Varanda:

“A nossa condição social é parecida com a de um equilibrista em cima da corda. Em alguns espetáculos é colocada uma rede, para o caso de ocorrer uma queda. Mas se não houver rede, a queda pode ser fatal. Da mesma maneira, é urgente perceber que temos de canalizar esforços e vontades para tecer redes humanas de proximidade, que nos amparem nas quedas, a uns e a outros. Sem as redes de solidariedade e de fraternidade, dificilmente sobreviremos”¹⁶.

1.1. O outro na perspectiva de Emmanuel Levinas

Partindo, agora, para a análise do contributo de Emmanuel Levinas¹⁷, com rapidez nos apercebemos que este autor direciona toda a sua atenção para o outro. Na verdade, o *outro* abordado por Levinas não é um simples «*tu*», mas é um “Vós”, o “Senhor”, ou seja, Levinas trata o outro numa dimensão de altura, apresentando-o metaforicamente na imagem do rosto:

“O modo como o Outro se apresenta, *ultrapassando a ideia do Outro em mim*, chamamo-lo, de facto, rosto. Esta *maneira* não consiste em figurar como tema sob o meu olhar, em expor-se como um conjunto de qualidades que formam uma imagem. O rosto de Outrem destrói em cada instante e ultrapassa a imagem plástica que ele me deixa, a ideia à minha medida e à medida do seu *ideatum* — a ideia adequada. Não se manifesta por essas qualidades, mas (...). Exprime-se”¹⁸.

Assim, a conceção levinasiana do outro, surge como uma negação das tendências humanas de subjugação, de aniquilação e até do ato de reduzir aquele que é próximo ao nível de um objeto, uma vez que, segundo Levinas, o rosto supera toda e qualquer imagem que dele

¹⁶ Isabel Varanda, *Na noite mora a promessa: Uma espiritualidade para a vida comum* (Prior Velho: Paulinas, 2014), 78.

¹⁷ Filósofo nascido em 1905, na Lituânia, e falecido em 1995. Cedo escolheu o francês para se exprimir e a França para viver. Aí foi professor de diversa universidade incluindo a Sorbonne. Dedicou-se sobretudo à reflexão no domínio da ética, que fundou em pressupostos de inspiração bíblica. Entre outras obras, escreveu *Totalité et Infini* (1961) e *Autrement qu’être, ou Au-delà de l’essence* (1974). in Artigos de apoio Infopédia [em linha], (Porto: Porto Editora, 2003-2017), acedido a 11 de dezembro, 2017, [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$emmanuel-levinas](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$emmanuel-levinas).

¹⁸ Emmanuel Levinas, *Totalidade e infinito* (Lisboa: Edições 70, 1980), 37-38.

se possa ter ideia. O outro, com efeito, nem sequer pode ser igualado ao *eu* ou ao que penso que ele é, pois o rosto é epifania do infinito e, logo é indecifrável:

“O Outro metafísico é outro de uma alteridade que não é formal, de uma alteridade que não é um simples inverso da identidade, nem de uma alteridade feita de resistência ao Mesmo, mas de uma alteridade anterior a toda a iniciativa, a todo o imperialismo do Mesmo; outro de uma alteridade que constitui o próprio conteúdo do Outro; outro de uma alteridade que não limita o Mesmo, porque nesse caso o Outro não seria rigorosamente Outro: pela comunidade da fronteira, seria, dentro do sistema, ainda o Mesmo. O absolutamente Outro é Outrem; não faz número comigo. A coletividade em que eu digo «tu» ou «nós» não é um plural de «eu»¹⁹.

Para este filósofo, portanto, o outro tem necessariamente de ser concebido na sua profundidade, na sua subjetividade e na sua espiritualidade - como aquele que escapa aos meus critérios de simples conhecimento dele. A relação que se estabelece com ele não pode basear-se meramente na visão, porque “o rosto não é visto. Ele é o que não se pode transformar num conteúdo que o nosso pensamento abarcaria: é o incontível, leva-nos além. (...) o significado do rosto leva a sair do ser enquanto correlativo de um saber”²⁰ e a minha relação com ele é em primeiro momento, ética.²¹ O outro apresenta-se diante de mim e interpela-me constantemente, requer a minha atenção, a minha responsabilidade²² e, portanto, perante ele devo dar uma resposta positiva.

Mais ainda, ao apresentar-se diante de mim, o *outro* fica fragilizado e vulnerável, porque está nu, é o pobre por quem posso tudo e a quem devo tudo. E eu sou aquele que encontra processos para responder ao seu apelo²³, isto é, a sua simples presença, mesmo sem dizer nada, não me deixa indiferente mas interpela-me a tomar uma atitude correta em relação

¹⁹ *Ibidem*, 26.

²⁰ Emmanuel Levinas, *Ética e infinito* (Lisboa: Edições 70, 1982), 78.

²¹ Cf. *Ibidem*, 77.

²² A responsabilidade é entendida por Levinas como uma atitude gratuita “Entendo a responsabilidade como responsabilidade por outrem, portanto, como responsabilidade por aquilo que não fui eu que fiz, ou não me diz respeito”, Levinas, *Ética e Infinito*, 87.

²³ Cf. *Ibidem*, 80. Nesta linha de pensamento, Joseph Gevaert, afirma, “desde o momento em que existe o outro, que se apresenta diante de mim, a sua presença constitui uma chamada, uma exigência de reconhecimento e amor” Joseph Gevaert, *El problema del Hombre. Introducción a la antropología filosófica* (Salamanca: Sigueme, 2005), 60. (A tradução do texto é da minha inteira responsabilidade).

a ele. Por isso, Levinas afirma que “desde que o outro me olha, sou por ele responsável”²⁴ pois, ele “pede-me e ordena-me a servi-lo”²⁵. Nesta perspectiva, constatamos que, na pedagogia levinasiana, o ser tem que sair de si, não de forma a alienar-se do que é, mas, vencendo a atitude egoísta de se fechar em si, seja capaz de procurar o seu sentido no encontro e serviço ao *outro*, elevando-se, assim, espiritual e moralmente.

Esta concepção é o pressuposto de todas as relações humanas, porque, como relembra também o autor, o outro coloca-me perante um mandamento: “Tu não matarás”²⁶. Ora, confrontando este pensamento com a realidade atual, constata-se que Levinas aponta uma saída para a sociedade contemporânea em crise pelas guerras, pelas lutas fratricidas, pela intolerância, pelo ódio, pelas violências que geram inúmeras mortes, fome e um verdadeiro descaso com raça humana.²⁷

Partindo do exposto, poderíamos sintetizar o pensamento levinasiano aqui abordado, nas seguintes conclusões: a relação *eu-outro* é uma relação assimétrica, na qual o *outro* tem primazia, daí que a iniciativa seja sempre dele. Por esta razão, na nossa relação com outro, somos constantemente questionados. Num processo continuamente ético, somos chamados a agir responsabilmente perante o *outro*, que é para nós, não uma presença ocasional, mas algo que desejamos profundamente. Mais ainda, este “desejo” não parte do *eu*, de mim, mas do próprio *outro* que reclama para si o meu olhar, pelo que, sou portador de uma responsabilidade total, que responde por todos os outros e por tudo o que é dos outros. “O *eu* tem sempre uma responsabilidade a mais do que todos os outros”²⁸, pois a passividade total do outro exige cuidado total do eu.

Para o filósofo francês, existe verdadeiramente uma ligação entre a responsabilidade e a identidade pessoal, porque é na medida em que um sujeito é responsável pelo seu

²⁴ Levinas, *Ética e Infinito*, 88.

²⁵ *Ibidem*, 89.

²⁶ *Ibidem*, 80.

²⁷ Cf. Juliano Xavier da Silva Costa e Renato Fernandes Caetano, a concepção de alteridade em Lévinas: Caminhos para uma Formação mais Humana no Mundo Contemporâneo, acessado a 21 de maio, 2017, <http://www.periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/viewFile/861/865>.

²⁸ Levinas, *Ética e Infinito*, 91.

semelhante que define a sua própria identidade: “a responsabilidade é o que exclusivamente me incumbe e que humanamente não posso recusar. É uma suprema dignidade do único, pois, eu, enquanto não intercambiável, sou eu apenas na medida em que sou responsável e tal é a minha identidade inalienável de sujeito”²⁹.

Ao contrário do que às vezes constatamos na sociedade atual, na qual o outro parece ser obstáculo para a realização pessoal e ameaça à liberdade individual, pensamentos que não raramente têm levado ao alarmante individualismo, a tendência de dominação do outro e a indiferença perante aquele que é diferente, Levinas aponta outras “lentes” para olhar o próximo. Para ele, o outro, que é outrem, o estrangeiro, a viúva, o órfão, vindo de uma dimensão de altura, dimensão da transcendência, não se opõe a mim, como obstáculo ou inimigo, mas chama-me à relação, recorda-me a minha obrigação de ser responsável por ele e, deste modo, empenha-me na fraternidade humana³⁰ porque nesse rosto está representado a humanidade. Portanto, na concepção levinasiana, a fraternidade adquire sentido no rosto do outro, que é sempre um irmão, o que implica o reconhecimento da universalidade da família humana, na medida em que é no acolhimento do rosto que se instaura a igualdade.³¹

1.2. Eu e o outro segundo Paul Ricoeur

Neste ponto centraremos a nossa reflexão na obra *Soi-même comme un autre*³², de Paul Ricoeur. Para tal, antes de mais, somos de imediato interpelados pelas palavras evocadas no título da obra. O ponto de partida para a reflexão do autor não é o “eu”, primeira pessoa do singular, mas o *Si*, enquanto

“pronome reflexivo de todas as pessoas gramaticais, exprime o primado da mediação reflexiva, da posição indireta do sujeito. Assim, o sujeito não é um eu, uma espécie de substrato metafísico, desancorado em relação a todas as referências espaço-temporais, fora

²⁹ *Ibidem*, 93.

³⁰ Cf. Levinas, *Totalidade e infinito*, 192.

³¹ Cf. *Ibidem*.

³² Paul Ricoeur, *Soi-même comme un autre* (Paris: Editions du Seuil), 1990.

das condições de interlocução, uma identidade pontual, a histórica, mas um si, uma determinação singular que aparece em relação com o [...] *locutor, agente, personagem de narração, sujeito de imputação moral*”³³.

Logo à primeira, percebemos que, para Ricoeur, o sujeito não pode conceber-se sem o outro, ou seja, não é possível pensar na identidade de *si mesmo* sem considerar a identidade do outro. A propósito disto, Sybil Douek, no seu estudo sobre a obra de Ricoeur, realça:

“O sujeito não pode ser pensado sem alteridade: sem a presença do outro, não se pode falar em sujeito propriamente dito. Isto implica, como o próprio Ricoeur deixou claro, em passividade do sujeito enquanto *ipse*. Mas a ipseidade não pode ser reduzida a uma passividade absoluta, pois o sujeito responde ao apelo do outro – e é este o sentido da palavra responsabilidade – responder ao outro. A resposta ao apelo ou à demanda do outro, isto é, a promessa. Nesta, a passividade torna-se ativa: a categoria da promessa põe em relevo esta passividade ativa, ou recetividade. Por isso, pode-se pensar a ipseidade, na sua relação com a alteridade, como recetiva”³⁴.

Corroborando o mesmo pensamento, José Henrique diz que, ao nível ético, Ricoeur destaca que “o sujeito ético não é um sujeito individualista, previamente portador de direitos antes de entrar na sociedade, mas é alguém que se realiza no confronto e na cooperação com a ‘alteridade’ nele mesmo e fora dele”³⁵. Por isso, na conceção ricoeuriana existe uma pertença recíproca entre «*outro e eu*». Deste modo, compreendemos que para este autor francês o *si* tem uma necessidade sôfrega do outro – é, pois, aquele que tem consciência de que não se basta a si mesmo e, por isso, sem renunciar a si mesmo, acolhe o outro e nele fundamenta a sua identidade.³⁶

³³ Edgar Antonio Piva, “A Questão do sujeito em Paul Ricoeur,” in *Revista de Filosofia*, 26 (1999): 207.

³⁴ Sybil Safdie Douek, “Sujeito e Alteridade em Paul Ricoeur e Emmanuel Lévinas: Proximidades e Distâncias”, Tese de Doutoramento em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009, 44, acedido a 12 de dezembro, 2017, <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp100817.pdf>

³⁵ José Henrique Silveira de Brito, “A ética de Paul Ricoeur: a Articulação entre Teleologismo e Deontologismo” *Cuadernos Salmantinos de Filosofia* 35 (2008):453-447.

³⁶ Para Ricoeur há diferença entre o “*eu*” e o “*si mesmo*”. O primeiro termo refere-se à primeira pessoa singular enquanto sujeito, já o segundo termo implica um processo de reflexão sobre esse sujeito. Por isso, ambos os termos remetem-nos para a identidade, mas a diferença consiste no modo como essa identidade é pensada, ou seja, enquanto que o “*eu*” se refere à identidade de uma forma imediata, “*o si mesmo*” implica um aprofundamento na compreensão da própria identidade. O autor dá relevância ao segundo termo, porque é no aprofundamento da própria identidade que conseguimos chegar à compreensão da alteridade. Isto porque na indagação do meu eu, aliás, da minha identidade, terei que colocar a mim mesmo as questões fundamentais do ser humano (Quem sou eu? Donde venho? Para onde vou?) e é na tentativa de responder a estas questões, que alcançarei o sentido da alteridade.

Ao contrário de Emmanuel Levinas, para quem o *eu* está em constante resposta à ordem do outro, manifestando uma certa dependência a essa ordem, Ricoeur, concebe o *eu* como aquele que é capaz de tomar iniciativas para responder à interpelação alheia. Por outras palavras, o *eu* ricoeuriano é aquele que recebe e, ao mesmo tempo, responde e age eticamente perante os desafios que advêm da sua vida e do cruzamento com os demais sujeitos.

No sétimo estudo da obra em análise, o autor aborda a questão da relação, enfatizando a ideia de solicitude para com o outro, solicitude essa que é concebida como a troca entre “o dar e o receber”³⁷ uma vez que, para o autor, a solicitude consiste na procura de igualdade através da desigualdade³⁸. Assim, na sua conceção da solicitude, Ricoeur dá relevância ao valor da amizade, a qual leva a pessoa a uma vida relacional, numa abertura total que permite a igualdade, a reciprocidade e a mutualidade: “A amizade implica sempre uma reciprocidade que pode levar do viver em comum até à intimidade”³⁹. Por isso, a amizade mais do que um sentimento psicológico, é virtude eminentemente ética que impele a pessoa a uma “vida boa”, isto é, uma vida pautada pelo amor ao outro. Não obstante, para amar o outro, o sujeito tem que se amar a si mesmo (estima de si), porque a estima de si é amar aquilo há de melhor em nós.⁴⁰ Este pressuposto, permitirá amar o que há no outro, uma vez que quem não é capaz de apreciar aquilo que tem, também o não é para apreciar o que os outros têm. Deste modo, para viver corretamente a virtude da amizade, é preciso abandonar o aconchego de uma existência egoísta centrada em si, e abrir-se à reciprocidade, porque ela rege-se por relações interpessoais.⁴¹

Embora Ricoeur tenha um ponto de vista diferente de Levinas, a verdade é que, o autor também se aproxima deste na conceção da relação com a alteridade. Tomemos como exemplo a sua reflexão sobre a solicitude numa experiência de sofrimento. Do mesmo modo que Levinas vê o outro como um pobre, um fragilizado, assim também para Ricoeur “no

³⁷ Ricoeur, *Soi-même comme un autre*, 221.

³⁸ Cf. *Ibidem*, 225.

³⁹ Brito “A ética de Paul Ricoeur: a Articulação entre Teleologismo e Deontologismo”, 456.

⁴⁰ Cf. *Ibidem*, 457.

⁴¹ Cf. Ricoeur, *Soi-même comme un autre*, 215.

sofrimento o outro apresenta-se a mim como um pobre, um fragilizado, incapaz de agir e neste caso a iniciativa parece pertencer exclusivamente ao eu que dá a sua simpatia, a sua compaixão, (...) no desejo de partilhar a dor dos outros”⁴². Por isso, a aproximação àquele que sofre instaura a igualdade, uma vez que o seu sofrimento interpela. Portanto, o outro (sofredor) permite que eu compartilhe do seu sofrimento.⁴³

2. Alguns contextos de aprendizagem para a relação com o outro

O ser humano, na construção da sua identidade, é um todo que se comunica no mundo e com o mundo e, nessa comunicação, insere-se num processo dinâmico de reciprocidade infinita, no qual é influenciado pela humanidade de outros, e por sua vez, ele influencia a vida de outros. Trata-se do chamado “contágio social”⁴⁴. Na verdade, a evolução humana requer uma maior interação do ser humano com ele próprio e com o mundo. Uma vez que cada um é um “emaranhado” de traços pessoais e alheios, aquilo que somos adquirimo-lo em boa parte, dos outros, daí que, dificilmente seríamos o que somos se os outros não fizessem parte da nossa vida.

Ora, dado que o presente Relatório é desenvolvido tendo como ponto de partida alunos do quinto ano de escolaridade, queremos neste ponto destacar aqueles contextos que têm mais influência na educação das crianças para a descoberta do outro e da sua importância na vivência quotidiana⁴⁵.

⁴² *Ibidem*, 223.

⁴³ Cf. Brito “A ética de Paul Ricouer: a Articulação entre Teleologismo e Deontologismo”, 457.

⁴⁴ Savater, *As perguntas da vida*, 192.

⁴⁵ “A formação da personalidade madura resulta tanto do fortalecimento da autonomia pessoal como da construção de uma alteridade solidária, ou seja, do processo de descoberta do outro como atitude moral”: Robert Carneiro, “Educação e comunidades humanas revivificadas: uma visão da escola socializadora do novo século” In Jacques Delors *Et al*, *Educação: um tesouro a descobrir, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI* (São Paulo: Cortez,1998), 222. Portanto, não basta a descoberta de outro em si, mas é preciso aceitá-lo, reconhecer o seu valor e a sua dignidade, criando laços de proximidade, de amizade e de fraternidade, visto que “a cidade do homem” não se move apenas por relações de direitos e deveres, mas antes de gratuidade, de misericórdia e de comunhão (C V 6).

Um provérbio africano diz que «para educar uma criança, é preciso uma aldeia inteira». Isto porque, em África, todos se sentem responsáveis por contribuir para uma sociedade onde os cidadãos são bem formados e conscientes do seu papel, em vista a uma vivência humana mais autêntica. Por esta razão, a aldeia inteira é constituído pelos pais, vizinhos, a escola, a sociedade, o Estado, a Igreja, etc.

Devido ao aumento de migrações, do turismo e das deslocações que as catástrofes contemporâneas têm provocado, hoje a nossa sociedade tornou-se naquilo que está a ser denominado como “aldeia global”, onde se cruzam pessoas de diferentes nacionalidades, raças, culturas, etnias, religiões, línguas diferentes. Não obstante todas as vantagens inerentes a este fenómeno, podem também verificar-se situações de conflito. Portanto, é urgente “favorecer as respostas do sistema educativo aos desafios contemporâneos em vista de uma cultura de paz e de não-violência”⁴⁶. Para tal, são precisos educadores que assumam o desafio de educar para a cultura do encontro com o diferente, lutando para que a sociedade seja verdadeiramente humana.

É, pois, preciso educar as nossas crianças a viver uma vida “de saída” para “ir ao encontro de outrem”, porque como diz o Papa Francisco, “sair de si mesmo para se unir aos outros, faz bem” (EG 87). Com efeito, habituar as crianças e jovens a viver desta forma é ensiná-los a responsabilidade comum de todos os seres humanos se preocuparem com os seus semelhantes, criando as raízes necessárias para uma sociedade de pessoas não fechadas no recôndito do seu egoísmo, mas que sejam capazes de encarar o outro cara a cara. Reconhecer-se-á, deste modo, que o sentido da existência humana não está num mundo de isolamento, mas sim de abertura a uma rede de relações, tal como adverte Joseph Gevaert:

“não podemos dizer que o homem disponha do sentido último da sua existência. Afirmar que o homem não se pode considerar um meio em sentido absoluto não significa que seja autossuficiente para alcançar o sentido último da sua existência. (...) O sentido depende

⁴⁶ José Manuel Cordeiro, *A Árvore do Pão* (Bragança: Domus Ecclesiae, 2014), 24.

totalmente da relação com os outros, com o *Tu*. O fim do homem deve consistir em estar, de algum modo, numa relação com outro *Tu*”⁴⁷.

Por esta razão, é urgente educar para uma cultura de inclusão. Esta tarefa primordial de educar cabe a todos aqueles que estão inseridos no contexto em que a pessoa se desenvolve.⁴⁸ Vejamos, nos pontos que se seguem, o contributo desses agentes na tarefa educativa.

2.1. A Família

É no contexto familiar que a criança recebe pela primeira vez os valores, aprende mecanismos de socialização e define a sua identidade. Ou seja, uma vez que a família é o lugar primordial para o desenvolvimento pessoal e social da criança, é também o lugar onde a criança se humaniza:

“A família é o âmbito da socialização primária, porque é o primeiro lugar onde se aprende a relacionar-se com o outro, a escutar, partilhar, suportar, respeitar, ajudar, conviver. (...) no contexto familiar ensina-se a recuperar a proximidade, o cuidado, a saudação. É lá que se rompe o primeiro círculo do egoísmo mortífero, fazendo-nos reconhecer que vivemos junto de outros, com outros, que são dignos da nossa atenção, da nossa gentileza, do nosso afeto. Não há vínculo social, sem esta primeira dimensão quotidiana (...): conviver na proximidade, cruzando-nos nos vários momentos do dia, preocupando-nos com aquilo que interessa a todos, socorrendo-nos mutuamente nas pequenas coisas do dia-a-dia. A família tem de inventar novas formas de promover o reconhecimento mútuo” (AL 276).

O Sínodo dos Bispos destinado a refletir sobre os desafios da pastoral na família, sublinhando esta nobre missão da família, preconizou que ela “é o lugar onde se transmitem e se podem aprender desde os primeiros anos de vida valores como fraternidade, lealdade, amor

⁴⁷ Gevaert, *El problema del Hombre: Introducción a la antropología filosófica*, 201.

⁴⁸ São vários os contextos/grupos em que a pessoa se insere e nos quais aprende a relacionar-se com os outros. No entanto, neste ponto, vamos destacar apenas dois contextos: família e escola. Consideramo-las as primeiras instâncias de contacto com a criança e onde desenvolve a sua capacidade de socialização e, logo, de relação.

à verdade e ao trabalho, respeito e solidariedade entre as gerações (...)⁴⁹. Por esta razão, a família influencia significativamente a personalidade da criança em todas as etapas da sua vida, daí que a forma como ela se organiza tem impacto positivo ou negativo no processo de crescimento verdadeiramente humano da criança, uma vez que o que dela recebe e vivencia, refletir-se-á na sua conduta futura. “Os próprios hábitos adquiridos em criança têm uma função positiva, ajudando a traduzir em comportamentos externos sadios e estáveis os grandes valores interiorizados” (AL 266).

Por conseguinte, tudo o que se desenvolve no ambiente familiar é o que a criança vai assimilando no seu processo de crescimento, sendo de suma importância adotar atitudes favoráveis para uma vida sobremaneira fraterna no ambiente familiar. Por exemplo, os gestos simples do dia-a-dia tais como o diálogo, o relacionamento de “eu” e “tu”, a aceitação recíproca, a entajuda, o fazer e querer bem do outro, o interesse pelo outro, a felicidade e a alegria compartilhadas na família, até o *sofrer com*, são tão marcantes e necessários que são esses gestos que humanizam a criança. Esta, por sua vez, vai aplicar no relacionamento com os outros para lá dos muros familiares todos esses aspetos que podem contribuir para a construção de uma sociedade mais humana e mais fraterna. Portanto, a família tem o grande desafio de velar pela sua maneira de agir, de falar, de se relacionar com os demais, consciente de que a maneira como age tem consequências para a vida em a sociedade de amanhã.

Na realidade, a família é composta por pessoas de diferentes gerações e com responsabilidades diversificadas, o que representa um contexto favorável para educar para a relação com os outros, respeitando o que é diferente e aceitando cada um na sua peculiaridade. Desse modo, contribui para o bem comum, tanto no interior da família, como na sociedade: A propósito disto, sublinhou o Concílio Vaticano II que é na família, fundamento da sociedade que se congregam as diferentes gerações, as quais se ajudam

⁴⁹ III Assembleia Geral Extraordinária do Sinodo dos Bispos, “Os Desafios Pastorais da Família no Contexto da Evangelização. Instrumentum Laboris”, *A Família e a vocação da pessoa em Cristo*, Cap. IV (Cidade do Vaticano: 2014): 31-49, nº 32.

reciprocamente para alcançar uma sabedoria mais plena e para conciliar os direitos pessoais com as outras exigências da vida social (cf. GS 52). Já na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, a família é considerada como uma comunidade humana, na qual cada pessoa é inserida num contexto complexo de relações interpessoais - vida conjugal, paternidade-maternidade, filiação, fraternidade - mediante a educação familiar (cf. FC 15).

No processo de educar os mais novos para a relação sábia com os outros, assumem um papel insubstituível os pais, assim como está sublinhado na Sagrada Escritura: “Tens filhos? Educa-os, acostuma-os à obediência, desde a infância” (Sir 7,23) e ainda, “Aquele que educa o seu filho será louvado, e, entre os conhecidos, se gloriará dele (Sir 30,2). Com estas passagens bíblicas, compreendemos, desde logo, que cabe aos pais em primeiro lugar transmitir os valores aos seus filhos, para que estes se tornem pessoas com uma identidade equilibrada diante dos outros.

O Papa Francisco fala desta mesma função dos pais na formação ética dos filhos, realçando a importância da virtude do amor no ambiente familiar, elemento tão necessário para cultivar e transmitir aos filhos em prol do seu desenvolvimento afetivo. De facto, só quem é amado sabe amar. Por isso, na perspectiva do Sumo Pontífice, os pais, mostrando amor e carinho aos filhos, incutem neles a experiência fundamental de que “eu sou amado/a” e, façam com que desenvolvam atitudes e hábitos pautados pelo bem (cf. AL 33).

Nesta instância, o Papa traça algumas linhas orientadoras para os pais garantirem uma educação adequada aos filhos, salientando a necessidade de:

- a) Educar o desejo de se adaptar à sociedade ou o hábito de renunciar a uma satisfação imediata para se adequar a uma norma e garantir uma boa convivência.
- b) Mostrar que é conveniente agir bem, ou seja, julgar de modo adequado, saber com clareza aquilo que se deve fazer e, como uma profunda inclinação afetiva, permitir que o gosto pelo bem pese mais do que outros atrativos.

- c) Velar para que desenvolvam comportamentos sociáveis e uma boa disposição para com os outros.
- d) Cultivar a liberdade através de propostas, motivações, aplicações práticas, estímulos, prémios, exemplos, modelos, símbolos, reflexões, exortações, revisões do modo de agir e diálogos, ajudando a criança a desenvolver aqueles princípios interiores estáveis que a levam à prática do bem, e evitando que ela se torne escrava de inclinações compulsivas, desumanizadoras e antissociais (cf. AL 264-266).

2.2. A Escola

Quanto ao papel da comunidade escolar, denotamos que a diversidade potenciou um quadro referencial de trabalho nas nossas escolas sobejamente penoso, atendendo à variabilidade do mundo, à mudança e à incerteza constantes. Face a isto, importa criar conjunturas de simetria entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico. Assume-se aqui, pois, o papel de formar pessoas autónomas, responsáveis e cidadãos ativos. Todavia, para aí chegar, torna-se necessário um investimento profícuo direccionado para o humano, nas suas relações e nos seus comportamentos.

Sendo que a escola é o primeiro espaço social que a criança contacta após a experiência familiar, ela é, por excelência, não só o lugar das aprendizagens intelectuais, mas também da partilha de experiências, ou seja, a escola é “local onde se aprende a conviver, a respeitar os outros, a ser tolerante e bom cidadão”⁵⁰. O Papa Francisco fazendo referência a este facto, afirma que “a escola é um lugar de encontro. E nós hoje precisamos desta cultura do encontro para nos conhecermos, para nos amarmos, para caminharmos juntos”⁵¹.

⁵⁰ Maria Emanuel Melo de Almeida, *A educação para a paz* (Águeda: Paulinas, 2002), 90.

⁵¹ Papa Francisco, “Discurso aos estudantes e professores das escolas italianas” (Roma 10 de maio, 2014), acedido a 29 de abril, 2018, https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/may/documents/papa-francesco_20140510_mondo-della-scuola.html.

Na escola, a pessoa desenvolve competências essenciais para a aquisição e modelação de atitudes e comportamentos. Por esta razão, nela, o conhecer-se, o instruir-se a fazer, o aprender a habitar com os outros e a formação de uma identidade pessoal são componentes a ser trabalhadas nas suas diferentes relações e implicações. Nesta ótica, embora sem descurar a dimensão académica, constatamos que é necessário investir mais na conduta da pessoa, porque “a velha ideia da escola competitiva, fortemente unida ao êxito académico, vai cedendo lugar, mesmo lentamente, a outra, onde os valores, atitudes e comportamentos morais constituem objetivos essenciais no processo educativo”⁵². Por esse motivo, a comunidade escolar sendo o lugar de encontro entre pessoas diferentes quer pela sua função, quer pela sua faixa etária, quer pelo seu grau de conhecimento, quer pelo seu contexto familiar e sociocultural e até pela origem, deve preocupar-se em trabalhar a dimensão relacional das pessoas. Sem este trabalho, o resto está sujeito ao fracasso. Acerca desta matéria, sublinhou o Concílio Vaticano II que “a escola (...) criando entre alunos de índole e condição diferentes um convívio amigável, favorece a disposição à compreensão mútua” (GE 5).

Logo, a escola, enquanto reflexo da sociedade, deve ser o lugar onde se formam pessoas responsáveis, abertas à multiculturalidade e à diferença, conscientes da existência de valores humanos indispensáveis para a relação e para a criação de um encontro salutar entre todos. Só deste modo, se promoverá realmente uma sociedade tolerante, justa, pacífica e fraterna, enfim, uma sociedade verdadeiramente humana.

Posto isto, este espaço de formação integral só atingirá em plenitude o seu objetivo, se tiver como horizonte da sua missão ajudar para “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, e aprender a viver juntos”⁵³.

⁵² Melo de Almeida, *A educação para a paz*, 90.

⁵³ Jacques Delors *Et al.*, “*Educação: Um tesouro a descobrir*”, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (Porto:ASA,1996).

3. Como fomentar a cultura do encontro?

Durante a sua visita à Ilha Lampedusa, em Itália, a 8 de julho de 2013, o Papa Francisco alertou para o que podemos denominar de “doença do narcisismo” que está a depauperar o reconhecimento e a valorização do outro, afirmando:

“a cultura do bem-estar, que nos leva a pensar em nós mesmos, torna-nos insensíveis aos gritos dos outros, faz-nos viver como se fôssemos bolas de sabão: estas são bonitas mas não são nada, são pura ilusão do fútil, do provisório. Esta cultura do bem-estar leva à indiferença a respeito dos outros; antes, leva à globalização da indiferença. Neste mundo da globalização, caímos na globalização da indiferença. Habitamo-nos ao sofrimento do outro, não nos diz respeito, não nos interessa, não é responsabilidade nossa!”⁵⁴.

Com estas palavras, o Santo Padre quis demonstrar o modelo da sociedade em que vivemos, isto é, uma sociedade em que as pessoas sobrepõem o *ter* ao *ser* e, por isso, o que importa ao sujeito é viver bem - «*Se eu estou bem na vida, isso basta*». Com efeito, uma vida de autossuficiência promove um fechamento do humano perante o seu semelhante, perante as suas situações concretas de vida e perante o seu sofrimento. Promove, diríamos, o culto da insensibilidade.

Mais ainda, na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, Sua Santidade, afirma que “muitos tentam fugir dos outros, fechando-se na sua privacidade confortável ou no círculo reduzido dos mais íntimos e renunciam ao realismo social do Evangelho” (EG 88). Por conseguinte, perante esta realidade de indiferença exacerbante, torna-se necessário recuperar o desafio do gesto do bom samaritano (Lc 10,29-37) para que cada sujeito (re)aprenda a parar, a ver, a aproximar-se e a gastar o seu tempo ao serviço daquele que se cruza no seu caminho. Para isso, é preciso um trabalho de revestimento da vida com atitudes concretas que promovam o encontro com o outro, com o diferente, progredindo de forma corajosa na edificação de uma sociedade onde todos se sintam integrados nesta grande família humana:

⁵⁴ Papa Francisco, (Homilia na Missa pelas vítimas dos naufrágios, Lampedusa, Itália, 8 de julho, 2013), acedido a 17 de outubro, 2017, https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco-20130708_omelialampedusahtml.

“como são belas as cidades que superam a desconfiança doentia e integram os que são diferentes, fazendo desta integração um novo fator de progresso! Como são encantadoras as cidades que, já no seu projeto arquitetónico, estão cheias de espaços que unem, relacionam, favorecem o reconhecimento do outro!” (EG 210).

Quais são, então, as posturas que podem contribuir frutiferamente para uma cultura de encontro? Segue-se, neste ponto da investigação, um roteiro de delineação pormenorizada dessas posturas ou atitudes concretas: o diálogo, a abertura ao valor da alteridade e a compaixão.

3.1. O diálogo

Na Sua mensagem ao XXXVII encontro da amizade entre os povos, dizia o Papa Francisco:

“Existe uma palavra que não devemos nunca cansar de repetir e principalmente, de testemunhar: diálogo. Abrir-se aos outros não empobrece nosso olhar, mas nos enriquece, porque nos faz identificar a verdade do outro e a importância da sua experiência, mesmo que escondam escolhas e comportamentos com os quais não concordamos”⁵⁵.

De facto, “somos seres de linguagem e por isso podemos dialogar, o que significa abirmo-nos ao outro”⁵⁶, esta é uma atitude imprescindível para uma relação sadia entre duas ou mais entidades. Dialogar é, essencialmente, a capacidade do sujeito abrir a porta à troca de ideias, de pontos de vista e, acima de tudo, a capacidade de construir e de se deixar construir pelo outro. Ou seja, “o diálogo é cruzamento de linguagens, de significados, de culturas: as perguntas do outro tornam-se minhas, as suas dúvidas abalam as minhas certezas, as suas convicções interpelam as minhas (...), e assim, torna-nos possível a descoberta inédita da nossa própria existência”⁵⁷. Por isso, o diálogo exige, antes de qualquer coisa, uma

⁵⁵ Papa Francisco, “Colocar-se no lugar do outro e sentir o seu coração” acedido a 1 de outubro, 2017, http://br.radiovaticana.va/news/2016/08/19/papa_colocar-se_no_lugar_do_outro_e_sentir_o_seu_cora%C3%A7%C3%A3o/1252293.

⁵⁶ Nadja Herman, *Ética e Educação: Outra sensibilidade, Coleção Temas & Educação* (Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014), 16.

⁵⁷ Enzo Bianchi, *Procurar os outros: A fraternidade e a esperança* (Lisboa: Paulus, 2013), 19.

disponibilidade exterior e interior de cada pessoa, isto é, a disposição para a abertura e o acolhimento dos outros na diferença e semelhança. Implica atenção, respeito e aceitação do outro, ao qual se reconhece espaço para a sua identidade pessoal, para as suas expressões e valores. Na Carta Encíclica *Ecclesiam Suam*, o Papa Paulo VI aconselha-nos a estarmos vigilantes para, antes de falar, auscultarmos a voz do semelhante⁵⁸ e, ainda mais, o coração dele [...] o clima de diálogo é o da amizade” (cf. ES 49). Logo, o diálogo permite que a pessoa se abra ao outro, porque só acontece quando há um outro⁵⁹, portanto, é fonte de apreciação e valorização do estranho, levando à socialização com ele. “É por isso que, fazendo eco às palavras de Dom José Alberto Moura, citado por André Migliori, corroboramos a ideia de que naquilo que não concordamos devemos dialogar e manifestar de modo civilizado o nosso ponto de vista e as nossas convicções sem agredir os outros”⁶⁰.

Por conseguinte, a maior resistência ao diálogo advém de pessoas ou grupos animados pela autossuficiência, pela arrogância e pela postura totalitária. Na verdade, o sentimento de superioridade constitui um real obstáculo ao diálogo e só pode ser superado com a experiência fundamental da humildade. Experimenta-se concretamente no diálogo a consciência dos limites e a percepção da presença de um mistério que a todos ultrapassa.

Concluimos que uma atitude dialogante diminui as situações de tensão e desagregação. Um humanismo versado para o diálogo permite atingir mais e melhor: apresenta-se-nos como um itinerário de sabedoria, conciliação e paz, fatores de coesão e de uma relação interpessoal saudável. Além disso, “o próprio facto de dialogar é já um exercício de fraternidade, um reconhecimento da dignidade do outro, uma forma de procurar juntos a verdade, a bondade e a beleza”⁶¹.

⁵⁸ O mais profundo desejo da natureza humana é ser atendido e acolhido no seu modo de ler a realidade, sem ser criticado, antes apreciado pela sua postura e apreciação acerca dos fenómenos. Por isso, “saber escutar, mais do que saber falar, é o grande segredo da comunicação interpessoal” António Estanqueiro, *Saber lidar com as Pessoas: Princípios da comunicação interpessoal* (Lisboa: Editorial Presença, 2009), 75.

⁵⁹ Cf. Herman, *Ética e Educação: Outra sensibilidade*, 25.

⁶⁰ André Migliori, *Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso*, acessado a 16 de maio, 2013, http://www.colegiosantamaria.com.br/aprenda-mais/artigos/ver.asp?artigo_id=49.

⁶¹ Martínez Díez, *Crer em Jesus Cristo/Viver como cristão*, 53.

3.2. A abertura ao valor da alteridade

“Enquanto um indivíduo ficar fechado no seu mundo, alimentando-se de medos e preconceitos, renuncia a viver porque a vida implica relação. A vida é movimento para a frente (...); é sair de si para ir ao encontro do outro”⁶². Com efeito, o reconhecimento do valor do outro é condição imprescindível para iniciar o caminho do encontro com ele, ciente de que nesse encontro faz-se a experiência de “*estar com*”. Por esta razão, o outro, com a sua singularidade irreduzível, vem transformar a “ilha” do meu *eu*, isto é, permite a interação com ele, sem, no entanto, ser anulada a fronteira que existe entre nós:

Há na base do relacionamento com o outro a percepção do valor da diversidade, a qual se traduz em riqueza da experiência humana. O encontro com o outro só pode acontecer quando se reconhece e respeita a alteridade do outro, bem como o seu valor. Não há possibilidade de reduzir o mistério do outro ao domínio do particular e à lógica da assimilação. Pelo contrário, o outro humano é um patrimônio do mistério, que se revela a cada momento, deixando sempre adiante uma nova virtualidade a ser captada. A poeta Lya Luft acentuou esta presença misteriosa de cada um, como um “silêncio intransponível mesmo nos mais íntimos amores”. O outro é, verdadeiramente, um mistério contínuo que escapa a qualquer analogia ou possibilidade de redução à igualdade. A sua diversidade é singular: não se pode pretender “possuir” ou apossar-se de ninguém, pois isto significaria privá-lo da sua singularidade. Ele deixaria de ser outro.⁶³

O desafio do sujeito se abrir ao seu semelhante em vista de uma verdadeira cultura de encontro, é incumbência também da Igreja, a qual deve ser dinâmica na procura de várias formas para se aproximar de todas as pessoas, assim como aconselhou o Papa Francisco: “em vez de ser apenas uma Igreja que acolhe e que recebe, mantendo as portas abertas, tentemos

⁶² Valentino Salvoldi, *Ternura: A arte de dar e receber amor* (Porto: Edições Salesianas, 2005), 117.

⁶³ Cf. Faustino Teixeira, “Diálogo Inter-religioso, ontem e hoje”, acessado a 20 de dezembro, 2017, <http://www.missiologia.org.br/wp-content/uploads/2017/11/53dialogointer.pdf>

também ser uma Igreja que encontra novos caminhos, que é capaz de sair de si própria e de caminhar ao encontro de quem não a frequenta, que a abandonou ou que é indiferente”⁶⁴.

3.3. A compaixão

Longe de ser identificada com um mero sentimento de piedade ou comiseração, a compaixão diz respeito ao profundo desejo de remediar todas as formas de sofrimento que corroem a humanidade e a criação. Ela vem compreendida sobretudo como empatia, cuidado e responsabilidade para com todos os semelhantes e, em particular, com aqueles que mais sofrem⁶⁵. Por isso, a compaixão está ligada ao princípio de solidariedade, assim como demonstra o teólogo João Duque, “a nossa solidariedade para com os outros é de *com-paixão*, no sentido originário da palavra (sofrer-com) e não de compaixão no sentido vulgar do termo: de condescendência superior, de mera tolerância”⁶⁶. Nesta ótica, na Exortação Apostólica *Gaudete et Exultate*, o Papa Francisco aconselha a todos para não fugirem das situações dolorosas, mas serem corajosos, compartilhando o sofrimento alheio, pois, é socorrendo o outro na sua aflição, compreendendo a angústia alheia, aliviando os outros, que se descobre que a vida tem sentido (cf. GE 76).

Por esta razão, noutra ocasião o Papa realçou a necessidade de deixar as “zonas de conforto” e ir ao encontro daqueles que precisam do nosso testemunho e da nossa mão amiga. Disse ele que “o verdadeiro encontro implica a clareza da própria identidade, mas ao mesmo tempo, a disponibilidade em se colocar no lugar do outro para sentir aquilo que agita seu coração. Este é o desafio diante do qual se encontram todos os homens de boa vontade”⁶⁷. Deste modo compreendemos que uma pessoa que se compadeça procura colocar-se no lugar

⁶⁴ Palavras de Papa Francisco, na entrevista realizada no dia 19 de Agosto de 2013, in Antonio Sparado, *Temos de ser normais* (Lisboa: Paulinas, 2014),53.

⁶⁵ Cf. Teixeira, “Diálogo Inter-religioso, ontem e hoje”.

⁶⁶ Manuel Duque, *O excesso do dom*, 75.

⁶⁷ Papa Francisco, “Colocar-se no lugar do outro e sentir o seu coração”.

dos outros, saindo de si e deixando o seu conforto, para se encontrar com a alteridade nos seus anseios e emoções. Para isto, novamente devemos-nos desprender dos nossos egoísmos e visões altruístas para pensar e sentir os fenómenos como o cérebro e o coração do outro pensa e sente.

Perante o cenário da sociedade atual, às vezes marcada por tanta solidão, tristeza e sofrimentos imerecidos por tantos devido à exclusão, à negação, ao individualismo e à indiferença, a verdadeira cultura do encontro implica recuperar a atitude de aproximação, de aceitação da diferença, de acolhimento, de socialização e, acima de tudo, de fraternidade.

Síntese

Chegados ao findar do primeiro capítulo, eis o momento de tecer algumas considerações sobre o mesmo. Procurou-se, neste capítulo, refletir sobre a identidade relacional do ser humano, nomeadamente a relação com o outro enquanto pilar para a construção da própria identidade e a perspetiva filosófica sobre o outro, onde nos baseámos nas teses de Emmanuel Levinas e Paul Ricoeur. Focaram-se também duas instituições básicas, nas quais desde cedo se aprende a conviver com os outros e, finalmente, refletiu-se sobre algumas formas para fomentar a cultura do encontro, na qual há valorização recíproca no reconhecimento do outro como ser humano, facto que é suficiente para ser acolhido e respeitado na sua dignidade e direitos inalienáveis.

Antes de mais, é importante referir que o ser humano não pode, nem consegue viver isolado, pois foi criado para a relação e, só no encontro com o outro, se pode identificar, conhecer e realizar plenamente. Na verdade, a interação com os outros determina o nosso modo de ser e de estar no mundo. No fundo e, parafraseando as palavras de Enzo Bianchi, “a

existência por natureza nunca está isolada: existe apenas na comunicação e na certeza da existência de outros”⁶⁸.

Os dois grandes filósofos referidos neste capítulo (Emmanuel Levinas e Paul Ricoeur), apresentam-nos perspectivas antropológicas que, embora diferentes, se complementam mutuamente.

Com Emmanuel Levinas desfrutamos de uma nova forma de conceber a dinâmica da relação humana. Ele apresenta-nos o outro como um “Vós”, aquele que é inabarcável na sua totalidade e, por isso, a relação com ele é sobretudo ética. Em linguagem metafórica, o outro levinasiano é um ‘rosto’ que nos transcende e, como tal, é irreduzível ao mesmo. Ele possui primazia, está perante nós como uma presença que reclama para si a nossa responsabilidade total, de tal modo que nós tornamo-nos reféns para ele.

Ora, numa sociedade cada vez mais caracterizada pela afirmação do “eu”, com o estilo de uma vida comodista, narcisista e individualista, despreocupada com a situação do outro, a tese de Levinas apresenta-se-nos como um desafio para superar o nosso egoísmo e nos comprometemos com a responsabilidade para com o outro.

Já a partir do contributo de Paul Ricoeur, compreendemos que, o outro que nos chama à responsabilidade, impele-nos também para a reciprocidade. Ou seja, na conceção de Ricoeur a relação ‘eu-outro’, é uma relação simétrica na qual, apesar das diferenças, é possível estabelecer a igualdade. Com Ricoeur entendemos que, na construção da própria identidade existe um dinamismo interativo entre o ‘si’ e o ‘outro’. Com efeito, este pensamento ricoeuriano é um desafio numa sociedade na qual o outro, o estrangeiro, por causa de sua diversidade, suscita medo. Medo que nos leva ao isolamento, ao encerramento, a pretexto, talvez, de protegermos a nossa identidade.⁶⁹

Descortinámos, igualmente, que ninguém nasce a saber fazer todas as coisas, mas vai aprendendo e progredindo com quem interage. Por esta razão, a relação de cada sujeito com o

⁶⁸ Enzo Bianchi, *Procura os outros*, 17-18.

⁶⁹ Cf. *Ibidem*, 13.

seu semelhante é uma aprendizagem que acontece primeiramente na família, que depois se completa na escola e, mais tarde, na sociedade. Portanto, a família e a escola, enquanto as primeiras instâncias de contacto com a criança, terão que socorrer-se das melhores formas na educação das crianças e jovens, para que estes cresçam com a consciência da importância da boa convivência humana.

É neste sentido, que se orienta o terceiro e último ponto deste capítulo, no qual se focam algumas formas que favorecem uma cultura do encontro, nomeadamente através do diálogo, da abertura ao valor da alteridade e da compaixão. Esta cultura surge como resposta à violência, à tensão, à desagregação, à solidão, ao individualismo e à indiferença perante o sofrimento alheio, abrindo caminho para uma teia de relações de proximidade, de socialização de acolhimento, de solidariedade e de fraternidade.

Por fim, na incrementação desta cultura do encontro, tem também um papel importante a Igreja, na medida em que o seu mandato impele à edificação de um lugar onde se superem todas as barreiras e todas as discriminações sociais e culturais, políticas e étnicas. A Igreja deve ser o lugar da diversidade reconciliada e das diferenças reunidas na unidade.⁷⁰

⁷⁰ Cf. *Ibidem*, 9.

CAPÍTULO II- FRATERNIDADE: UM IDEAL CRISTÃO?

*Desde sempre os seres humanos procuraram nos laços que os ligam a força, o ânimo, a partilha, a dádiva que os faz viver e vencer.*⁷¹

No primeiro capítulo refletimos sobre a fundamental importância das relações interpessoais na construção da identidade pessoal. Da investigação feita, pôde perceber-se que o ser humano não se valoriza pelo seu isolamento. Pelo contrário, é na medida em que vive de forma autêntica a relação de proximidade, de abertura, de acolhimento e de socialização com os outros, que se realiza plenamente.

Dando continuidade ao exposto, o presente capítulo centra-se no conceito de fraternidade, procurando perceber o seu alcance social e religioso. Para começar, é útil averiguar não só a origem e o significado deste conceito, mas também a sua evolução histórica. De seguida, aborda-se a fraternidade sob duas perspetivas complementares: por um lado, enquanto dom de Deus e, por outro lado, enquanto responsabilidade humana.

No último ponto, indicam-se algumas pistas do Magistério da Igreja para uma vivência fraterna. Para tal, começaremos com uma abordagem acerca daquilo que o Concílio Vaticano II concluiu sobre a fraternidade e remataremos com as propostas dos dois últimos Sumo Pontífices, cujas obras principais a ter em conta são a Carta Encíclica *Caritas in Veritate* de Bento XVI e a Mensagem para o XLVII dia mundial da paz, de Francisco.

1. O conceito de fraternidade: origem e significado

Etimologicamente, o termo “fraternidade” deriva do latim *frater* que significa “irmão”. De acordo com o dicionário da língua portuguesa, indica afeto, união, carinho ou parentesco entre

⁷¹ Cf. Walter, Osswald, “Solidariedade, fraternidade, política: as questões nem sempre fáceis”, in *Humanística e Teologia* 26(2005): 59-65, 60.

irmãos; amor ao próximo; harmonia entre as pessoas.⁷² Nesta perspetiva, Ricardo Blázquez afirma que “as palavras ‘irmão e fraternidade’ têm uma história larga como a humanidade, uma vez que designam uma experiência primordial dos homens”⁷³. Num sentido mais lato, a fraternidade pode ser compreendida do ponto de vista do ser humano nas suas variadas dimensões: “ampliando o fundamento da fraternidade à natureza humana, aos laços de parentesco, a adoção, a condição de compatriota, a fé religiosa compartilhada, a solidariedade pela qual muitos aderem a mesma causa (...) podemos alargar o sentido da fraternidade”⁷⁴.

Ao longo da história, foram muitos os movimentos de cariz religioso ou simplesmente associativo, que salientaram a ideia de fraternidade. Vejamos por exemplo, em primeiro lugar, a perspetiva de dois ilustres filósofos gregos: Platão e Aristóteles. No primeiro caso, a fraternidade é concebida por Platão tomando como ponto de partida a nacionalidade, considerando, assim, o compatriota como irmão. Neste caso, compreendemos que a fraternidade vai para além da consanguinidade, estendendo-se a toda uma nação. Por sua vez, no segundo caso, Aristóteles concebe a fraternidade em termos associativos e políticos. Ou seja, segundo ele, a fraternidade resulta do facto de as pessoas se juntarem para formar uma grande família, sendo esta a forma de associação originária. Assim, na opinião deste autor, uma aldeia resulta da agregação de várias famílias e uma cidade ou Estado é a forma mais perfeita de associação, sendo que, só no seu interior, é possível o ser humano realizar a sua natureza e ser feliz. Deste modo, aquele que por natureza for autossuficiente e não sentir necessidade de se associar, não é humano.⁷⁵ Aproximando-se desta linha do pensamento aristotélico, Antonio Maria Baggio defende que a vida na cidade, isto é, a vida política, quando todos deixam de lutar para satisfazer os interesses pessoais e trabalham juntos por um

⁷² Cf. Dicionário da língua Portuguesa (Porto: Porto Editora, 2011).

⁷³ Ricardo Blázquez, apresentação para o livro «*La fraternidad de los cristianos*», de Joseph Ratzinger (Salamanca: Sígueme, 2005), 9.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ Cf. Aristóteles, *Política*, Livro I (Lisboa: Veja, 1998), 1252a – 1255b. Em ambas as teses encontramos a perspetiva de fraternidade que vai para além dos laços de parentesco. Contudo, a sua forma de conceber a fraternidade apresenta, também, alguns condicionalismos. Na perspetiva platónica o não compatriota fica fora da irmandade, logo da fraternidade. Para Aristóteles, ao estrangeiro é reconhecida a sua inserção na rotina da *polis*, no entanto, a sua liberdade é condicionada.

objetivo comum, apresenta-se como uma possibilidade de fraternidade (...). Assim sendo, a política é então a recuperação e o desenvolvimento dos laços de fraternidade, vividos não através de uma relação direta (como os irmãos de sangue), mas através da mediação da lei, quer dizer, enquanto cidadãos.⁷⁶

Face ao exposto, o artigo 29º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, apresenta-nos a fraternidade numa relação dinâmica entre a vida do indivíduo e da comunidade. Assim o indicam os dois primeiros números:

- 1) “O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.
- 2) No exercício deste direito e no gozo destas liberdades, ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela Lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática”⁷⁷.

Este artigo mostra com clareza a responsabilidade que cada um tem para consigo mesmo e para com os outros, devendo comprometer-se com os direitos humanos e promover um ambiente fraterno no meio onde se encontrar inserido.

Ora, no mundo helénico, a ideia de fraternidade estava ligada tanto à consanguinidade, quanto à crença religiosa. Por esta razão, nos cultos sírios, os membros das distintas famílias e grupos sociais, unidos pelo vínculo de sangue ou de crença num mesmo deus protetor, consideravam-se irmãos. Com efeito, personagens como Stoa, Séneca, Musonio e Marco Aurélio comungavam da mesma ideia de que a todos os homens lhes correspondia o mesmo e único *ethos* fundamental de fraternidade.⁷⁸

Posteriormente, todas estas ideias influenciaram a Revolução Francesa, nos seus princípios de *Liberté, égalité, e fraternité*. A fraternidade deixaria de ser entendida na medida

⁷⁶ Cf. Antonio Maria Baggio, *La fraternidad en Perspectiva Política* (Buenos Aires: Ciudad Nueva, 2009), 211.

⁷⁷ Declaração Universal dos Direitos Humanos, acedido a 15 de dezembro, 2017, <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>.

⁷⁸ Cf. Ratzinger, *La fraternidad de los Cristianos*, 31.

de *ethos*, mas sim a partir de um princípio naturalístico, isto é, a partir da igualdade de origem e de natureza de todos os seres humanos. Esta ideia seria, efetivamente, levado a cabo pela Revolução Francesa, cujo objetivo principal era “a recuperação e o respeito da igualdade segundo a natureza, da irmandade originária de todos os homens”⁷⁹.

Assim, neste contexto, afirmou-se a fraternidade como o princípio natural que deve orientar a relação entre os seres humanos, enraizado no respeito pela dignidade inalienável de cada pessoa e na igualdade de direitos de todos. Mas, será que isso deu bons resultados?

Na verdade, se teoricamente a Revolução Francesa pretendia instaurar a igualdade entre todos, isto não se concretizou na prática. Por um lado, a liberdade conduziu à independência dos seres humanos, gerando sociedades individualistas, onde cada um se considera como autónomo e autossuficiente, deixando de ter necessidade de se relacionar com os outros. Por outro lado, a igualdade ficou “refém” da lei e, aplica-se só a alguns. Consequentemente, abriu-se caminho para um capitalismo exacerbante que cria desigualdades económicas e sociais. Então, o que parecia “trazer uma nova aurora” acabou por desencadear uma sociedade sedenta de justiça, de paz e, acima de tudo, de fraternidade.

Sobre a fraternidade, também tem especial destaque a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esta, seguindo as mesmas pegadas dos princípios da liberdade e da igualdade, no seu primeiro artigo assinala que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”⁸⁰.

Não obstante, é de notar que foi graças ao influxo do Cristianismo que o conceito de fraternidade conquistou um cunho mais religioso. Nesta lógica, o Papa Francisco estabelece a seguinte reflexão: “Na Idade Moderna, procurou-se construir a fraternidade universal entre os homens, baseando-se na sua igualdade; mas, pouco a pouco, fomos compreendendo que esta fraternidade, privada da referência a um Pai comum como seu fundamento último, não

⁷⁹ *Ibidem*, 33.

⁸⁰ Declaração Universal dos Direitos Humanos.

consegue subsistir; por isso, é necessário voltar à verdadeira raiz da fraternidade” (LF 54). Em respeito a esta tese, através de um olhar sobre a contemporaneidade, o Papa faz uma forte crítica à ética atual, salientando a sua inépcia de «produzir autênticos vínculos de fraternidade», por falta de reconhecer um “verdadeiro Pai”. Por isso, só mediante o reconhecimento desta paternidade é que poderá consolidar-se verdadeiramente a fraternidade entre os Homens, ou seja, a capacidade de se fazer próximo a fim de cuidar do outro.⁸¹ Nestas palavras de Francisco, torna-se evidente que só na medida em que o ser humano tomar consciência da comum origem de todos, será possível uma fraternidade verdadeira, que tenha por base o reconhecimento da bondade ontológica de cada indivíduo e que faça com que cada humano considere o outro como seu verdadeiro irmão. E se os humanos são iguais em dignidade e direitos, estes devem ser, por sua vez, reconhecidos e respeitados independentemente das circunstâncias e/ou diferenças de cada um.

O testemunho incondicional e perfeito da fraternidade é, numa ótica cristã, plenamente testemunhado por Jesus. Basta constatarmos que, durante a sua vida, Jesus viveu, com obras e palavras o ideal de fraternidade: acolhia os excluídos (cf. Lc 7,36-49)⁸², aproximava-se e comia com os pecadores (cf. Mt 9,11), proclamava o evangelho de perdão em vista ao amor e à união (cf. Mc 1,14-15)⁸³ e indicava a filiação comum de todos os Homens (cf. Mt 6,8-15). Com tudo isto, Jesus instaurou uma nova doutrina que, em variados aspetos, se apresentou contra a cultura do ódio, típica da mentalidade judaica de então:

“Ouvistes o que vos foi dito: *Amarás o teu próximo* e odiarás o teu inimigo. Eu porém, digo-vos: Amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem. Fazendo assim, tornar-vos-eis filhos do vosso Pai que está no Céu, pois Ele faz com que o Sol se levante sobre os

⁸¹ Cf. Papa Francisco, “Mensagem para a celebração do XLVII dia mundial da Paz, 1º de Janeiro de 2014”, acedido a 18 de janeiro, 2018, http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20131208_messaggio-xxvii-giornata-mondiale-pace-2014.html. Corroborando o mesmo pensamento João Carlos Loureiro diz que “(...)a ideia de paternidade e de filiação comuns do Cristianismo serviu de esteio a uma cultura que afirmou a unidade do género humano” Cf. João Carlos Loureiro, “Rostos e (des)gostos da(s) Europa(s): dom, fraternidade e pobreza(s)”, *O(s) Rosto(s) da Europa* 1(2012) 181-232, 189.

⁸² Em Cristo o outro é acolhido e amado como filho ou filha de Deus, como irmão ou irmã, e não como um estranho, menos ainda como um antagonista ou até um inimigo. Cf. Papa Francisco, “Mensagem para a celebração do XLVII dia mundial da Paz”.

⁸³ O homem reconciliado vê, em Deus, o Pai de todos e, conseqüentemente, é solicitado a viver uma fraternidade aberta a todos. Cf. *Ibidem*.

bons e os maus e faz cair a chuva sobre os justos e os pecadores. Porque, se amais os que vos amam, que recompensa haveis de ter? Não fazem já isso os cobradores de impostos? E, se saudais somente os vossos irmãos, que fazeis de extraordinário? Não o fazem também os pagãos?

Portanto, sede perfeitos como é perfeito o vosso Pai celeste” (Mt 5,43-48).

Todavia, a morte e ressurreição de Jesus é que são auge da fraternidade cristã. Na cruz, Jesus ofereceu a sua vida por todas as pessoas, mesmo pelos seus inimigos, manifestando de uma forma explícita a fraternidade universal sem exceção alguma. Por isso, “a cruz é o «lugar» definitivo da *fundação* da fraternidade que os homens, por si sós, não são capazes de gerar”⁸⁴. Portanto, assumindo a natureza humana, Jesus Cristo elevou a humanidade à plena comunhão com Deus, e com a Sua ressurreição, realizou em plenitude a vocação de todos à fraternidade.

Como sublinhou Paulo de Tarso, em Jesus a nossa fraternidade é completa, porque n’Ele “não há grego nem judeu, circunciso e incircunciso, bárbaro, cita, escravo, livre, mas Cristo que é tudo e está em todos” (Cl 3,11). Em consequência disso, a fraternidade não só advém da paternidade comum, mas também do facto de sermos irmãos em Jesus: Jesus é o primogénito entre muitos irmãos (Rm 8,29).⁸⁵

Logo, numa primeira instância, se somos irmãos gozamos da mesma dignidade inviolável, ao mesmo tempo que, numa segunda instância, somos convidados a encarar a fraternidade como uma nova forma de compreender e viver a igualdade, que implica o reconhecimento do outro como um ato de amor e de comunhão.

Em jeito de síntese, com todas estas abordagens apreendemos que o conceito de fraternidade traz em si a potencialidade da plena união entre todos os seres humanos, a partir do momento em que estes se reconhecem como irmãos, se cuidam mutuamente e trabalham para juntos, construírem uma vida em plenitude para todos.⁸⁶ Portanto, com a fraternidade

⁸⁴ Papa Francisco, “Mensagem para a celebração do XLVII dia mundial da Paz”.

⁸⁵ Cf. Osswald, “Solidariedade, fraternidade, política: as questões nem sempre fáceis”, 61.

⁸⁶ Cf. Papa Francisco, “Mensagem para a celebração do XLVII dia mundial da Paz”.

“desaparecem todas as barreiras e leva-se a cabo a unificação do *ethos*”⁸⁷. Como salienta Marco Aquini, a fraternidade é, pois, o princípio ativo baseado na centralidade do ser humano, com uma conotação essencialmente moral.⁸⁸

2. A fraternidade, dom de Deus como responsabilidade humana

(Con)viver com os outros não é uma tarefa fácil, uma vez que implica o esforço real e verdadeiro de cada um e de todos para que se estabeleçam relações harmónicas e gratificantes. Poderíamos até perguntar-nos: será mesmo possível vivermos uns com os outros num verdadeiro espírito fraterno, tratando-nos como irmãos? De facto, recuando aos tempos primigénios da humanidade encontramos na narração bíblica dos irmãos Caim e Abel (cf. Gn 4,1-16) a demonstração nítida do quão difícil é viver num clima de fraternidade humana. A vocação inicial destas personagens bíblicas é de serem irmãos e, para tal, é preciso “deixar-se guiar pelo conhecimento do desígnio de Deus”⁸⁹. Porém, tal não acontece com Caim. Ele recusa reconhecer-se como irmão e assumir a sua responsabilidade pelo outro, rompendo assim o vínculo da fraternidade. Com efeito, em vez de amar e cuidar, mata o próprio irmão por inveja e ciúme. Por isso, “a primeira fraternidade de Caim e Abel traz as marcas da violência, da destruição e do não acolhimento do outro”⁹⁰.

Deus intervém, perguntando a Caim “Onde está o teu irmão?” (Gn 4,9a), e a sua resposta é surpreendente: “Não sei dele. Sou, porventura, guarda do meu irmão?” (Gn 4,9b). Na realidade, a resposta desaprazível de Caim, revela o seu perfil indiferente, arrogante e incapaz de ‘abraçar’ a sua responsabilidade perante o outro. Neste caso, a recusa da fraternidade leva

⁸⁷ Ratzinger, *La fraternidad de los cristianos*, 33.

⁸⁸ Cf. Marco Aquini, *International solidarity and the principle of fraternity*, 58th session of the Sub-Commission on the Promotion and Protection of Human Rights, 17 August, Genève, 2006, acedido a 20 de fevereiro, 2018, <http://www.new-humanity.org/en/pdf/english/human-rights/81-international-solidarity-and-the-principle-of-fraternity/file.html>.

⁸⁹ Papa Francisco, “Mensagem para a celebração do XLVII dia mundial da Paz”.

⁹⁰ Carlos Loureiro, “Rostos e (des)gostos da(s) Europa(s): dom, fraternidade e pobreza(s)”, 189.

Caim a recusar igualmente a filiação, afastando-se da presença de Deus (Gn 4,16) pois, como diz São João, ninguém ama a Deus se odeia o seu irmão (cf. 1 Jo 4,20).

É deveras interessante constatar que a intervenção de Deus demonstra que a responsabilidade humana perante o Seu projeto é responsabilidade perante o outro, o que nos leva a concluir que, apesar de sermos únicos, somos infinitamente responsáveis⁹¹ uns pelos outros: “cada um é único. Todos importam totalmente e singularmente. Todos nos devem importar”⁹². A propósito desta constatação, diz-nos Baggio: “a relação de fraternidade é uma relação na qual se assume uma responsabilidade que se baseia no reconhecimento de que o outro existe e na aceitação da sua existência na sua diversidade”⁹³. Na mesma linha, merece realce a afirmação do Papa João Paulo II: “sim, todo o homem é ‘guarda do seu irmão’, porque Deus confia o homem ao homem”, por isso, a liberdade que Deus lhe dá tem uma “dimensão relacional essencial” (cf. EV 19).

Efetivamente, o relato sobre Caim e Abel representa a realidade da existência humana, muitas vezes marcada pelos sentimentos fraticidas de uns pelos outros. Porém, criados à imagem e semelhança de Deus, todos os Homens deveriam reconhecer-se como iguais e viver a comum filiação divina. Todavia, ao longo da história da humanidade, encontramos muitas situações em que a fraternidade foi posta em causa:

“A humanidade traz inscrita em si mesma uma vocação à fraternidade, mas também a possibilidade dramática da sua traição. Disso mesmo dá testemunho o egoísmo diário, que está na base de muitas guerras e injustiças: na realidade, muitos homens e mulheres morrem pela mão de irmãos e irmãs que não sabem reconhecer-se como tais, isto é, como seres feitos para a reciprocidade, a comunhão e a doação”⁹⁴.

⁹¹ A responsabilidade aqui analisada é desde o ponto de vista positivo. Neste sentido, estamos a referir-nos à “responsabilidade não enquanto resposta pelos meus atos, mas enquanto correspondência a uma interpelação. E essa interpelação é, precisamente, a vocação originária para ser o que devo ser e, desse modo, contribuir para que o Espírito realize a obra de salvação. Na medida em que respondo a essa interpelação, assumo a minha responsabilidade de criatura que responde à interpelação do Criador. Nessa responsabilidade, sou responsável por tudo e por todos” Cf. Manuel Duque, *O Excesso do dom*, 74.

⁹² Paulo Aido, *Francisco: O Papa dos Pobres* (Lisboa: Zebra Publicações, 2013), 46.

⁹³ Baggio, *La fraternidade en Perspectiva Política*, 209.

⁹⁴ Papa Francisco, “Mensagem para a celebração do XLVII dia mundial da Paz”.

De facto, nos dias de hoje, como em todos os tempos, assistimos diariamente a inúmeros casos de fratricídio. O ódio, a inveja, a violência, a vingança e a indiferença sobrepõem-se ao reconhecimento do outro como igual a si e desembocam na violação da dignidade humana. Embora possa parecer exagero da nossa parte, a verdade é que, hoje em dia, para alguns ‘matar uma pessoa é tão fácil como matar uma galinha’. Nesta perspetiva, compreende-se a tese do atual Bispo de Roma: “O mundo está dilacerado pelas guerras e pela violência, ou ferido por um generalizado individualismo que divide os seres humanos e nos coloca uns contra outros, visando o próprio bem-estar” (EG 99).

Tal como a Sagrada Escritura aponta que o sangue de Abel clamava da terra até aos céus (cf. Gn 4,10), do mesmo modo, hoje, são tantos os gritos dos que dia e noite clamam devido à falta de fraternidade, nas suas mais variadas formas: devido ao tráfico de pessoas, ao trabalho forçado, à escravidão, às violações, à morte de inocentes, aos idosos abandonados em casas ou nos lares, aos doentes esquecidos nos hospitais, à xenofobia, entre tantas outras. De facto, estas realidades quotidianas deveriam levar-nos a questionar: Qual é a minha posição perante estes gritos? Contribuo para o seu aumento ou procuro dar resposta positiva a eles?⁹⁵.

Deus cria criaturas capazes de ateísmo⁹⁶. Quer dizer, Deus não condiciona a liberdade do ser humano. É, pois, pela sua liberdade que o ser humano, tal como Caim, se afasta da sua vocação original à fraternidade e maltrata ou elimina o outro. Neste sentido, o Congresso para os Institutos de Vida Consagrada e para as Sociedades de Vida Apostólica, põe em evidência a exigência que o nosso tempo nos coloca para que implementemos um novo estilo de vida como resposta aos desafios contemporâneos, frisando o seguinte: “No tempo em que a fragmentação leva a um individualismo estéril e de massa, a fraqueza das relações desagrega e

⁹⁵ Diz Osswald: “a solidariedade e a fraternidade não podem limitar-se ao círculo estreito da convivência de cada um com familiares, colegas de trabalho, amigos e conhecidos. Chamam por nós os que vivem abaixo do limiar pobreza, os desenraizados, emigrantes, doentes, os fragilizados e marginalizados, mas também os que enfrentam a solidão, o vazio de vidas inúteis, o desafecto generalizado”, Osswald, “Solidariedade, fraternidade, política: as questões nem sempre fáceis”, 62.

⁹⁶ Cf. Levinas, *Totalidade e Infinito*, 46.

asfixia a atenção pelo humano, somos chamados a humanizar as relações fraternas para favorecer a comunhão dos espíritos e dos corações ao estilo do Evangelho”⁹⁷.

Retomando a narrativa bíblica, mas desta vez numa visão otimista, o ponto de partida da narração situa-nos num ambiente normal. Duas pessoas com funções diferentes - Abel era pastor e Caim era agricultor, e cada um relacionava-se com Deus de um modo específico, mas partilhando a mesma vocação de ser irmãos. Este facto conduz-nos a conceber a fraternidade como dom de Deus e ao mesmo tempo como uma responsabilidade humana: enquanto dom de Deus, *o ser irmão* é vocação divina direcionada a Caim e Abel independentemente daquilo que cada um é capaz de realizar. *Grosso modo*, se vivemos a fraternidade não é por mérito daquilo que fazemos, mas sim é o dom que nos faz fraternos, na nossa condição humana. Neste sentido, compreende-se a afirmação de Bento XVI: “a comunidade dos seres humanos pode ser constituída por nós mesmos; mas, com as nossas simples forças, nunca poderá ser uma comunidade plenamente fraterna (...): a unidade do género humano, uma comunhão fraterna para além de qualquer divisão, nasce da convocação da Palavra de Deus-Amor” (CV 34). Enquanto responsabilidade humana, ambos (Caim e Abel) são chamados a vivê-la no seu quotidiano concreto, amando-se e cuidando-se reciprocamente, e representam a mais gratificante tarefa de cada pessoa: trabalhar responsabilmente para a unidade da família humana.

A partir da dinâmica desta narração, entendemos que, mesmo sendo dom gratuito, a fraternidade é ameaçada pela ação livre do ser humano. Perante esta realidade, questionamo-nos: Num mundo sedento de relações autênticas, que tipo de relação devemos assumir no encontro com outro? Será possível viver de acordo com o projeto de fraternidade numa sociedade globalizada, onde também o individualismo e o relativismo prático são alarmantes? *A priori*, estes fatores apresentam-se como uma anulação de fraternidade, mas, ao mesmo tempo, reclamam a exigência de a fraternidade ser vivida em caridade.

⁹⁷ Congregação para os Institutos de vida consagrada e as sociedades de vida apostólica, *Alegrai-vos: carta circular de Papa Francisco aos consagrados e consagradas* (Prior Velho: Paulinas, 2014), 26.

No entanto, a vivência fraterna na diversidade só é perceptível no prisma do Amor. O próprio Deus é Amor, é fraterno. Melhor dizendo, no mistério trinitário contemplamos a originalidade de fraternidade, isto é, Deus uno na sua essência e diferente na sua função, numa diferença que não anula a unicidade, mas que a afirma⁹⁸. É o mesmo Amor de Deus que cria gratuitamente o ser humano «à Sua imagem e semelhança», e o qualifica como «muito bom».

Ora, Deus não só cria, como também se relaciona com o que cria e, neste caso, com o ser humano. Aqui está a primeira relação do ser humano, ainda antes de entrar em relação com os outros seus semelhantes. E o que diríamos de um Deus assim, senão que é um Deus aberto à diferença? Um Deus que ama as suas criaturas? E o que diríamos do ser humano? É certo que quem recebe um dom aprende a pô-lo a render! Por isso, é neste jogo «do receber e tornar a dar» que o Homem assume a sua responsabilidade, correspondendo à sua vocação existencial, isto é, criado para a relação, para o amor, para a comunhão e para a fraternidade. Só dessa forma se realiza plenamente e se descobre como sendo «um com os outros»⁹⁹, e acima de tudo, cumpre o seu «ser semelhante» de Deus. A este respeito importa recordar as sábias palavras de Joseph Ratzinger:

“Também a relação com Deus é, ao mesmo tempo e acima de tudo, relação humana, funda-se numa comunhão dos homens; (...). Para que eu possa receber como meu este saber do outro na comunhão e o possa provar na minha própria vida, tenho eu mesmo de estar aberto a Deus. Só se em mim próprio houver um órgão de receção pode o som do Eterno chegar até mim através de outros (...). Mas ao mesmo tempo é verdade que Deus não se abre ao eu isolado (...). A relação com Deus está ligada à relação, à comunhão com os nossos irmãos e com as nossas irmãs”¹⁰⁰.

⁹⁸ “O Deus trinitário, uma infinita dinâmica de amor, processando-se em unidade e diferença, conduz-nos à ideia de um ser de manifestação, a qual ilumina o impulso evangélico em direção ao outro, por isso, modelo (...) de irradiação universal”, Joaquim Gonçalves, “Doutrina Social da Igreja Católica. Questões de fundamentação teológica e filosófica”, in *Didaskalia*, vol. XLIV, 2 (2014): 109-125, 114.

⁹⁹ Papa Francisco, na Carta Encíclica *Lumen Fidei*, explica que a abertura própria do amor de Deus, que não é apenas relação entre o Pai e o Filho, entre «eu» e «tu», mas, no Espírito, é também um «nós», uma comunhão de pessoas (LF 39). E, ainda na Carta Encíclica *Laudato Si*, afirma: “(...) todos nós, seres humanos, caminhamos juntos como irmãos e irmãs numa peregrinação maravilhosa, entrelaçados pelo amor que Deus tem a cada uma das suas criaturas (...)” (LS 92).

¹⁰⁰ Joseph Ratzinger, *Olhar para Cristo: Exercícios de Fé, Esperança e Caridade* (Salamanca: Tenacitas, 2006), 40-41. Por isso, é na relação trinitária que temos o modelo de relação, o que nos permite estabelecer laços

Esta relação tem a iniciativa em Deus, que amando o ser humano, o chama a participar na Sua vida. Daí que a resposta do Homem ao convite de Deus implica a sua responsabilidade em viver de acordo com o ideal do amor:

“Ao descobrir-se amado por Deus, o homem compreende a própria dignidade transcendente, aprende a não se contentar consigo e a encontrar o outro, numa rede de relações cada vez mais autenticamente humanas. Tornados novos pelo amor de Deus, os homens são capacitados para transformar as regras e a qualidade das relações, inclusive as estruturas sociais: são pessoas capazes de levar a paz aonde há conflitos, de construir e cultivar relações fraternas onde há ódio, de buscar a justiça onde prevalece a exploração do homem pelo homem. Somente o amor é capaz de transformar de modo radical as relações que os seres humanos estabelecem entre si. Inserido nesta perspectiva, todo o homem de boa vontade pode entrever os vastos horizontes da justiça e do progresso humano na verdade e no bem”¹⁰¹.

Se fizermos uma viagem no tempo e voltarmos o nosso olhar para o mundo hebraico, verificamos que a consciência da fraternidade como dom de Deus e responsabilidade humana está bem presente, ainda que em *palimpsesto*. Para os hebreus, a fraternidade não está baseada pura e simplesmente na procedência comum segundo o sangue, mas depende da comum eleição por parte de Deus. Implica, deste modo, um grande sentido de união e solidariedade: Irmão é para cada israelita o que conforma com ele a unidade não de um determinado povo, senão do único povo eleito por Deus.¹⁰² Assim, a relação de cada israelita com Yahweh era performativa, isto é, tinha consequências para a relação com os outros membros da comunidade: “O povo sentia-se unido, de modo especial, pela sua história de salvação, como filhos de Yahweh formando uma comunidade de irmãos que se concretizava pela fidelidade à aliança” (cf. Js 24,1-27).

Embora a fraternidade israelita tenha limites, isto é, o termo irmão designava somente àqueles que pertenciam ao povo eleito, a verdade é que o livro do Levítico nos dá a entender

fraternos com os demais cumprindo deste modo a vontade de Cristo: “Que todos sejam um como nós somos um”(Jo 17,22).

¹⁰¹ Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, nº 4.

¹⁰² Cf. Ratzinger, *La fraternidad de los cristianos*, 23.

que isso não anulava a abertura e o respeito pelo estrangeiro ou estranho. Vejamos: “O estrangeiro que reside convosco será tratado como um dos vossos compatriotas e amá-lo-ás como a ti mesmo, porque fostes estrangeiros na terra do Egípto. Eu sou o SENHOR, vosso Deus” (Lv 19,34).

Já no Novo Testamento, no quarto Evangelho, encontramos uma frase que espelha nitidamente esta reciprocidade de dom e responsabilidade: “Dou-vos um mandamento novo: amai-vos uns aos outros. Assim como eu vos amei, também vós deveis amar-vos uns aos outros” (Jo 13,34). Nestas palavras de Jesus, apreendemos o mandamento do amor que é dado não só como dom, como também é demonstrado como se deve fazer, porque Cristo amou primeiro como que uma maneira de dar exemplo. Depois é que vem a responsabilidade exigida ao ser humano perante esse mandamento (dom). Trata-se, portanto, de um modo específico de existir e de se relacionar com os demais a partir da aprendizagem com Cristo. Por isso, profere o mesmo autor: “Nós amamos porque Ele nos amou primeiro” (1Jo 4,19).

Na comunidade de Jerusalém vivia-se o ideal de fraternidade no dinamismo da vida quotidiana. Diz-nos o livro dos Atos dos Apóstolos:

“Eram assíduos ao ensino dos apóstolos, à união fraterna, à fracção do pão e às orações. (...) Todos os crentes viviam unidos e possuíam tudo em comum. Vendiam as suas casas e outros bens e distribuíam o dinheiro por todos, de acordo com as necessidades de cada um. Frequentavam diariamente o templo. Partiam o pão em suas casas e tomavam o alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e tinham a simpatia de todo o povo. E o Senhor aumentava, todos os dias, o número dos que tinham entrado no caminho da salvação” (At 2,42-47).

Dois capítulos à frente, comprova-se que “tinham um só coração e uma só alma” (cf. At 4,32). Na verdade, era este sentido de unidade que impulsionava os primeiros cristãos a partilharem tudo, de tal modo que entre eles não havia ricos e pobres. Reinava a igualdade. Logo, estas passagens manifestam a forma de viver de maneira concreta o mandamento novo de amor. Os primeiros cristãos, eram, pois, testemunhos vivos de uma vida imbuída pelo amor ao próximo,

sentindo-se cada um responsável pelo seu semelhante, sem procurar o bem próprio, mas sim o bem comum.

Na carta de São Tiago, podemos ler que “A fé sem obras, está morta” (Tg 2,17). Como já nos apercebemos, sem dúvida que a fé cristã da comunidade primitiva era uma fé viva e performativa, na medida em que a comunhão com Cristo era o fundamento de comunhão de uns para com os outros. Esta forma de estar traduzia-se, assim, num ambiente fraterno, onde todos se tratavam como “irmãos e irmãs” e, para tal, reinava a consciência de que a fraternidade dependia do esforço de cada um. Por esta razão, a fraternidade também designa, um dom recebido para a existência das relações entre os cristãos. Por isso, recebendo o mesmo dom de ser cristãos, de viver como irmãos, esta comunidade soube incarná-lo na sua existência e testemunhá-lo diante daqueles que a rodeava, deixando-os admirados ao ponto de exclamar: “Vede como eles se amam!”¹⁰³, demonstrando assim ser uma comunidade não fechada em si, mas aberta aos demais.

Nestas palavras reside como que uma provocação para cada ser humano em geral e para os cristãos em particular, na medida em que todos são convidados a viver um estilo de relacionamento humano que ponha em comum tanto o que se é como o que se tem, sem esquecer os que estão à margem da sociedade.¹⁰⁴

3. A fraternidade nos documentos do Magistério da Igreja

Na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, a Igreja é definida como “sacramento da união com Deus e da unidade de todo o género humano” (LG 1) e, portanto, ela é sinal visível de fraternidade. Ora, sendo a fraternidade um valor essencialmente cristão, é imprescindível

¹⁰³ Esta expressão chegou-nos através da boca de Tertuliano, que conta a seriedade com que os primeiros cristãos, “tomando a peito” as palavras de Jesus: «*Nisto conhecerão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros* (Jo 13,35)», provocavam a admiração nas pessoas pela sua forma de viver.

¹⁰⁴ Cf. Augusto Vila-Chã, *Ao serviço da vida: para uma assistência mais humana do doente* (Braga: Appacdm de Braga, 2007), 24-25.

ter em conta o que diz a Igreja sobre este aspeto, visto que a ela foi confiada pelo Seu Fundador a tarefa de instruir e orientar.

3.1. A fraternidade no Concílio Vaticano II

São vários os documentos do Concílio Vaticano II nos quais está presente a ideia de fraternidade. Todavia, não se pretende fazer um estudo exaustivo deste ponto, mas referir somente o essencial. Por esta razão, a nossa análise deter-se-á em três documentos: *Gaudium et Spes*, *Nostra Aetate* e *Lumen Gentium*.

O Concílio Ecuménico Vaticano II marcou de um modo excepcional a história e a vida eclesial. Constituiu uma «revolução copernicana» na forma de estar e ser da Igreja perante o mundo e na sua relação com ele. Assim sendo, de uma instituição hierarquizada, demasiado voltada para si e para os seus problemas, passou-se para uma Igreja de comunhão com todos os homens e mulheres de boa vontade, uma vez que é chamada a instaurar a fraternidade universal, através da qual todos os homens formam uma só família e se tratam uns aos outros como irmãos (cf. GS 3 e 24).

No primeiro número da Constituição *Gaudium et Spes* deparamo-nos com a proposta de edificação de uma Igreja solidária em todas as circunstâncias da humanidade: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens do nosso tempo, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo, e nada existe de verdadeiramente humano que não encontre eco no seu coração. (...) É por isso que a comunidade dos cristãos se reconhece real e intimamente solidária do género humano e da sua história” (GS 1).

Mais ainda, a Constituição apela para o reconhecimento da igualdade basilar entre todos os seres humanos: “Uma vez que todos os homens dotados de alma racional e criados à imagem de Deus, têm a mesma natureza e a mesma origem, e porque, redimido por Cristo,

gozam da mesma vocação e destino, deve reconhecer-se, e cada vez mais, a sua igualdade fundamental” (GS 29).

Assim, como salientámos no primeiro ponto deste capítulo (o conceito de fraternidade: origem e significado), o valor da morte e ressurreição de Jesus como manifestação por excelência da fraternidade universal é reforçada aqui. Diz-nos o Evangelista São João que «Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida pelos seus amigos» (Jo 15, 13). No entanto, Jesus não só morreu pelos seus amigos, como também para resgatar toda a criação. Primogénito entre muitos irmãos, após a Sua Morte e Ressurreição, pelo dom do Seu Espírito instituiu, entre todos aqueles que O recebem pela fé e pela caridade, uma nova comunhão fraterna, a qual se realiza no Seu próprio Corpo, que é a Igreja. Neste corpo, todos, membros uns dos outros devem ajudar-se mutuamente, segundo a variedade dos dons que receberam (cf. GS 32).

Segundo Augusto Vila-Chã, esta Constituição põe em destaque a interdependência da dimensão vertical e horizontal da Igreja, demonstrando que “ser comunidade de Jesus Cristo é também viver a fraternidade para o mundo, especialmente para quem, no mundo, necessita de redenção e libertação”¹⁰⁵.

Referimo-nos, portanto, a uma Igreja que, seguindo as pisadas do Seu Mestre, deverá estar aberta ao mundo e, tal como Ele privilegiava os mais vulneráveis (cf. Lc 18,22), esta também deverá dedicar uma atenção especial aos pobres e aos que sofrem. Como mãe, que está sempre atenta ao desenvolvimento do seu filho, às suas necessidades, aos seus problemas e preocupações, a eclesiologia de *Gaudium et Spes* acompanha o ritmo do ser humano, as suas evoluções, progressos e, perante os desafios, aponta sempre um caminho de esperança com os seus ensinamentos, sobretudo através do Evangelho.¹⁰⁶

Por sua vez, a Declaração *Nostra Aetate*, sobre a Igreja e as religiões não-cristãs, ressalva a necessidade da fraternidade cristã estender-se às outras religiões, sustentando a ideia de

¹⁰⁵ Vila-Chã, *Ao serviço da vida*, 24.

¹⁰⁶ Cf. *Ibidem*, 25.

fraternidade Universal, que não permite qualquer tipo de discriminação, quer por motivos raciais, quer por motivos religiosos:

Não podemos, na verdade, invocar Deus como Pai comum de todos, se nos recusamos a tratar fraternalmente determinados Homens, criados à Sua imagem. As relações do Homem para com Deus Pai e as relações do mesmo Homem para com os outros Homens estão de tal maneira ligadas que a Escritura afirma: «quem não ama, não conhece a Deus» (1 Jo.4,8) (cf. NA 5).

Por fim, a constituição sobre a Igreja apresenta a fraternidade existente entre os presbíteros, e o seu múnus de encaminhar os fiéis a viverem dessa mesma forma:

“Desempenhando, na medida da sua autoridade, a função de Cristo, pastor e cabeça, reúnem a família de Deus em fraternidade a tender para unidade (...) e conduzem-na a Deus Pai. (...) A mesma sagrada ordenação e a mesma missão criam, entre todos os Presbíteros, laços de íntima fraternidade, que deve traduzir-se espontânea e alegremente na ajuda mútua, espiritual e material, pastoral e pessoal, nas reuniões, e na comunhão de vida, de trabalho e de caridade” (LG 28).

É preciso que “os pastores sintam o cheiro das suas ovelhas e estas sintam o calor do seu pastor”¹⁰⁷ e, por isso é que, tanto os presbíteros como os leigos são membros do mesmo Corpo de Cristo que é a Igreja. Como tal, deve existir uma relação fraterna entre eles, *conditio sine qua non* para cumprirem fielmente a missão a que são chamados a realizar na terra:

“Os leigos, se por dignação divina, têm a Cristo como irmão, Ele que, sendo Senhor de todos, veio não para ser servido mas para servir (cf. Mt. 20, 28), têm igualmente como irmãos aqueles que, constituídos no sagrado ministério e ensinando, santificando e governando por autoridade de Cristo, apascentam a família de Deus, de tal modo que todos cheguem a cumprir o preceito novo da caridade” (LG 32).

¹⁰⁷ O Papa Francisco, muitas vezes tem utilizado a expressão “pastores com cheiro de ovelhas” para exortar os ministros sagrados a “envolverem-se” com o povo a eles confiado, estando próximos para sentir as suas necessidades, partilhar as suas alegrias e aflições, sendo sinal de esperança na vida que as vezes parece estar vazia de sentido.

3.2. A fraternidade na perspectiva dos dois últimos Papas: Bento XVI e Francisco

Ao abordar este ponto, teremos como marcos as obras “Encíclica *Caritas in Veritate*” (29 de junho de 2009) e “a Mensagem para o XLVII dia mundial da Paz” (1 de janeiro de 2014), de Bento XVI e Francisco respectivamente. Limitamo-nos a apresentar as principais linhas de força sobre a fraternidade presentes nos dois documentos.

3.2.1. A Carta Encíclica *Caritas in Veritate* de Bento XVI (29 de junho de 2009)

Esta Encíclica concentra a sua atenção sobre a caridade como elemento essencial para o bem de cada um e de todos. Refere o Papa que a caridade verdadeira não tem fronteiras nas relações, pelo contrário, é o princípio tanto das microrrelações como das macrorrelações (cf. CV 2). Na sua perspectiva, a caridade está intrinsecamente ligada à verdade, visto que, “pode ser reconhecida como expressão autêntica de humanidade e como elemento de importância fundamental nas relações humanas, nomeadamente de natureza pública” (Cv 3).

Ora, nos dias que correm, diz-se de que estamos na era da «pós-verdade»¹⁰⁸. Não é por acaso, afirma o atual Sucessor de Pedro:

“Na cultura contemporânea, tende-se frequentemente a aceitar como verdade apenas a da tecnologia: é verdadeiro aquilo que o homem consegue construir e medir com a sua ciência; é verdadeiro porque funciona, e assim torna a vida mais cómoda e aprazível. Esta verdade parece ser, hoje, a única certa, a única partilhável com os outros, a única sobre a qual se pode conjuntamente discutir e comprometer-se, depois, haveria as verdades do indivíduo, como ser autêntico face àquilo que cada um sente no seu íntimo, válidas apenas para o sujeito mas que não podem ser propostas aos outros com a pretensão de servir o bem comum. A verdade grande, aquela que explica o conjunto da vida pessoal e social, é vista com suspeita” (LF 25).

¹⁰⁸ Por este conceito entendemos a tendência moderna de definir a verdade da realidade em termos subjetivos. Ou seja, muitas vezes não se considera a verdade objetiva, mas são as emoções, as opiniões e as convicções pessoais que definem a verdade. Numa só palavra, a aparência da verdade sobrepõe-se à verdade em si. Contudo, a caridade sem verdade está entregue ao fracasso.

Perante esta nova realidade, questionamo-nos: até que ponto é possível viver na verdade, enquanto um valor exímio para a fraternidade? O que representam os nossos comportamentos no contexto social? Quais as suas consequências nos grupos em que nos inserimos? Que estruturas propor à sociedade para que haja relações verdadeiras entre os Homens? Ousamos ouvir o apelo do Bento XVI:

“O desenvolvimento, o bem-estar social, uma solução adequada dos graves problemas socioeconómicos que afligem a humanidade precisam desta verdade. Mais ainda, necessitam que tal verdade seja amada e testemunhada. Sem verdade, sem confiança e amor pelo que é verdadeiro, não há consciência e responsabilidade social, e a atividade social acaba à mercê de interesses privados e lógicas de poder, com efeitos desagregadores na sociedade, sobretudo numa sociedade em vias de globalização que atravessa momentos difíceis como os atuais” (CV 5).

Estes aspetos mostram a pertinência de uma vida pautada pela verdade em todos os níveis, sendo essa uma tarefa muito particular da responsabilidade da Igreja, na medida em que é enviada ao mundo para ser, no meio da sociedade, sal, luz e fermento da verdade. Por esse motivo, salienta a encíclica: “O amor na verdade- *caritas in veritate*- é um grande desafio para a Igreja num mundo em crescente e incisiva globalização” (CV 9). Portanto, a Igreja não pode ficar de «braços cruzados» mas tem que agir com viva voz, escutando, afirmando, denunciando, aprovando e reprovando¹⁰⁹ e isto implica um trabalho árduo e sofrimento.¹¹⁰ Deste modo, a encíclica sublinha a urgência da colaboração fraterna entre crentes e não crentes, na qual, os primeiros têm o dever de unir os seus esforços com todos os homens e mulheres de boa vontade, de outras religiões ou não crentes, para que o mundo corresponda efetivamente ao projeto divino: «viver como uma família» (cf. CV 57)¹¹¹.

¹⁰⁹ A este respeito salientamos a tese de Papa Francisco: Já não se pode afirmar que a religião deve limitar-se ao âmbito privado e serve para preparar as almas para o céu, mas os pastores (...) têm o direito e o dever de exprimir opiniões sobretudo aquilo que diz respeito à vida das pessoas (cf. EG 182)

¹¹⁰ Cf. Blázquez, apresentação, 15-16.

¹¹¹ A propósito disto, o Concílio Vaticano II, sublinhando o papel da Igreja na promoção da fraternidade sem fronteiras, salientou: A Igreja alegra-se com o espírito de verdadeira fraternidade (...) entre cristãos e não-cristãos, esforçando-se por remediar as misérias do nosso tempo. (Cf. GS 84)

Na Encíclica em estudo, é referido ainda o desenvolvimento integral enquanto fator preponderante para a integridade da pessoa. Para que haja este desenvolvimento, há que considerar alguns aspetos, tais como: a responsabilidade humana, o destino universal dos bens, o bem comum, a solidariedade, a justiça, a subsidiariedade e, sobretudo, a inviolabilidade da dignidade humana. Bento XVI recorda, por isso, a tese tão verdadeira quanto atual da Encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI: a grande causa do subdesenvolvimento é a falta de fraternidade entre os seres humanos e os povos (cf. PP 66)¹¹². De facto, a pobreza relacional é a raiz de todas as pobreza, uma vez que, a cada um foi dada uma graça específica segundo a medida do dom de Deus, para a utilidade comum (cf. 1Cor 12,7) e, se não houver sólidas relações interpessoais, não é possível partilhar, colaborar, logo não é possível o progresso de todos.

Vários pensadores afirmam que, com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o ser humano revelou uma capacidade extraordinária no domínio dos conhecimentos e na sua criatividade, o que, não obstante, tende a levá-lo a considerar-se autor não só de si como também do mundo, esquecendo-se da Alteridade Originária e, conseqüentemente, do outro seu semelhante. Criticando esta tendência, atesta Bento XVI: “Sem Deus, o desenvolvimento ou é negado ou acaba confiado unicamente às mãos do ser humano, que cai na presunção de auto-salvação e acaba por fomentar um desenvolvimento desumanizado. Só o encontro com Deus permite deixar de ‘ver no outro sempre e apenas o outro’ para reconhecer nele a imagem divina” (CV 11), o que nos faz compreender que a fraternidade não tem origem na razão, mas numa vocação transcendente de Deus Pai, que amando-nos primeiro, ensinou-nos, por meio de Seu Filho, o que é a caridade fraterna (cf. CV 19).

¹¹² No Evangelho segundo São Lucas lemos que “A quem lhe muito foi dado, muito será exigido”, (cf. Lc 12,48). Assim, “a instauração da fraternidade universal diz respeito, primeiramente, aos mais favorecidos. As suas obrigações enraízam-se na fraternidade humana e sobrenatural, apresentando-se sob um tríplice aspecto: o do dever de solidariedade, ou seja, o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em vias de desenvolvimento; o do dever de justiça social, isto é, a rectificação das relações comerciais defeituosas, entre os povos fortes e povos fracos; o do dever de caridade universal, quer dizer, a promoção, para todos, de um mundo mais humano e onde todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros. O futuro da civilização mundial está dependente da solução deste grave problema” (PP 44).

Assim, o desenvolvimento dos povos depende do reconhecimento da pertença de todos à mesma família, na qual ninguém vive para si mas todos colaboram para a comunhão (cf. CV 53). Mas, para isso é preciso que todos ‘abram os braços’ acolhendo-se mutuamente, pois só quando cada um fizer a experiência gratificante de se sentir uma parte integrante de um todo, que é família humana, será capaz de trabalhar para o progresso desta, porque “o tema do desenvolvimento coincide com o da inclusão relacional de todas as pessoas e de todos os povos na única comunidade da família humana, que se constrói na solidariedade, tendo por base os valores fundamentais da justiça e da paz” (CV 54).

Também o trabalho, enquanto elemento que favorece o desenvolvimento, é referido, nesta Encíclica, como algo que dignifica o ser humano, até porque foi o Próprio Deus que deu ao ser humano o mandato de trabalhar para que se sustentasse (cf. Gn 2,15). Todavia, para que possa atingir o seu fim, o trabalho deve ser escolhido livremente de modo a associar eficazmente os trabalhadores ao desenvolvimento da sua comunidade; deve permitir que os trabalhadores sejam respeitados sem qualquer discriminação, assim como deve satisfazer todas as necessidades das famílias (cf. CV 63).

3.2.2. A fraternidade em Papa Francisco

No primeiro ponto da sua mensagem para o XLVII dia mundial da paz, Sob o tema *Fraternidade, Fundamento e Caminho para a Paz*, diz o Papa Francisco que “no coração de cada homem e mulher, habita o anseio duma vida plena que contém uma aspiração irreprimível de fraternidade, impelindo à comunhão com os outros, em quem não encontramos inimigos ou concorrentes, mas irmãos que devemos acolher e abraçar”¹¹³. Com

¹¹³ Papa Francisco, “Mensagem para a celebração do XLVII dia mundial da Paz”.

efeito, para o atual Sumo Pontífice, é considerando-nos uns aos outros como irmãos, que se constrói uma sociedade justa, pacífica e fraterna.¹¹⁴

Contudo, o saber estar e relacionar-se positivamente com os demais, requer uma aprendizagem ativa. Melhor dizendo, apesar do ser humano ter a dimensão relacional escrita no seu ADN, é preciso trabalhar as relações nas suas variadas expressões. Por este motivo, Francisco reconhece o papel da família na promoção da fraternidade como basilar: “graças às funções responsáveis e complementares de todos os seus membros, mormente do pai e da mãe”¹¹⁵. Por isso, a família é o berço da fraternidade, e afirma-se, como caminho primário para a paz, contagiando o mundo com o seu amor.¹¹⁶

Nos tempos hodiernos, mais do que nunca, vivemos numa era de espantoso avanço dos meios de comunicação social. Portanto, se antes o relacionamento entre as pessoas era difícil, nos dias de «aguda intercomunicação» estamos constantemente ligados uns aos outros pela rede, ficando, deste modo, a par de tudo o que acontece no mundo. Ou seja, os meios de comunicação social poderiam ser uma grande oportunidade para aproximar as pessoas, criando raízes para a fraternidade universal: “os mass-medias podem ajudar a sentir-nos mais próximos uns dos outros, a fazer-nos perceber um renovado sentido de unidade da família humana, que impele à solidariedade e a um compromisso sério para uma vida mais digna”¹¹⁷. Contudo, o Papa relembra que “neste tempo em que as redes e demais instrumentos da comunicação humana alcançaram progressos inauditos, sentimos o desafio de descobrir e transmitir a “mística” de viver juntos, misturar-nos, encontrar-nos, dar o abraço, apoiar-nos, participar nesta maré um pouco caótica que pode transformar-se numa verdadeira experiência de fraternidade” (EG 87).

¹¹⁴ Cf. *Ibidem*.

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ Cf. *Ibidem*.

¹¹⁷ Papa Francisco, Mensagem para o XLVIII mundial das comunicações sociais “Comunicação ao serviço de uma autêntica cultura do encontro”, aceso a 18 de janeiro, 2018, https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20140124_messaggio-comunicazioni-sociali.html.

Perante o exposto, o Papa reconhece que, embora o desenvolvimento tecnológico torne mais palpável a consciência da unidade e da partilha, existe também no nosso mundo a “globalização da indiferença”, a qual em vez de semear a vocação de formar uma comunidade feita de irmãos que se acolhem e cuidam uns dos outros, vai destruindo lentamente a nossa sensibilidade pelo outro, isto é, torna-nos menos sensível ao sofrimento alheio, fechando-nos em nos mesmos.¹¹⁸

Aludindo a Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, de Bento XVI (29 de junho de 2009), Francisco recupera a afirmação do seu predecessor: “o fenómeno da globalização torna-nos próximos uns aos outros, mas não nos torna irmãos” (cf. CV 19). De facto, apesar dos progressos que se multiplicam cada vez mais, ao olhar à nossa volta, constatamos muitas situações de desigualdade, pobreza e injustiça, as quais são uma clara manifestação da carência de fraternidade e de solidariedade.¹¹⁹ Estas situações surgem devido a um mundo que defende novas “ideologias, caracterizadas por generalizado individualismo, egocentrismo e consumismo materialista”¹²⁰. Com certeza, esta realidade pode esmorecer os laços sociais, alimentando aquela mentalidade do “descartável” que induz ao desprezo e abandono dos mais fracos, daqueles que são considerados «inúteis».¹²¹

Em atenção a este panorama, é premente readquirir aquilo que nos torna verdadeiramente próximos e marca a nossa identidade humana, incarnando-o na nossa vivência quotidiana – “Ser um povo: habitar juntos o espaço (...). Recuperar a vizinhança, o cuidado, a saudação. Romper o primeiro cerco do mortal egoísmo, reconhecendo que vivemos junto de outros, com outros, dignos da nossa atenção, da nossa amabilidade, do nosso afeto”¹²². Por esta mesma razão, o Papa afirmou noutra ocasião que é preciso sair pela porta para procurar e encontrar! Ter coragem de ir contra a corrente desta cultura eficientista, desta cultura de rejeição. O encontro e o acolhimento de todos, a solidariedade e a fraternidade, são

¹¹⁸ Cf. Papa Francisco, “Mensagem para a celebração do XLVII dia mundial da Paz”.

¹¹⁹ Cf. *Ibidem*.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ Cf. *Ibidem*.

¹²² Jorge Bergoglio, *O Verdadeiro Poder é Servir* (Braga: Nascente, 2013), 102-103.

os elementos que tornam a nossa civilização verdadeiramente humana¹²³, pois o modo de nos relacionarmos com os outros (...) é uma fraternidade mística, contemplativa, que sabe descobrir Deus em cada ser humano, que sabe tolerar as moléstias da convivência agarrando-se ao amor de Deus, que sabe abrir o coração ao amor divino para procurar a felicidade dos outros (EG 92), uma vez que, quando o coração está verdadeiramente aberto a uma comunhão universal, nada e ninguém fica excluído da fraternidade (cf. LS 92).

Neste sentido, na Carta Encíclica *Laudato Si*, o Papa aponta para a ecologia integral como aspecto fundamental a ter em consideração por parte do ser humano: “Não haverá uma nova relação com a natureza, sem um ser humano novo. Não há ecologia sem uma adequada antropologia” (LS 118). Decerto, muitas vezes a reflexão sobre ecologia pode correr o risco de deixar de lado o ser humano, porém, a nova forma de abordar este assunto, abrange o ser humano em todas as suas dimensões quer no espaço, quer no tempo. A ecologia integral proposta pelo Papa Francisco reflete tanto a dimensão pessoal, como a social, a ambiental, a cultural e a espiritual. A propósito disso mesmo, afirma: “Não pode ser autêntico um sentimento de união íntimo com os outros seres da natureza, se ao mesmo tempo não houver, no coração, ternura, compaixão e preocupação pelos seres humanos” (LS 92).

Síntese

Ao longo deste capítulo, procurou-se expor aquilo que dá título ao presente Relatório: A fraternidade enquanto um dos fatores fundamentais para a (con)vivência verdadeiramente humana. Para isso, iniciou-se o capítulo explorando o conceito de fraternidade em si, quer a sua origem etimológica, quer o seu significado e compreensão ao longo da história. Neste sentido, percebemos que a abordagem ao conceito «fraternidade» requer um olhar sobre as suas origens cristãs, no entanto, não podemos negar a sua matriz clássica, marcada pelos

¹²³ Cf. Congregação para os Institutos de vida consagrada e as sociedades de vida apostólica, *Alegrai-vos*, 27.

filósofos gregos, principalmente por Platão e Aristóteles, e o sentido a ela conferido por outros movimentos de cariz religioso e associativos.

Para compreendermos o significado do termo recorreu-se, em primeiro lugar, à definição básica estabelecida no dicionário da língua portuguesa, onde a fraternidade é apresentada como um sentimento que une as pessoas, fundado no afeto próprio dos irmãos, no amor e na harmonia entre as pessoas e, isto implica respeito pela dignidade humana e igualdade de direitos entre todos os seres humanos.

Com as ideias dos dois filósofos atrás referidos, constatamos que a fraternidade é um laço de união que vai para além da consanguinidade, abrangendo à nacionalidade, à associações e à política. Já no mundo helénico o conceito era entendido em termos tanto de consanguinidade como de pertença à mesma crença religiosa. Mais tarde, a Revolução Francesa viria dar consistência a todas estas ideias, afirmando o princípio naturalístico da fraternidade, pelo qual todos os seres humanos são iguais pela sua origem e natureza.

Não obstante, o Cristianismo foi o ponto mais alto do sentido religioso de fraternidade. De um modo particular, o estilo de vida assumido por Jesus foi a prova disso. Através das suas palavras e gestos, Jesus testemunhou que, ser fraterno é saber aceitar a diferença, reconhecer e respeitar o outro, enquanto outro, em toda a sua singularidade. Todavia, a Sua morte e ressurreição, foram a instauração definitiva da fraternidade universal, pois morrendo por todos, fez de todos uma só família, filhos do mesmo Pai. Por isso, e como diz Carlos Loureiro, “a ideia de paternidade e de filiação comuns do Cristianismo serviu de esteio a uma cultura que afirmou a unidade do género humano”¹²⁴.

Porém, dada a liberdade do ser humano, ao longo dos tempos nem sempre a fraternidade foi o critério de orientação nas relações interpessoais. Houve vários casos de atentado à fraternidade que conseqüentemente não respeitaram a dignidade humana. Por esta razão, compreendemos que quando o Homem recusa Deus e as suas propostas, deixa-se

¹²⁴ Carlos Loureiro, Rostos e (des)gostos da(s) Europa(s), 189.

dominar pelo ódio, arrogância, ciúme, inveja, e acaba por se tornar para os seus irmãos fonte de violência e de morte (cf. Gn 4,1-16).

Ainda constatou-se que, a fraternidade é um dom de Deus. Aliás, um dom que é ao mesmo tempo responsabilidade e tarefa humana. Uma tarefa que demora em se concretizar e, portanto, exige um esforço contínuo e diário de cada um, lutando contra todas as formas que a ameaçam. Para que isso aconteça, é urgente repensar em formas de convivência humana, com vista à construção de um mundo melhor, baseado no diálogo, no reconhecimento da alteridade do outro e da sua dignidade, bem como na responsabilidade pelo outro.

Numa ótica cristã, a vida trinitária é o modelo e o fundamento da fraternidade humana. Nela, está a complementaridade das singularidades e a reconciliação das diferenças. Com efeito, a partir do dinamismo do mistério trinitário é possível perceber que, o ser humano é chamado a viver a diversidade na unidade, relacionando-se com os outros e, todos colaborando para a construção de um mundo mais fraterno.

Vimos, de seguida, que o Concílio Vaticano II centra a sua atenção na pessoa. Na constituição *Gaudium et Spes* é sublinhada a necessidade de a Igreja acompanhar todos os ritmos da vida das pessoas, defendendo a dignidade e a igualdade de todos e, preocupando-se com os mais frágeis. Por sua vez, na declaração *Nostra Aetate*, o Concílio alertou para a importância de união entre pessoas de todas as religiões e, mesmo os não crentes. Por fim, a constituição *Lumen Gentium* leva-nos a compreender a fraternidade existente entre o sacerdócio comum e o sacerdócio presbiteral.

Culminámos este capítulo refletindo sobre o que dizem os últimos dois Papas (Bento XVI e Francisco) sobre a fraternidade. Assim, como evoca o seu nome, a Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, de Bento XVI, incide em dois conceitos fundamentais (Caridade e Verdade), os quais são pilares para relações humanas autênticas. Nesta Encíclica, Bento XVI põe em relevo a responsabilidade e preocupação pelo bem comum, salientando que este deve atingir as dimensões da família humana inteira. Sublinha, o Papa, que todos têm

responsabilidade no desenvolvimento integral próprio e alheio e, por isso, propõe a fraternidade universal como solução para o desenvolvimento humano integral num tempo de globalização e de crise.

Por sua vez, o Papa Francisco concebe a fraternidade como um ideal inscrito no mais íntimo do ser humano, cuja primeira e profunda vocação é viver em relação com os seus semelhantes, relação que se concretiza no amor. O Sumo Pontífice convida-nos a sairmos em direção às periferias geográficas e existenciais para anunciar e testemunhar a fraternidade, de modo que nada nem ninguém fique excluído desta. É neste sentido que através da Carta Encíclica *Laudato Si* percebemos o novo olhar que o Papa nos apresenta sobre a ecologia, isto é, uma ecologia que tem em conta não só a natureza propriamente dita, mas também que se preocupa com o ser humano todo.

CAPÍTULO III: CONTEXTUALIZAÇÃO DA DISCIPLINA E PRÁTICA LETIVA DA UNIDADE LETIVA - “CONSTRUIR A FRATERNIDADE” DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA

Ser professor não é apenas saber ensinar, mas também é saber viver, conviver, respeitar o próximo e aprender com ele. É um compromisso consigo mesmo.(...). Ser professor, é legado e também uma missão quotidiana.¹²⁵

Após uma leitura aprofundada, embora consciente de que haveria muito mais para dizer, chegou o momento de direcionar o olhar para aquilo que se poderia denominar de o “gérmen” deste trabalho, isto é, o contexto em que surge esta reflexão, e que não é mais nem menos do que a lecionação da Unidade Letiva “Construir a Fraternidade” do programa nacional de Educação Moral e Religiosa Católica, do quinto ano de escolaridade. Assim, neste capítulo, pretende-se mostrar de que modo o referencial teórico elaborado nos dois capítulos anteriores serviu de fundamentação para a lecionação da Unidade Letiva supracitada.

Para uma melhor compreensão do papel da Educação Moral e Religiosa Católica, a justificação da sua presença e a sua importância no sistema educativo atual, começa-se, este terceiro capítulo, fazendo uma análise à educação, na sua conceitualização e conceção histórica, para depois se aferir o contributo desta disciplina na formação integral dos alunos e na consolidação da fraternidade enquanto um dos valores basilares das sociedades atuais, bem como o papel que o docente desta disciplina desempenha na promoção da fraternidade no ambiente escolar. Posteriormente, faz-se a descrição do contexto de intervenção, a contextualização programática da Unidade Letiva 4 “Construir a Fraternidade” e, por fim, é apresentada uma proposta de lecionação, dando a conhecer como é que as aulas foram planificadas, concretizadas, bem como todo o processo avaliativo das mesmas.

¹²⁵ Cf. Fernando Moita, “A missão do Professor de EMRC no contexto da escola atual.” *Pastoral Catequética*, 26 (2013): 53-74.

1. O lugar da Educação Moral e Religiosa Católica na Educação

Para enquadrar a EMRC no sistema educativo, considera-se importante compreender o conceito de educação e a sua importância quer a nível pessoal, quer a nível social.

Geralmente, quando se fala de educação, o que constatamos é que, muitas vezes ela é concebida apenas no âmbito escolar, restringindo-se deste modo àquele contexto e abrangendo apenas os seus agentes mais diretos (professores, alunos, pais/encarregados de educação, etc). Porém, é preciso consciencializar que a educação não *reside* apenas nas escolas, mas é transversal a toda a vida: “A realidade educativa é, pois, algo demasiado rico e complexo, que transcende em muito o meio escolar e a sua problemática específica, com modalidades e formas concretas, antes e depois desse período restrito de formação, e que se manifesta de uma maneira evidente (...) em todas as culturas desde os primórdios da Humanidade (...)”¹²⁶. Portanto, a educação tem uma dimensão maior do que propriamente ensinar. Ela deve “cultivar a moral, despertando para que o homem tome consciência de que esta deve estar presente em todas as ações da sua vida, em todo o seu desenvolvimento, em todo o ser”¹²⁷. Por isso, falar de educação é debruçar-se sobre uma temática complexa e como tal, a sua abordagem não deve ser reduzida a uma única área de investigação.

No processo educativo convergem muitos fatores e vários intervenientes, o que significa que uma compreensão adequada de educação requer uma visão abrangente. Dado que vivemos numa sociedade em constantes mudanças a todos os níveis, também será necessário ter em conta o modelo de sociedade em que nos encontramos.

Ora, se atendermos ao conceito em si, a educação tem um conjunto enorme de definições e de interpretações, tanto na sua génese como nas várias abordagens em que lhe são levadas a cabo. Trata-se, portanto, de um termo polissémico, daí que a sua conceção e definição varie de acordo com o campo de estudo em que se situa.

¹²⁶ João Boavida e João Amado, *Epistemologia, identidade e perspectivas: Ciências da Educação* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008), 160.

¹²⁷ Regina Maria Fonseca Muniz, *O direito à educação* (Rio de Janeiro: Renovar, 2002), 38.

Todavia, parece-nos importante apresentar aqui uma definição, recuando à sua matriz. Etimologicamente “educação” com origem semântica em latim *educare, educere* significa conduzir para fora, direcionar para fora, cujo sentido implica a ação de preparar a pessoa para o mundo, para viver na sociedade e saber relacionar-se com as diferenças que existem no mundo.¹²⁸ Por isso, a educação é um processo dinâmico que exerce influência sobre as pessoas.¹²⁹

Devido à polissemia já enunciada, ao longo da história, o conceito foi assumindo vários significados - na era moderna ela significava hábitos, valores, costumes transmitidos de geração em geração. Também, o conceito aparece associado à cortesia (até nos dias de hoje é comum ouvir dizer “ele/a é uma pessoa educada”). Mais tarde o termo alargou-se ao âmbito escolar assumindo assim um sentido formal, isto é, passou a ser entendida como um processo de aprendizagem cujo objetivo é fornecer conhecimentos intelectuais e formar a pessoa de modo a torná-la capaz de exercer função pessoal e profissional no meio em que está inserido, ou seja, o professor terá como preocupação estimular os alunos para que desenvolvam as suas qualidades e capacidades. É precisamente neste sentido que se centra esta reflexão.

Educação é um processo contínuo de desenvolvimento, capacitando o indivíduo - físico, intelectual e moralmente para integrar-se na sociedade ou no grupo a que pertence, assim como aparece consagrada no Concílio Vaticano II ao considerá-la como um dos direitos inalienáveis a todos os homens: “a verdadeira educação pretende a formação da pessoa humana em ordem ao seu fim último e ao bem da sociedade. (...) do mesmo modo visa o desenvolvimento harmónico das qualidades físicas, morais e intelectuais, e à aquisição gradual dum sentido perfeito da responsabilidade”(Cf. GE 1). Por sua vez, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, no artigo 26, chama a atenção para duas coisas referentes ao direito à educação e ao seu fim:

¹²⁸ Cf. Dicionário Etimológico: etimologia e origem das palavras, acessido a 9 de setembro, 2017, <https://www.dicionarioetimologico.com.br/educar/>

¹²⁹ Cf. José Manuel Ruiz Calleja, “Os professores deste Século. Algumas reflexões”, *Revista institucional Universidad Tecnológica del Chocó: Investigación, Biodiversidad y Desarrollo*, 1, 27 (2008): 109-117, 109.

“1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz”¹³⁰.

Sintonizando esta ideia, a Lei de Bases do Sistema Educativo, no artigo 3.º, alínea b), estipula que “o sistema educativo deve contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico”¹³¹.

De facto, com todas estas teses, entende-se que a educação é um processo de transformação da pessoa e diz respeito ao seu desenvolvimento integral: «a educação é sobretudo uma formação integral da pessoa, preparando-a para viver plenamente a própria vida».¹³² Nesta ótica, a CEP sublinha que “o principal objetivo da educação é suscitar e favorecer a harmonia pessoal, a verdadeira autonomia, a construção progressiva e articulada dos aspetos racional e volitivo, afetivo e emocional, moral e espiritual”¹³³. Isto significa que o processo educativo não se baseia numa aglomeração de conteúdos materiais, nem é algo neutro, mas está necessariamente guiado por uma determinada conceção do homem¹³⁴, e por isso “é urgente repor a pessoa no centro da educação”¹³⁵.

¹³⁰ Declaração Universal dos Direitos Humanos.

¹³¹ Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, in *Diário da República*, Série I, n.º 237, 1986, 3067-3081.

¹³² Cf. Manuel Cordeiro, *A Árvore do Pão*, 26.

¹³³ Conferência Episcopal Portuguesa, “Carta Pastoral sobre a ‘Educação - Direito e dever – missão nobre ao serviço de todos’ ” (Lisboa: Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa, 2002), n.º 3.

¹³⁴ Cf. Luis Gonzáles-Carvajal, *Entre la utopia y la realidade*, 2ª ed., (Maliaño: Sal Terrae, 1998), 286.

¹³⁵ Manuel Cordeiro, *A Árvore do Pão*, 23.

Com efeito, a vida do ser humano não se compreende sem a sociedade, e portanto a educação acontece no seio de uma sociedade concreta e, por esta razão, da educação não só se beneficia a pessoa a quem lhe diz respeito diretamente (os alunos), como também a sociedade em geral. Deste modo, a educação apresenta-se como um componente essencial da sociedade e, como tal, está direcionada para a transformação social - molda os seus atores em vista da proliferação da sociedade, isto é, as crianças e jovens estão a estudar para o desenvolvimento não só pessoal como também o da sociedade, daí podermos dizer que a educação é o reflexo da nossa sociedade. Por isso, velar por uma educação de qualidade é garantir uma sociedade onde reinem atitudes de cooperação, de tolerância, de entreajuda, de paz, etc. Por esta razão, dizia Nelson Mandela: “a educação é a arma mais poderosa (...) para mudar o mundo”¹³⁶.

Nesta ótica, a CEP, reconhecendo a importância da educação para a sociedade, afirma que “a educação é uma tarefa fundamental da sociedade. Dela depende, decisivamente, o desenvolvimento harmonioso e integral das crianças, dos adolescentes e dos jovens, e a qualidade do progresso da sociedade”¹³⁷. De facto, educar crianças e jovens é formar cidadãos aptos para o cumprimento dos deveres de cidadania e para o progresso de uma sociedade com valores humanos autênticos. Neste sentido, importa sublinhar a afirmação de Jorge Rio Cardoso, “a educação tem como foco central cultivar a humanidade”¹³⁸.

Em 1996, o Relatório para a UNESCO identificou quatro fulcros fundamentais que deveriam nortear os modelos de educação:

“a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de

¹³⁶ Nelson Mandela, *in* 17 frases de Nelson Mandela que todo o mundo deveria ler, acedido a 10 de outubro, 2017, <https://pt.globalvoices.org/2013/12/09/17-frases-de-nelson-mandela-que-todo-mundo-deveria-ler/>.

¹³⁷ Conferência Episcopal Portuguesa, A Educação Moral e Religiosa Católica: Um valioso contributo para a formação de personalidade, nº 1, acedido a 2 de setembro, 2017, <http://www.educris.com/v2/101-conferencia-episcopal-portuguesa/891-a-educacao-moral-e-religiosa-catolica-um-valioso-contributo-para-a-formacao-da-personalidade>.

¹³⁸ Jorge Rio Cardoso, *O Professor do Futuro* (Lisboa: S.A. 2013), 31.

participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes”¹³⁹.

Neste panorama educativo, surgem perguntas cruciais para a nossa reflexão: Qual é o lugar da Educação Moral e Religiosa Católica no sistema educativo? Qual é o seu contributo para os alunos? Que tipo de perfil deve caracterizar o/a professor/a da Educação Moral e Religiosa Católica? E centrando-se no tema do presente estudo, a questão é: de que modo a EMRC pode contribuir para uma vivência fraterna?

Relativamente à primeira questão, a justificação da presença de EMRC no sistema de ensino nacional, podemos encontrá-la na concordata celebrada entre a Santa Sé e o Estado Português em 1940 e, recentemente (2004) reafirmada pelas mesmas entidades. Assim estabelece no seguinte artigo:

Artigo 19º

“1 – A República Portuguesa, no âmbito da liberdade religiosa e do dever de o Estado cooperar com os pais na educação dos filhos, garante as condições necessárias para assegurar, nos termos do direito português, o ensino da religião e moral católicas nos estabelecimentos de ensino público não superior, sem qualquer forma de discriminação.

2 - A frequência do ensino da religião e moral católicas nos estabelecimentos de ensino público não superior depende de declaração do interessado, quando para tanto tenha capacidade legal, dos pais ou do seu representante legal.

3 - Em nenhum caso o ensino da religião e moral católicas pode ser ministrado por quem não seja considerado idóneo pela autoridade eclesiástica competente, a qual certifica a referida idoneidade nos termos previstos pelo direito português e pelo direito canónico.

4 - Os professores de religião e moral católicas são nomeados ou contratados, transferidos e excluídos do exercício da docência da disciplina pelo Estado de acordo com a autoridade eclesiástica competente.

¹³⁹ Jacques Delors *Et al*, *Educação: Um tesouro a descobrir, Relatório Para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação Para O Século XXI*, 77.

5 - É da competência exclusiva da autoridade eclesiástica a definição do conteúdo do ensino da religião e moral católicas, em conformidade com as orientações gerais do sistema de ensino português”¹⁴⁰.

Apesar de a EMRC ser consagrada na legislação portuguesa, o facto de a sua frequência ser de carácter facultativo faz com que para algumas pessoas não seja “catalogada” ao nível das outras disciplinas. Muitas vezes ela é confundida com a catequese e também há quem a veja como uma disciplina de “preencher o horário”. Por esta razão, urge a necessidade de afirmar a sua importância no sistema do ensino, fazendo com que não seja considerada como uma disciplina de menor importância. A propósito disto afirma o professor João Duque: “é preciso consolidar a EMRC num sistema educativo universal, de modo a que ela seja entendida não como um benefício à Igreja Católica prevista na Concordata, mas sim como um serviço da Igreja ao Estado e à sociedade que deve zelar pela formação religiosa dos seus cidadãos”¹⁴¹.

Na verdade, hoje em dia, as crianças e os jovens enfrentam muitos e grandes desafios, que exigem projetos e intervenções aprofundadas, capazes de lhes apontarem uma saída, assim como realça o Papa Francisco, “vivemos numa sociedade da informação que nos satura indiscriminadamente de dados, todos postos ao mesmo nível, e acaba por nos conduzir a uma tremenda superficialidade no momento de enquadrar as questões morais. Por conseguinte, torna-se necessária uma educação que ensine a pensar criticamente e ofereça um caminho de amadurecimento nos valores” (EG 64).

Certamente, neste amadurecimento de valores, contam-se também os valores religiosos e, portanto, se queremos oferecer às gerações novas uma educação global que lhes permita perscrutar o sentido da sua vida, não podemos descurar a sua dimensão religiosa.

¹⁴⁰ Assembleia da República, Resolução da Assembleia da República n.º 74/2004 “Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé, in *Diário da República*, n.º 269/2004, I Série-A, de 16 de Novembro de 2004.

¹⁴¹ João Manuel Duque, “ ‘O ensino religioso na escola pública deve ser independente das vontades políticas’: Agência Ecclesia notícias” (discurso proferido no Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica, Fátima, 25-27 de janeiro, 2013), acedido a 20 de setembro, 2017, <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/emrc-joao-duque-diz-que-o-ensino-religioso-na-escola-publica-deve-ser-independente-das-vontades-politicas/>.

Portanto, é preciso que todos tenham consciência de que “para um futuro de esperança para a humanidade é urgente e necessário recuperar a noção do sagrado, a fim de olhar a humanidade inteira não só com o critério material ou científico e técnico, mas humano, espiritual e cultural”¹⁴² E qual é a disciplina está direcionada para abranger a todas estas dimensões senão a EMRC? Mas, de que forma?

Partindo do princípio de que a educação “gira” em torno da pessoa, com vista ao próprio desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade, então, ela “está baseada numa ideia e num projeto de pessoa e de sociedade em que a dimensão religiosa também tem o seu lugar e espaço”¹⁴³. É esta dimensão religiosa que nos permite compreender a peculiaridade e importância da disciplina de EMRC no sistema educativo, uma vez que se a educação em geral visa a formação integral da pessoa e esta (pessoa) por natureza tem uma dimensão religiosa, então pelo seu componente religioso, a EMRC afigura-se como um valioso contributo para completar a tal formação. A propósito disto merece destaque a afirmação da Conferência Episcopal Portuguesa: “o contributo da EMRC para o desenvolvimento das crianças, dos adolescentes e dos jovens, parte do reconhecimento da componente religiosa como fator insubstituível para o crescimento em humanidade e em liberdade”¹⁴⁴. E ainda, salienta: “a dimensão religiosa é constitutiva da pessoa humana. Por isso, não haverá educação integral, se a mesma não for tomada em consideração; nem se compreenderá verdadeiramente a realidade social, sem o conhecimento do fenómeno religioso e das suas expressões e influências culturais”¹⁴⁵.

O bispo de Bragança-Miranda, Dom José Manuel Cordeiro, sublinhando a importância da EMRC, afirma: “ela oferece uma educação integral, que perspectiva a vida assente em valores”¹⁴⁶. Por sua vez, a Conferência Episcopal Portuguesa atesta: “a EMRC tem um

¹⁴² Manuel Cordeiro, *A Árvore do Pão*, 32.

¹⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴ Conferência Episcopal Portuguesa, *A Educação Moral e Religiosa Católica: Um valioso contributo para a formação da personalidade*, nº 6.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁶ Manuel Cordeiro, *A Árvore do Pão*, 32.

alcance cultural e ‘um claro valor educativo’. Orienta-se para formar personalidades ricas de interioridade, dotadas de força moral e abertas aos valores da justiça, da solidariedade e da paz, capazes de usar bem a própria liberdade”¹⁴⁷. Deste modo, compreendemos que a EMRC, pela sua natureza abrange a todas as dimensões da pessoa e por isso a sua finalidade não é “informativa” mas sim “performativa”, isto é, não está tanto orientada para fornecer conteúdos informativos aos alunos, mas sim para amoldar a sua pessoa, desenvolvendo neles uma visão reflexiva e um raciocínio autocrítico e crítico da realidade circundante, tornando-os maduros. Por esse motivo, sublinham os prelados portugueses: “a EMRC (...) propõe aos educandos uma interpretação integral da existência pessoal e do compromisso social e orienta-os na definição de um projeto de vida enriquecido pelos valores humanizadores do Evangelho que dão conteúdo à liberdade e fundamento à dignidade e à responsabilidade pessoais”¹⁴⁸. A este respeito, escreve Fernando Moita: “Num mundo como o do nosso tempo, que tem o marco de uma procura de sentido, uma presença marcada pela gratuidade, pelo apreço e interesse por cada um, no respeito pela liberdade e por um compromisso com as preocupações mais profundas dos alunos, é a missão urgente dos professores de EMRC”¹⁴⁹.

Costuma-se dizer que onde se encontra o ser humano, encontra-se a cultura e esta emerge da religião, ou seja, a cultura e a religião estão interligadas, assim como o demonstra o SNEC: “a dimensão religiosa, com efeito, é intrínseca ao facto cultural”¹⁵⁰. Deste modo, percebemos que, a necessidade de estudar a religião provinha da constatação de que não é possível ler as produções culturais das sociedades, sem o conhecimento dos códigos religiosos¹⁵¹, e isto

¹⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁴⁸ Conferência Episcopal Portuguesa, “Carta Pastoral sobre a ‘Educação - Direito e dever- missão nobre ao serviço de todos’ ”, nº 5.

¹⁴⁹ Moita, “A missão do Professor de EMRC no contexto da escola atual”, 63.

¹⁵⁰ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica* (Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2014), 162.

¹⁵¹ Cf. Alfredo Teixeira, “A cultura religiosa na escola”, in *Pastoral Catequética*, nº 5, Ano 2, Maio-Agosto 2006.

significa que a presença da EMRC é também uma forma de dar acesso aos alunos, no que diz respeito ao universo simbólico das religiões¹⁵².

Relativamente ao modo como a EMRC favorece o espírito fraterno dentro da escola, salientamos que, esta disciplina, é de grande importância para que os alunos aprendam a viver com os outros e a ser: ela é uma proposta de libertação onde os alunos possam ser instruídos e acompanhados no seu crescimento integral, na capacidade relacional perante si e perante os outros, na verdade e no amor¹⁵³. Por isso,

“Crianças e adolescentes que frequentam as aulas de Educação Moral e Religiosa Católica, nelas participando com interesse e curiosidade, encontram, na qualidade da lecionação e da relação pedagógica, os meios para interpretar a imensidão do universo e os desafios da convivência humana e, assim bem guiados, procurar dar um sentido à sua existência e ao mistério que a envolve”¹⁵⁴.

Só deste modo eles serão capazes de se abrir aos outros e ao mundo, estabelecendo relações humanas autênticas no reconhecimento de que a sua vida só se define em termos de relação.

Com efeito, pela sua natureza “a EMRC constitui uma excelente oportunidade de colaboração na construção de uma sociedade mais justa e mais humana, pelo que é necessário encorajar um diálogo entre todos os intervenientes neste processo, de modo não só a possibilitar mas a incentivar esta colaboração e este serviço mútuo”¹⁵⁵. Por esta razão, a missão do professor de EMRC, é uma interpelação constante para estar aberto e perspicaz no seu modo de encarar esta disciplina, de forma clara, com o fim de que esta seja uma afirmação da dignidade do ser humano que se torne realidade.

Quanto ao professor de Educação Moral e Religiosa Católica, este comunga do perfil comum a todos os professores. Como qualquer outro professor, o docente de EMRC, na sua relação com os discentes, deve ter um comportamento de empatia, um equilíbrio e revelar a maturidade na missão a que desempenha. Deve ter “a capacidade de relação e integração

¹⁵² Cf. *Ibidem*.

¹⁵³ Cf. Moita, “A missão do professor de EMRC no contexto da escola atual”, 57.

¹⁵⁴ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 164.

¹⁵⁵ Juan Francisco Ambrósio, “A Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Pública”, *Communio*, XVIII (2001/ 5):437-49, 449.

escolar”¹⁵⁶. Por conseguinte, a sua peculiaridade consiste no facto de que a sua missão tem a dimensão de uma vocação, que é chamamento divino - ele/a é também chamado/a ser mestre, e, portanto, ele/a é acima de tudo um testemunho vivo diante dos alunos, procurando que toda a sua ação seja pautada pelos valores não só humanos como também cristãos: “uma procura séria, dedicada e constante, da verdade e da caridade, constitui o grande desafio que se coloca ao docente desta disciplina. No quotidiano da escola, por vezes tão complexo e difícil, vive-as e transmite-as aos seus alunos e às suas alunas, usando da palavra e do exemplo”¹⁵⁷. A este propósito, o Código de Direito Canónico destacando a especificidade do/a professor/a do ensino religioso nas escolas, sublinha que ele/a deve caracterizar-se pela exatidão da doutrina, pelo testemunho de vida cristã e pelas qualidades pedagógicas (cf. CIC 804§ 2).

No contexto escolar, “os professores de EMRC reconhecem-se como servidores e semeadores de fraternidade”¹⁵⁸. Por isso, de um modo particular, eles contribuem para que a escola exclua atos de discriminação, de indiferença cultural, promovendo, pelo contrário, a aceitação de diferentes formas de expressão cultural e, combatendo as desigualdades sociais que existem. Consequentemente, a sua relação com toda a comunidade educativa e no exercício da docência deve ter como modelo a relação que Jesus Cristo tinha com as pessoas: estar próximo e procurar ajudar o outro no caminho da verdadeira felicidade, numa atitude de solidariedade que encaminha para uma realidade mais humana e mais fraterna.

Resumiríamos o papel do professor de EMRC nas seguintes palavras do Papa Francisco: “Educar é um gesto de amor, é dar vida. E o amor é exigente, requer que utilizemos os melhores recursos, que despertemos a paixão e que nos coloquemos a caminho com paciência, juntamente com os jovens”¹⁵⁹. De facto, é a isto a que o/a professor/a de EMRC é chamado/a a fazer: criar empatia e construir um relacionamento próximo com todos os alunos, capaz de

¹⁵⁶ Conferência Episcopal Portuguesa, Educação Moral e Religiosa Católica: Um valioso contributo para a formação da personalidade, nº5.

¹⁵⁷ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 164.

¹⁵⁸ Moita, “A missão do Professor de EMRC no contexto da escola atual”, 63.

¹⁵⁹ Papa Francisco, (Discurso aos participantes na Plenária da Congregação para a Educação Católica, Roma, 13 de fevereiro, 2014), in *L’Osservatore Romano*, Edição semanal em Português 8 (2014).

lhes transmitir esperança de um verdadeiro sentido de viver, consciente de que “na doação, a vida se fortalece (...) e os que mais desfrutam da vida são os que deixam a segurança da margem e se apaixonam pela missão de comunicar vida aos outros e nessa missão acontece também a realização pessoal, visto que, a vida é alcançada e amadurece à medida que se entrega para dar vida aos outros” (cf. EG 10).

2. O Contexto de intervenção: Escola de Ensino Básico 2,3 Dr. Francisco Sanches

Antes de começar a sua função pedagógica, é importante que o/a docente tenha um conhecimento prévio sobre o contexto de intervenção. Neste tópico, pretende-se descrever o contexto em que decorreu a PES, começando com a descrição do Agrupamento, em geral, e terminando com a escola de intervenção, em particular.

“O Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, situa-se na zona urbana de Braga e já desenvolve a sua atividade educativa há mais de quatro décadas”¹⁶⁰. Hoje, este Agrupamento integra seis estabelecimentos de ensino. A saber: “EB1 de S. Victor, EB1/Jardim de Infância das Enguardas, EB1/Jardim de Infância do Bairro da Alegria, EB1/jardim de Infância da Quinta da Veiga, EB1 do Bairro da Misericórdia e Jardim de Infância da Quinta das Fontes. Estes estabelecimentos de ensino fazem parte das freguesias de S. Victor e S. Vicente e, cada um, funciona em edifícios autónomos, possuindo, deste modo, uma identidade e denominação próprias”¹⁶¹.

As duas principais metas que o Agrupamento pretende alcançar são: A construção de uma escola de qualidade e a promoção de uma escola para a cidadania. No que se refere à qualidade, o Agrupamento, assume, de uma forma inequívoca a sua ação pedagógica orientada para assegurar que cada aluno atinja o seu potencial máximo, independentemente das capacidades e experiências que traz consigo para a escola. Por esta razão, o projeto

¹⁶⁰ Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, acessido a 23 de setembro, 2017, http://www.aefranciscosanches.pt/2017_01_caraterizacao_agrupamento.pdf

¹⁶¹ *Ibidem*.

educativo propõe um olhar aprofundando sobre cada aluno em particular e sobre os fatores que influenciam o seu processo de aprendizagem, para que a partir desta observação, possa empregar os meios necessários que promovem o sucesso educativo de todos os alunos.

No que concerne à promoção de uma escola para a cidadania, o Agrupamento quer contribuir para a formação de cidadãos responsáveis e críticos, capazes de uma atuação ativa na vida pessoal e preparados para a participação na vida da comunidade. Neste sentido, consciente de que a formação dos alunos implica também a interação constante com o meio envolvente, para além do funcionamento interno, o Agrupamento cria espaço para o envolvimento comunitário numa dinâmica aprendente e fá-lo, quer facilitando a participação das famílias, pais e encarregados de educação nas dinâmicas escolares, quer aprofundando a relação com as parcerias, para que os alunos possam desenvolver competências e assim poderem dar respostas aos desafios que a nossa sociedade em contínua mutação vai colocando. Com vista a ampliar as aprendizagens dos alunos, o projeto educativo estabelece que os alunos participem em projetos nacionais e internacionais, a fim de potenciar o conhecimento, a interculturalidade, o voluntariado e os direitos humanos. Outro objetivo que o Agrupamento em análise visa atingir é o combate à indisciplina e por isso procura adotar as melhores estratégias para evitar qualquer tipo de perturbação dos processos de aprendizagem.¹⁶²

Tendo em conta o projeto educativo, percebe-se que o Agrupamento na sua missão, não está apenas preocupado em cumprir as orientações do ME, mas é acima de tudo uma instituição que na sua atuação quer abranger também a comunidade extraescolar.

A escola sede, onde decorreu a PES, é composta por 2º e 3º ciclos do Ensino Básico. Recentemente, sofreu uma intervenção e hoje apresenta boas condições para que os professores e alunos possam desenvolver um trabalho de qualidade e consigam atingir os

¹⁶² Cf. Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, *Projeto educativo 2017-2018*, acedido a 27 de março, 2017, [http://www.aefranciscosanches.pt/projetos%20 2017_2018.pdf](http://www.aefranciscosanches.pt/projetos%202017_2018.pdf).

melhores resultados. Por esta razão, as salas estão equipadas com material escolar adequado e estão bem aquecidas, favorecendo um clima propício para o acolhimento aos alunos e desenvolvimento da ação educativa.

Relativamente à comunidade discente, a escola EB 2/3 Dr. Francisco Sanches é constituída por uma população heterogénea, quer a nível de estatuto social, cultural e económico, quer no que respeita à proveniência dos alunos - para além dos alunos de nacionalidade portuguesa, tem alunos oriundos de países africanos, da América Latina, da Ásia e também uma parte significativa da comunidade cigana.

É de destacar que, assim como indica o lema do Agrupamento: “Escola Voluntária: Construir uma Escola de Qualidade, ser uma Escola para a Cidadania”, esta escola acredita que o seu trabalho só atingirá a sua meta na sua plenitude, se desenvolver uma formação integral dos alunos e não preocupando-se com uma mera obtenção de resultados académicos extraordinários. Guiada por esta intuição, a escola EB 2/3 Dr. Francisco Sanches desenvolve várias atividades extracurriculares e em 2016 foi premiada por projeto “*Escolas Solidárias Fundação EDP*”, por ter desenvolvido várias atividades de cariz solidário.

3. Caracterização do micro-contexto

Para um bom desempenho de qualquer docente, que possibilite um ensino-aprendizagem significativo, não basta conhecer a escola em geral, mas é muito importante saber quem são os destinatários da ação pedagógica (aluno/as), não conhecer os seus nomes, embora isso tenha o seu valor, visto que, sendo o processo de ensino-aprendizagem uma relação interativa entre o docente e o aluno, tratar cada um/a pelo seu nome é uma dignificação da sua pessoa. Porém, o conhecimento do docente sobre os alunos e alunas deve ir muito além do simples nome, ou seja, é preciso conhecer as suas características humanas: quais são os seus desejos, aspirações, sonhos, hobbies, objetivos? Quais são as suas capacidades? O que gostam e o que não

gostam? Como é o seu comportamento no grupo? Qual é a sua história de vida? Que idade têm e quais são as características próprias dessa faixa etária? Como é que veem e interpretam a realidade? De que modo gostam de adquirir conhecimentos? Só assim poderemos responder às expectativas dos alunos e alunas, fornecendo-lhes um ensino que transforme a sua personalidade e lhes garanta um futuro promissor. Nesta ótica, recorda-nos Rio Cardoso: “o processo de aprendizagem que o professor escolherá nunca será neutro em relação aos alunos que terá de ensinar. Consoante o tipo de público-alvo e as suas experiências e vivências em relação aos temas que serão tratados, assim deverá o professor socorrer-se das melhores estratégias para chegar ao maior número de alunos”¹⁶³.

Do mesmo modo, é preciso um prévio conhecimento espacial para melhor saber gerir este e permitir um ambiente adequado à aprendizagem. O/A professor/a deve saber que, a forma como o espaço está organizado influencia a interação entre ele/a e os alunos. Além disso, o conhecimento antecipado do espaço ajuda o/a professor/a a saber quais os recursos e estratégias didáticos que poderão ser empregues na lecionação e o tom adequado a utilizar para que possa comunicar de forma clara e audível.

Após conhecer a importância que isso implica para a nossa missão enquanto docentes, passa-se agora a descrever, sucintamente, o público-alvo e a sala com quem e em que decorreu a PES.

3.1. A turma de intervenção

Como se referiu no ponto anterior, a caracterização adequada dos alunos assume um papel preponderante para o processo de ensino-aprendizagem, na medida em que permite uma contextualização mais eficaz da planificação a realizar e uma adequação dos objetivos gerais da disciplina para a turma em questão. Na verdade, não faria sentido ter uma metodologia sem

¹⁶³Rio Cardoso, *O professor do Futuro*, 147.

conhecermos o público-alvo, visto que este condiciona, não apenas a planificação, mas também a forma de atuar.

A Prática de Ensino Supervisionada foi realizada numa turma de 5º ano do 2º Ciclo do Ensino Básico. Trata-se da turma 5º1 da EB 2,3 Dr. Francisco Sanches, em Braga. Para conhecer esta turma, o ponto de partida foi colocar, previamente, algumas perguntas, as quais se considerou pertinentes, à professora cooperante. Assim, neste primeiro momento constatou-se que a turma é composta por vinte e três alunos, dos quais vinte e dois estão inscritos e a frequentar na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Destes vinte e dois alunos, onze são do sexo masculino e onze do sexo feminino, com idades compreendidas entre os dez e onze anos e um aluno está assinalado como tendo Necessidades Educativas Especiais. A pouca diferença da idade entre eles, mostra uma homogeneidade no percurso educativo, salvo algumas diferenças no que toca ao desempenho na aprendizagem e no estudo, sendo que uns são mais empenhados e outros menos.

Todos estes alunos vieram de diferentes escolas do 1º ciclo, algumas pertencentes ao Agrupamento. A maioria dos alunos vivem em bairros de Braga e estão integrados em famílias de classe baixa.

Antes de começar a lecionação houve momentos de uma observação direta, mas de forma passiva, ocorrida no contexto de aula, o que foi mote para a elaboração da planificação. Logo no primeiro contacto com os alunos, foi possível denotar alguns comportamentos menos adequados de três alunos, tais como: levantar-se e sair sem pedir licença à professora, intrometer-se quando os colegas estão a falar com a professora, conversas durante a aula, o não respeitar a vez dos outros, o que obrigava a professora titular a fazer repetidamente chamadas de atenção. É de salientar que, embora estas atitudes se manifestassem num número reduzido de alunos, a verdade é que elas são suficientes para perturbar o processo de ensino-aprendizagem, pelo que foi um momento oportuno para começar a esboçar mentalmente as variadas estratégias que deveriam ser adotadas para a planificação, de modo a apelar à

concentração e a motivar esses alunos e permitir que todos adquirissem conhecimentos dos conteúdos de forma organizada e profunda.

Não obstante, esta turma também tem muito de bom para se dizer e, por isso, na primeira aula assistida percebeu-se que, os alunos, são na sua maioria, dinâmicos, participativos e com alguns objetivos para a sua vida futura visto que, na apresentação entre eles e a docente (estagiária), quando se perguntou sobre o que mais gostavam de fazer, um grande número dos rapazes disse que gostava de jogar futebol e tencionava ter esta atividade como sua profissão futura, as raparigas mostraram interesses variados, sendo que uma aluna destacou-se como tendo grande capacidade para desenhar e pintar, informando que já costuma fazer trabalhos para exposições nas atividades que se realizam nas ocasiões importantes da cidade de Braga. Porém, no grupo ainda há quem não saiba do que gosta. No que toca os seus tempos livres, estes são preenchidos de várias formas: ouvir música, passear, ver televisão, brincar com os amigos e ler.

No que concerne à reação perante a presença de um/a novo/a professor/a, constatou que estes alunos não têm problemas quanto a isso. Relativamente a essa nova situação, não levantaram questões referentes à presença de outra professora nova na sala de aula, aliás, não se notou o sentimento de distinção ou de rejeição. Ao contrário, desde logo no primeiro contacto, nas suas faces vislumbrava a alegria de ter um novo membro no grupo e, tinham um grande interesse e curiosidade em conhecer outras realidades; até porque o facto de a professora ser de nacionalidade, cultura e contexto social diferente e, com um sotaque “engraçado”, já suscitava uma curiosidade acrescida. No fundo estes alunos, na sua ingénua idade, já compreenderam o valor da diferença, isto é, *a diferença bem encarada é motivo de enriquecimento e não de conflito.*

3.2. A Sala de aula

A sala de aula da turma do 5º1 apresenta uma dimensão apropriada para o número de alunos que constitui a turma e está situada num cantinho onde há pouca movimentação, o que é favorável para a concentração numa grande escola como aquela. O mobiliário é novo, confortável e as carteiras dos alunos estão organizadas em três filas com um espaço adequado entre elas permitindo a deslocação do docente, o que é vantajosa porque possibilita uma aproximação e um contacto próximo entre a docente e os discentes.

É uma sala retangular, que possui três janelas enormes. Por esta razão, esta sala é bem iluminada. Contudo, a luminosidade pode ser regulada através dos estores que cada janela possui. Ao longo duma das paredes da sala, está um placard de cortiça que pode ser utilizado para alguma fixação de atividade realizada na aula. Na mesa do professor, está um computador, com ligação à internet e ao projetor, que já se encontra fixado no teto. Algo que nos chamou atenção à primeira vista, é que na sala não há tela para projeção e por isso para executar este pequeno ofício, a docente tem que utilizar o quadro e, isso é incomodativo uma vez que se quiser escrever alguma coisa, durante a projeção, tem que utilizar os cantos do quadro, o que na realidade é limitativo.

4. Contextualização programática da Unidade Letiva “Construir a Fraternidade”

Para que se possa atingir bons resultados de qualquer trabalho, o profissional deve saber quais as finalidades da sua atividade de modo a executá-la com um determinado horizonte. Assim, antes de nos debruçarmos sobre a nossa temática parece-nos importante trazer à “tona” as finalidades¹⁶⁴ da disciplina de EMRC. De acordo com o programa de

¹⁶⁴ As finalidades de uma disciplina constituem um dos elementos essenciais do currículo escolar. No caso específico de EMRC, são as grandes metas que se pretende alcançar, mas para atingi-las é preciso que o aluno faça um processo académico interrupto durante todo o processo escolar, Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 4.

EMRC de 2014, supõe-se que o/a aluno/a, que fizer uma frequência continuada desta disciplina, consiga alcançar as seguintes finalidades:

- “Aprender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em particular;
- Conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos;
- Estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé;
- Adquirir uma visão cristã da vida;
- Entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso;
- Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social;
- Aprender o fundamento religioso da moral cristã;
- Conhecer e descobrir o significado do património artístico-religioso e da simbólica cristã;
- Formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé;
- Estruturar as perguntas e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade;
- Aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência”¹⁶⁵.

Todas estas finalidades sintetizam-se numa única «grande finalidade»: “a formação global do aluno, que permita o reconhecimento da sua identidade e, progressivamente, a construção de um projeto pessoal de vida. Promove-a a partir do diálogo da cultura e dos saberes adquiridos nas outras disciplinas com a mensagem e os valores cristãos enraizados na tradição cultural portuguesa”¹⁶⁶.

A partir destas finalidades são estabelecidas metas curriculares para cada uma das Unidades Letivas do programa de EMRC, cuja função é “permitir a definição de um conjunto de objetivos programáticos e estes articulam-se em torno de um conjunto de conteúdos”¹⁶⁷.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

¹⁶⁶ *Ibidem*, 5.

¹⁶⁷ *Ibidem*, 9. As metas curriculares que compõem o programa de EMRC definem o que o professor pretende que os seus alunos aprendam no final da UL. Estas só serão alcançadas na totalidade se o aluno fizer todo o percurso escolar.

A Unidade Letiva “Construir a Fraternidade” a qual é objeto do presente estudo, é uma das quatro Unidades Letivas propostas no programa do 5º ano. São elas:

UL 1: “Viver Juntos”;

UL2: “Advento e Natal”;

UL3: “A Família, Comunidade de Amor”;

UL 4: “Construir a Fraternidade”.

Nas habituais reuniões do núcleo de estágio com a professora cooperante foi definido que a UL “Construir a fraternidade” seria lecionada depois das UL 1 e 2, “Viver juntos” e “Advento e Natal”, respetivamente. Portanto, agendaram-se as seis aulas a serem lecionadas nesta UL, tendo ficado estabelecido que decorreriam no segundo período letivo, entre 8 de janeiro e 19 de fevereiro do ano 2018, com um intervalo do Carnaval entre a quinta e a sexta aula.

Embora, como vimos no programa curricular de EMRC, a UL “Construir a fraternidade” não esteja disposta imediatamente a seguir às duas primeiras Unidades Letivas supracitadas, considerou-se que seria melhor antecipar a sua leção porque, se seguisse a sequência temática proposta no programa, ainda seria lecionada a UL 3 –A Família, Comunidade de Amor, o que implicaria que a leção da UL 4 “Construir a fraternidade” seria numa fase mais tardia, precisamente no final do terceiro período letivo.

❖ Porque se escolheu a lecionar a Unidade Letiva “Construir a Fraternidade” e não outra?

A escolha desta Unidade Letiva deveu-se a várias razões: a primeira, o tema tem muito que diga ao nível pessoal, uma vez que, sendo a professora (estagiária) uma religiosa, construir e testemunhar a fraternidade é para ela um desafio diário e, por isso, considerou-se este ano de PES um *Kairós* para refletir com profundidade sobre o tema. Segunda, a escolha do tema prendeu-se com a sua pertinência e atualidade. Também achou-se interessante e

desafiante lecionar este tema a alunos desta faixa etária visto que, tratando-se de alunos que estão na fase da pré-adolescência, é nesta idade que começam a despertar para novas realidades, começam a distanciar-se um pouco dos pais, enquanto os amigos passam a ter um maior relevo nas suas vidas, porque nesta fase as relações de amizade são muito importantes daí que pareceu-nos oportuno abordar esta temática.

Do programa de EMRC, nesta Unidade Letiva pretende-se alcançar as seguintes metas:

Q (Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana).

G (Identificar os valores evangélicos).

N (Promover o bem comum e o cuidado do outro).

L (Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé)¹⁶⁸.

Cada uma destas metas corresponde a um determinado domínio de estudo (ver Doc. 1).

A correspondência entre as metas, os objetivos e os conteúdos propostas para esta UL é a seguinte:

Metas	Objetivos	Conteúdos
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	1. Reconhecer a igual dignidade de todo o ser humano.	<p>* O significado da palavra «fraternidade» e o seu alcance social e religioso;</p> <p>* Somos todos irmãos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Todos somos seres humanos; - Todos somos dotados de razão e consciência (DUDH, artigo I); - Todos somos habitantes da mesma casa: o Universo e a Terra são o nosso lar.

¹⁶⁸ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 60.

	2. Valorizar a comum filiação divina.	<p>* Deus, como Pai, ama a todas as pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Jo 13, 14; - Mt 7, 11; - Mt 5, 43-48.
G. Identificar os valores evangélicos.	3. Reconhecer como modelo de vida a forma de viver das primeiras comunidades cristãs.	<p>* Os primeiros cristãos propõem- nos uma comunidade modelo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Act 2, 42-27; - Act 5, 12-16.
	4. Verificar quais são as fragilidades e as ameaças à fraternidade.	<p>* O mal, fragilidade e ameaça à fraternidade, que vai contra a dignidade e a felicidade da pessoa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mentir; - Pensar mal do outro; - Desejar mal ao outro; - O conflito não resolvido e a violência; - A maledicência; - O egoísmo; - A inveja; - A ofensa; - A rejeição.
	5. Identificar a perspectiva cristã sobre o perdão.	<p>* A mensagem cristã sobre o perdão:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Sir 28, 1-7, perdoar o outro e recusar a vingança; -Lc 6, 36-38, ser misericordioso.
N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.	6. Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno.	<p>* Construir um mundo fraterno promovendo a concórdia nas relações interpessoais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aceitar os erros (a revisão de vida); - Estar disposto a pedir perdão; - Aceitar os outros, apesar dos seus erros; - Ser capaz de perdoar; - Aceitar ser perdoado.

L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.	7. Comprometer-se com a construção de um mundo mais fraterno promovendo o bem comum e o cuidado do outro.	* A regra de ouro, Lc 6, 31: “O que quiserdes que os outros vos façam, fazei-lho vós também”. A proposta para promover o bem comum e cuidado do outro na nossa vida.
---	---	---

Tabela 1 - Metas, objetivos e conteúdos da UL: Construir a Fraternidade.

5. Planificação das aulas

Diego Gozo diz que uma bela ideia, totalmente nossa, bem estruturada, bem arquivada na nossa memória, poderá funcionar numa situação nova.¹⁶⁹ Com a frase atrás referida, compreendemos que quando uma atividade é bem planeada, assimilada é possível realizá-la de tal modo que atinge totalmente o seu propósito, mesmo se acontecer imprevistos.

Após conhecer a escola, os alunos, a sala e o conteúdo estabelecido no programa, o/a professor/a propõe-se à planificação das aulas. Por isso, neste ponto, apresenta-se uma proposta de planificação para a lecionação da Unidade Letiva “Construir a Fraternidade”. Antes de tudo importa saber o que se trata quando se fala da planificação. Dizem Mary Hohmann e David P. Weikart: “Planear é um processo intelectual no qual os objetivos internos dão forma a ações antecipadas”¹⁷⁰. Aplicando esta definição à missão do/a docente percebemos que, é através da planificação que o/a professor/a procura, antecipadamente, a maneira adequada para pôr em prática os conteúdos que pretende transmitir aos alunos, a fim de alcançar as metas e atender os objetivos exigidos no programa, sempre tendo em conta as necessidades do público-alvo (alunos): “uma boa planificação (...) exige que o docente adquira conhecimento sobre as turmas e os alunos, de modo a adaptar a lecionação tanto aos objetivos e conteúdos como à população discente”¹⁷¹.

¹⁶⁹ Cf. Diego Goso, *Manual do animador perfeito* (Lisboa: Paulus, 2015), 45.

¹⁷⁰ Mary Hohmann e David P. Weikart, *Educar a Criança* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 249.

¹⁷¹ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 159.

Por conseguinte, na planificação, o/a docente terá que considerar sempre o programa estabelecido para a própria disciplina visto que, “uma lecionação adequada da disciplina parte de uma Planificação criteriosa e esta baseia-se no respeito pelas Finalidades da disciplina, as suas Metas Curriculares e a lógica interna dos objetivos e conteúdos que se apresentam”¹⁷². Por esta razão, a planificação é indispensável para ação pedagógica de qualquer docente: “A preparação das aulas é um aspeto fundamental para um bom professor, pois ditará, de forma determinante a apreensão da matéria pelos alunos”¹⁷³. E ainda porque “a planificação cuidada das aulas evita uma prática de ensino entregue ao acaso, que é sempre improdutivo”¹⁷⁴.

No Decreto *Christus Dominus*, O Concílio Vaticano II dirigindo-se aos Bispos, diz que estes devem “ensinar a doutrina cristã com métodos adaptados às necessidades dos tempos, isto é, que respondam às dificuldades e problemas que mais inquietam e angustiam os Homens” (cf. CD 13). Transpondo esta recomendação para o campo do ensino é perceptível que, o/a professor/a, para planificar bem as aulas deverá colocar-se a quatro questões cruciais:

1. “O que quero que os alunos aprendam?”
2. Qual a melhor forma de lhes transmitir estes conhecimentos?
3. Como posso avaliar se realmente aprenderam e se sabem aplicar esses conhecimentos?
4. Qual a melhor estratégia para corrigir os que não atingiram os objetivos?”¹⁷⁵.

Após perceber o que é planificação, qual é a sua importância e o que requer do professor, disponhamo-nos agora a descrever a nossa proposta de planificação.

Trata-se de uma planificação detalhada, feita aula a aula, que servirá de um fio condutor para a PES. De seguida será apresentada a grelha de planificação para cada uma das aulas, onde estão registadas as metas de aprendizagem, os objetivos a atingir, os conteúdos a

¹⁷² *Ibidem*.

¹⁷³ Cardoso, *O Professor do futuro*, 145.

¹⁷⁴ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 159.

¹⁷⁵ Rio Cardoso, *O Professor do futuro*, 145.

abordar, as estratégias de ensino, os recursos a utilizar, a avaliação e o tempo de duração de cada aula.

Como já mencionámos a Prática de Ensino Supervisionada desenvolver-se-á em seis tempos letivos.

Um dos recursos a usar ao longo das seis aulas será ao que denominamos de “caderno de registos”. É um caderno de tamanho A5 com capa de cartolina. Este caderno foi preparado para os alunos anotarem as ideias principais dos conteúdos abordados em cada aula e depois ficará com eles



Figura 1 – “Cadernos de Registos”

para uma futura consulta e como recordação desta Unidade Letiva. Por esta razão, alguns dos recursos utilizados ao longo das seis aulas serão colados no caderno. Na capa deste caderno está colado, ao meio, uma imagem alusiva à fraternidade, no canto superior à direita, a foto e o nome do/a aluno/a, no canto superior à esquerda, o logotipo da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica e escrito o ano da escolaridade e, na parte inferior, está escrito o nome da UL. Na primeira página está colado um cartão (cartão de autoavaliação), onde se encontram alguns aspetos para que cada aluno/a possa avaliar o seu processo de aprendizagem e comportamento nas aulas (ver Doc. 2).

Outro recurso presente em todas as aulas são as que apelidamos de “Plantas de fraternidade” - São duas plantas, uma verdadeira e outra artificial, previamente preparada pela docente. Nas folhas da planta artificial, estão escritas as atitudes que, no nosso parecer, se forem praticadas na



Figura 2 – “Plantas de fraternidade”

nossa vida quotidiana, contribuem para a construção de fraternidade. O uso destas plantas é simbólico e, por isso, no fim de cada aula quatro ou três alunos vão tirar, cada um, uma folha da planta artificial. Quanto a planta verdadeira será cuidada com todo o carinho. Pretende-se

que até ao fim das seis aulas, a planta artificial fique só com o tronco e os ramos, enquanto a planta verdadeira estará intacta e robusta. Assim, o recurso a estas plantas tem como objetivo, ao fim da lecionação desta Unidade Letiva, os alunos percebam que as pequenas atitudes do dia-a-dia (amor, respeito, carinho, perdão, ajuda, partilha, valorização do outro, etc) são importantes para construir a fraternidade e se não as praticamos torna-se impossível um bom relacionamento e a fraternidade é posta em causa (planta artificial). Ao contrário, se estabelecemos uma boa relação, valorizando e cuidando uns aos outros, progredimos na nossa vida do dia-a-dia e assim construímos a fraternidade (planta verdadeira).

5.1. Aula nº 1: Introdução à Unidade Letiva 4 - «Construir a Fraternidade»:

Definição da palavra fraternidade e o seu alcance social e religioso.

A primeira aula é lecionada no dia oito de janeiro de 2018. Nesta aula, a meta a trabalhar é: **Q** (Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana) e pretende-se atingir os seguintes objetivos:

1. Reconhecer a igual dignidade de todo o ser humano;
2. Valorizar a comum filiação divina;
3. Implicar os alunos no processo de avaliação, tornando-os autocríticos do seu desempenho na sala de aula.

Para a sua concretização, os conteúdos a abordar são «O significado da palavra “fraternidade” e o seu alcance social e religioso». Mais concretamente, nesta aula, a turma é levada a reconhecer a igual dignidade de todos os seres humanos e a saber que é possível relacionarmo-nos e vivermos uns com os outros como irmãos apesar das nossas diferenças - «Somos todos irmãos», e, ainda, tenciona-se que os alunos desenvolvem a consciência religiosa da origem divina de todos - «Todos somos filhos de Deus».

A aula começa com o acolhimento aos alunos. Em seguida, a professora regista o sumário no quadro - “Introdução à Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade” - e faz-se uma breve contextualização da mesma. O registo do sumário no início da aula deve-se ao facto de captar a atenção dos alunos e também ser um fio condutor para a professora. Depois, a docente entrega a cada aluno o “caderno de registos”, explica para que serve e explora o conteúdo do cartão que se encontra na primeira página. Neste cartão cada aluno/a é desafiado/a a autoavaliar-se nos seguintes parâmetros: “atenção nas aulas”, “interesse pelo conteúdo”, “desempenho nas atividades propostas”, “respeito pela professora” e “respeito pelos colegas”. A docente explica que, após cada aula cada um procederá à sua própria avaliação, na escola ou em casa, em cada um dos componentes prescritos no mesmo, atribuindo-se os valores de 1 a 5, onde, 1 equivale a Não Satisfaz, 2 a Satisfaz, 3 a Bom, 4 a Muito Bom e 5 a Excelente. A utilização desta ferramenta tem como objetivo responsabilizar os alunos, tanto no comportamento como no empenho e interesse pelos conteúdos abordados em cada aula, pelo que a docente espera que seja uma mais-valia para apelar à concentração dos alunos ao longo das seis aulas.

Após a docente verificar que todos compreenderam o propósito do “caderno de registos” e o conteúdo do cartão de autoavaliação, solicita-lhes que transcrevam o sumário registado no quadro, nos respetivos “cadernos de registos”. Seguidamente, a docente introduz a lecionação privilegiando em primeiro lugar o método indutivo.

Assim, a professora escreve a palavra “fraternidade” no meio do quadro. A primeira estratégia utilizada nesta aula é o diálogo, para que os alunos dialoguem, em pares, sobre o que entendem por fraternidade. Esta estratégia é escolhida tendo como base a intuição de que “não há fraternidade sem o reconhecimento do outro”, e por isso, ela (fraternidade) pressupõe a relação e o diálogo, o que permitirá aos alunos a olharem-se olhos nos olhos e relacionarem-se, partilhando os seus conhecimentos prévios sobre o conceito. Em seguida, cada grupo é convidado a dizer duas palavras resultantes do diálogo e estas são escritas no quadro à volta

da palavra “fraternidade” e transcritas nos respetivos “cadernos de registos”. Terminada esta partilha, a professora projeta em PowerPoint o significado geral da palavra «fraternidade» retirado do dicionário da língua portuguesa e do manual do aluno. Assim, é explicada que “a *fraternidade* provém da língua latina, “*frater*” que significa *irmão*. Por esse motivo, designa a boa relação entre todas as pessoas, na qual se desenvolvem sentimentos de afeto e respeito, próprios entre os irmãos de sangue, existindo, assim, um laço de união entre elas, baseado no respeito pela dignidade humana e na igualdade de direitos entre todos os seres humanos”. Esta exposição será feita de forma dialogante com os alunos, valorizando sempre as suas experiências de fraternidade.

Referindo o seu sentido religioso, é explicado que, para os cristãos toda a vida vem de Deus e por isso Ele é Pai de todos os seres humanos, o que implica devemos olhar o outro e tratá-lo como nosso verdadeiro irmão. Em seguida, a docente projeta algumas imagens (com legendas) alusivas à fraternidade e vai dialogando com os alunos sobre cada uma.

Para finalizar a aula, e de modo a aprofundar a apreensão da palavra fraternidade por parte dos alunos, a professora faz a síntese da aula com a colaboração dos mesmos. Desta forma, a professora percebe se os conteúdos ficaram minimamente compreendidos por eles.

Posteriormente, são apresentadas aos alunos as “Plantas de fraternidade” acima referidas e explica que, em cada aula, quatro alunos vão tirar, cada um, uma folha da planta artificial, de tal modo que, até ao fim das seis aulas cada aluno tenha tirado uma folha. Quanto à planta verdadeira, vamos cuidá-la muito bem. Neste aspeto a docente espera que os alunos vão ter curiosidade em saber para que servem as plantas e tais atitudes, mas a professora dirá que só no fim da sexta aula iremos saber.

Quatro alunos tiram, cada um, uma folha, da planta artificial.

A docente convida os alunos a personalizarem, cada um, o seu “caderno de registos” e relembra-lhes para procederem à avaliação do seu empenho na aula como está estabelecido no cartão de autoavaliação. Agradece a todos as suas participações e despede-se dos alunos.

Tabela 2 – Grelha com a planificação da aula nº 1

Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade

Ano: 5º | Turma: 5º1

Data: 8-01-2018

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
<p>SUMÁRIO: Introdução à Unidade Letiva 4 “Construir a Fraternidade”. Fraternidade: definição do termo, o seu alcance social e religioso e, exploração da sua importância na vivência quotidiana.</p>			<p>-Acolhimento aos alunos</p> <p>-Registo do sumário</p>	<p>-Quadro e marcador</p>	<p>5min.</p>	<p>-Assiduidade</p>
<p>Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</p>	<p>1. Reconhecer a igual dignidade de todo o ser humano.</p> <p>2. Valorizar a comum filiação divina.</p> <p>3. Implicar os alunos no processo de avaliação tornando-os autocríticos do próprio desempenho na aula.</p>	<p>-O significado da palavra «fraternidade» e o seu alcance social e religioso.</p> <p>- Somos todos irmãos.</p> <p>-Todos somos filhos de Deus.</p>	<p>-Entrega de um “caderno de registos” a cada aluno. Nele, os alunos devem anotar as ideias principais de cada aula.</p> <p>-A professora abre a primeira página do caderno e explica a finalidade do conteúdo da mesma (na primeira página está colado um cartão no qual cada aluno deve autoavaliar, no final de cada aula, o seu desempenho e comportamento), ao longo das seis aulas desta Unidade Letiva.</p> <p>-Escrever a palavra fraternidade no meio do quadro e convocar diálogo a pares, acerca do seu significado.</p> <p>-Solicitar a partilha do resultado do diálogo, escrevendo as ideias que os alunos forem</p>	<p>“Caderno de registos”.</p> <p>-Quadro e marcador</p>	<p>5min.</p> <p>10min.</p>	<p>-Atenção e participação oportuna na aula.</p> <p>-Respeito pelos outros.</p> <p>-Cumprimento das regras da sala de aula.</p> <p>-Responsabilidade no Cumprimento das tarefas propostas.</p> <p>-A capacidade de concentração.</p>

			<p>mencionando à volta da palavra «fraternidade» já escrita no quadro e os alunos transcrevem-na no “caderno de registos”.</p> <p>-Apresentação em PowerPoint da origem etimológica da palavra «fraternidade» e a sua definição retirada do dicionário da língua portuguesa e do manual do aluno, ditando-a em simultâneo e dialogando com os alunos acerca da mesma.</p> <p>- A partir das duas definições, a professora realça os aspetos fundamentais: (afeto, relação, igualdade, dignidade).</p> <p>-Projeção do significado religioso da palavra fraternidade e exposição de imagens alusivas à fraternidade.</p> <p>-Síntese da aula - feita de forma dialogante com os alunos.</p> <p>-Apresentação das “Plantas de fraternidade” e explicação da sua finalidade.</p> <p>- Quatro alunos tiram, cada um, uma folha, da planta artificial.</p> <p>- Cada aluno personaliza o seu</p>	<p>“Caderno de registos” e caneta.</p> <p>-Computador e projetor.</p> <p>-Manual do aluno.</p> <p>-Dicionário da língua portuguesa.</p> <p>-Computador e projetor</p> <p>-Duas plantas: Uma verdadeira e outra artificial¹⁷⁶</p> <p>“Planta artificial de fraternidade”.</p>	<p>5min.</p> <p>5min.</p> <p>2min.</p> <p>3min.</p> <p>2min.</p> <p>2min.</p> <p>1min.</p>	
--	--	--	---	---	--	--

¹⁷⁶ Estas plantas estarão presentes em todas as aulas. Elas têm significado simbólico para fazer os alunos compreender que, com as pequenas atitudes diárias podemos construir ou destruir a fraternidade. O seu significado só será revelado na última aula.

			<p>“caderno de registos” enfeitando-o.</p> <p>-Os alunos procedem a autoavaliação no cartão de autoavaliação.</p> <p>Despedida entre alunos e professora.</p>	<p>-“Caderno de registos” e caneta.</p> <p>-Cartão de autoavaliação e caneta.</p>	<p>3min.</p> <p>1min.</p> <p>1min.</p>	<p>-Seriidade na Autoavaliação.</p>
<p>Síntese: Para os cristãos somos todos iguais em dignidade e a nossa fraternidade é de origem divina, porque Deus é Pai de todos e se é Pai, nós somos irmãos.</p>						

5.2. Aula nº 2: Razões para sermos fraternos: Razão científica, humanista e ecológica

Na segunda aula, a decorrer no dia quinze de janeiro, é trabalhada a seguinte meta curricular: **Q** (Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana). De modo a alcançar esta meta, pretende-se que os alunos tomem a consciência da igual dignidade de todo o ser humano e saibam valorizar a comum filiação divina. Assim, os conteúdos a abordar são:

- Todos somos seres humanos.
- Todos somos dotados de razão e consciência.
- Somos todos habitantes da mesma casa: o universo e a Terra são o nosso lar.

A aula inicia-se com o acolhimento aos alunos e a projeção, em suporte PowerPoint, do sumário da aula: «Temos origem comum», «Somos iguais em dignidade» e «A Terra é a nossa casa comum». Em seguida, faz-se oralmente, em conjunto com os alunos, a síntese dos conteúdos abordados na aula anterior. Esta opção tem como objetivo a consolidação dos conteúdos lecionados e serve como um eixo de ligação entre o que foi feito e o que vai ser abordado e, por isso, é uma estratégia a repetir nas aulas seguintes.

Como forma de motivar a concentração e a assimilação dos conteúdos a serem abordados, a professora propõe aos alunos à visualização de uma animação: “Seres humanos”¹⁷⁷ e solicita-lhes a manter o silêncio necessário para uma melhor reflexão. Após a visualização, é feita a partilha do conteúdo da animação.

No momento seguinte, são expostos os conteúdos das páginas 93 a 99 do manual do aluno, estes sintetizados em PowerPoint. A docente começa por explorar o significado etimológico da expressão *Homo sapiens sapiens* e explica que surgiu há cerca de 200 mil de anos, e que apresentava características físicas semelhantes aos seres humanos atuais, dedicava a sua vida à pesca, à caça e a outras atividades coletivas, dirigidas por chefes a quem lhes era

¹⁷⁷ Esta animação pode ser consultado em <https://www.youtube.com/watch?v=b2ZuqwpKoCs>, acessido a 10 de dezembro, 2017.

reconhecida autoridade.¹⁷⁸ A professora realça o valor que o *Homo sapiens sapiens* conferia ao grupo: organização em pequenos grupos, a partilha das tarefas, a transmissão de ensinamentos, as relações consistentes entre os elementos dos diferentes grupos, a convivência comunitária, a solidariedade do grupo da qual dependia a sobrevivência, o amor aos antepassados.¹⁷⁹ Com estes conteúdos, a docente espera que os alunos compreendam quão importantes são as relações que estabelecemos nos vários grupos onde nos inserimos: família, escola, turma, grupo de amigos, etc, e assim tomem a consciência de que ninguém se basta a si mesmo, mas todos precisamos uns aos outros.

A aula continua com a explicação de que, com o *Homo sapiens sapiens*, compreendemos que todos os seres humanos têm origem comum, todos são dotados de razão e consciência e, por isso, todos são iguais em dignidade e em direitos. Como forma de assegurar o conhecimento dos alunos, a professora projeta o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos «Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade». A professora explica o que é este documento e pede aos alunos que transcrevam o artigo projetado nos respetivos “cadernos de registos”.

A professora prossegue dizendo que, por sermos iguais todos habitamos na mesma casa, isto é, o universo e a Terra são a nossa «Casa comum», dada por Deus como um dom para que possamos usufruir da natureza tão bela e assim sermos felizes. A professora sublinha que o cuidado da «Casa comum» e a necessidade de proteger a natureza deve ser uma preocupação de todos, pelo que devemos evitar todas as atitudes que prejudicam o ambiente. A aula termina com a síntese global dos conteúdos abordados. Quatro alunos tiram, cada um, uma folha da “planta artificial de fraternidade”. Na despedida, a docente agradece a participação de todos e apela aos alunos para o preenchimento da respetiva autoavaliação.

¹⁷⁸ Cf. Secretariado Nacional de Educação Cristã, *Conta comigo: Manual do Aluno – EMRC- 5º Ano do Ensino Básico*, (Lisboa: FSNEC, 2015), 93-94.

¹⁷⁹ Cf. *Ibidem*, 94.

Tabela 3 – Grelha com a planificação da aula nº 2

Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade

Ano:5 | Turma:5º1

Data: 15-01-2018

Tempo previsto: 45min.

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: - Consolidação dos conteúdos da aula anterior. - Temos origem comum, somos iguais em dignidade e a Terra é a nossa «Casa comum».			-Acolhimento aos alunos. -Projeção do sumário com recurso ao PowerPoint.	-Computador e projetor -“Caderno de registos” e caneta.	4min.	-Assiduidade.
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana	1. Reconhecer a igual dignidade de todo o ser humano. 2. Valorizar a comum filiação divina.	-Todos somos seres humanos. -Todos somos dotados de razão e consciência (DUDH, Artº 1). -Somos todos habitantes da mesma casa: o universo e a Terra são o nosso lar.	-A professora questiona aos alunos sobre o que foi tratado na aula anterior e em diálogo com eles faz uma revisão breve dos conteúdos lecionados. - Motivação: A professora propõe aos alunos à visualização de uma animação “Seres Humanos” e solicita-lhes a guardarem silêncio para uma melhor reflexão. Segue-se a partilha do conteúdo da animação. -Com recurso ao PowerPoint, a professora expõe os conteúdos	-Manual do aluno e marcador. -Computador, projetor e colunas.	5min. 10min.	-Capacidade de síntese -Capacidade de Concentração e Crítica fundamentada. -Atenção e participação oportuna

			<p>alusivos à origem do Homem e começa por explorar o Significado etimológico da expressão “<i>Homo sapiens sapiens</i>”. Estes conteúdos são acompanhados pelas imagens para o aprofundamento da sua compreensão por parte dos alunos. Assim, a docente explica o surgimento do <i>Homo sapiens sapiens</i>, o seu percurso, o que caracterizava a sua vida (a caça, a pesca, o reconhecimento da autoridade do chefe, o valor conferido ao grupo, a transmissão de ensinamentos, a partilha das tarefas, a solidariedade entre todos, os ritos sagrados, o amor e respeito aos antepassados).</p> <p>-De seguida é projetado o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e aqui a professora explicará aos alunos o que é este documento. Os alunos são solicitados a transcrever este artigo no seu “caderno de registos”.</p> <p>-Por fim, os alunos visualizam um PowerPoint alusivo ao universo e a Terra enquanto nossa «Casa comum» e a professora sublinha a necessidade e a importância de todos se sentirem responsáveis pelo seu cuidado.</p> <p>-A docente faz síntese, em conjunto com os alunos, dos</p>	<p>-Computador e projetor.</p> <p>-“Caderno de registos” e caneta.</p>	<p>10min.</p> <p>5min.</p> <p>5min.</p> <p>2min.</p>	<p>na aula.</p> <p>- Cumprimento das regras da sala de aula.</p> <p>-Respeito pela opinião dos outros.</p> <p>-Responsabilidade na tarefa proposta.</p> <p>-Intervenção fundamentada e interesse.</p>
--	--	--	--	--	--	---

			<p>conteúdos abordados na aula.</p> <p>-Quatro alunos tiram, cada um, uma folha da planta artificial de fraternidade.</p> <p>-Autoavaliação.</p> <p>-Despedida entre os alunos e docente</p>	<p>-“Plantas de fraternidade”.</p> <p>-Cartão de Autoavaliação e caneta.</p>	<p>2min.</p> <p>1min.</p> <p>1min.</p>	<p>-Seriiedade na autoavaliação.</p>
<p>Síntese: Razões pelas quais temos que ser fraternos: Razão científica, humanista, ecológica e religiosa.</p>						

5.3. Aula nº 3: A perspectiva cristã de fraternidade

Na terceira aula, a lecionar no dia vinte e dois de janeiro, pretende-se alcançar as seguintes metas curriculares:

Q (Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana)

G (Identificar os valores evangélicos).

Com estas metas, os objetivos a atingir são:

1. Valorizar a comum filiação divina
2. Reconhecer como modelo de vida a forma de viver das primeiras comunidades cristãs.

Os conteúdos a abordar são:

-O amor de Deus Pai, que se estende a todas as pessoas

-O exemplo da comunidade de Jerusalém enquanto “comunidade modelo”-

At 2,42. 44-47.

À semelhança das aulas antecedentes, a aula começa com o acolhimento aos alunos. Segue-se a projeção do sumário da aula e a professora solicita aos alunos que o transcrevam nos respetivos “cadernos de registos”. Posteriormente, a docente, em diálogo com os alunos, faz a revisão dos conteúdos abordados na aula anterior.

Valorizando a meta **Q** (Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana) e para atingir o objetivo “valorizar a comum filiação divina” procede-se à abordagem dos conteúdos presentes no manual do aluno na página 100 sobre «O Amor universal de Deus», estes sintetizados em PowerPoint. Conforme a docente vai passando os diapositivos, solicita a um aluno à leitura do texto e vai fazendo os esclarecimentos necessários. Pretende-se, através destes conteúdos, que os alunos percebam que, apesar das nossas muitas diferenças, há uma certeza comum a todos os cristãos: “Somos todos filhos de Deus”. Para a fundamentação desta verdade, a professora sublinha que, as nossas diferenças

não devem ser entrave para um bom relacionamento. Por isso, é importante que todos vivamos com espírito de fraternidade através da aceitação das diferenças e do respeito pelo outro, independentemente da sua raça, cor, sexo, língua, religião ou qualquer outra condição humana.

Para mostrar como é possível viver a fraternidade na diferença, e com o intuito de atingir o objetivo «Reconhecer como modelo a forma de viver das primeiras comunidades cristãs», é lida, por um aluno, a passagem bíblica supracitada e a professora explica, brevemente, como viviam os primeiros cristãos, realçando a importância de tê-los como modelo para que o nosso mundo seja mais humano, solidário e fraterno, onde a ajuda seja a característica principal entre todos.

A solicitação de uma maior intervenção por parte dos alunos, tem como objetivo, por um lado, apelar à sua atenção e concentração e, por outro lado, pretende-se implementar uma aula dinâmica onde eles tenham um papel fundamental, atitude que se tem adotado nas aulas anteriores e que de facto, tem produzido efeitos fabulosos.

De seguida, a professora distribui por cada aluno uma saqueta. Metade destas saquetas, tem rebuçados e outra metade tem plasticinas moldadas em forma de rebuçado para que os alunos, à primeira impressão não distingam a diferença e portanto, são distribuídas criteriosamente para que conforme os alunos estejam sentados, dois a dois, um terá a saqueta com rebuçados enquanto o outro terá a saqueta com plasticinas.



Figura 3 – Saquetas com rebuçados e plasticinas

A seguir, a professora pede para que todos abram as saquetas. Os alunos vão perceber que afinal nem todos têm rebuçados e neste preciso momento a professora vai provocar o diálogo perguntando por exemplo: “E agora como é que vamos resolver este problema?” “Imaginem se isso acontecesse com os primeiros cristãos, como é que acham que eles iriam agir?” Esta

estratégia foi pensada com o objetivo de “provocar” os alunos e lembrar-lhes que, assim como nos primórdios do Cristianismo havia pessoas com bens e outros sem eles, assim também acontece o mesmo nos nossos dias e, por isso, é preciso sermos solidários, partilhando o que temos com os que nada têm. Deste modo, pretende-se que os alunos que tenham rebuçados na saqueta, partilhem com os colegas que só encontraram plasticinas.

Na última parte da aula é feita, oralmente, uma síntese global, de modo que todos participem e relembrem os conteúdos abordados na aula. Em seguida, a professora distribui pelos alunos uma ficha de trabalho alusiva aos conteúdos desenvolvidos. Esta ficha é para ser realizada em casa e entregue à professora na aula seguinte.

Quatro alunos tiram, cada um, uma folha da “planta artificial de fraternidade”. A professora finaliza a aula agradecendo a todos pela participação e na despedida recorda-lhes para procederem, em casa, à sua autoavaliação.

Tabela 4 – Grelha com a planificação da aula nº 3

Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade

Ano:5 | Turma: 5º1

Data: 22-01-2018

Tempo previsto: 45min.

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: Perspetiva cristã de fraternidade: -O Amor universal de Deus -A vida em comunidade dos primeiros cristãos.			Acolhimento aos alunos Projeção do sumário.	-Computador e projetor -“Caderno de registos” e caneta	5min.	-Assiduidade
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana. G. Identificar os valores evangélicos	2. Valorizar a comum filiação divina. 3. Reconhecer como modelo de vida a forma de viver das primeiras comunidades cristãs	-O amor universal de Deus. -O exemplo da comunidade dos primeiros cristãos: -At 2, 42. 44-47	-A professora questiona os alunos sobre o que foi tratado na aula anterior e faz, sucintamente, a revisão dos conteúdos lecionados.	-Manual do aluno.	3min.	-Participação organizada e oportuna.
			-A abordagem dos conteúdos das páginas 100 e 101 do manual do aluno, estes sintetizados em PowerPoint- conforme a Professora vai passando os diapositivos, é solicitado a um aluno, para ler o texto e são feitos os esclarecimentos necessários. - Contextualização do livro dos Atos dos Apóstolos e leitura da passagem bíblica alusiva à vida dos primeiros cristãos (At 2, 42.	-Computador e projetor. -Bíblia Sagrada.	7min. 8min.	-Capacidade de concentração. -Atenção, empenho e participação ativa.

			<p>44- 47) e breve explicação da mesma.</p> <p>-Distribuição, por cada aluno, de uma saqueta. Metade dessas saquetas tem rebuçados e outra metade tem plasticinas moldadas em forma de rebuçados cujo objetivo é para os alunos, à primeira impressão, não distingam a diferença.</p> <p>- Abertura das saquetas e ao descobrirem a diferença, a professora provoca um diálogo perguntando por exemplo: “Como é que vamos resolver a situação?” E remetendo os alunos para a leitura bíblica anteriormente lida, pergunta-lhes: “como é que acham que os primeiros cristãos agiriam num caso idêntico?”</p> <p>-Partindo desta dinâmica, a professora relembra aos alunos que essa é a realidade da nossa vida (alguns têm bens e outros não têm) e mostra-lhes como somos desafiados a partilharmos o que temos com os que nada têm.</p> <p>-Realização da síntese global dos conteúdos abordados na aula.</p> <p>Distribuição da ficha de trabalho (para ser realizado em casa)</p>	<p>-22 Saquetas - 11 com rebuçados e 11 com plasticinas moldadas em forma de rebuçado.</p> <p>-Folhas A4 com Perguntas referentes aos conteúdos abordados na aula.</p>	<p>6min.</p> <p>7min.</p> <p>3min.</p> <p>1min.</p> <p>2min.</p>	<p>-Capacidade de crítica fundamentada.</p> <p>-Empenho na tarefa proposta.</p>
--	--	--	---	--	--	---

			<ul style="list-style-type: none"> - Quatro alunos tiram, cada um, uma folha da “planta artificial de fraternidade”. -Despedida entre professora e alunos. -Autoavaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> -“Plantas de fraternidade”. -Cartão de autoavaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> 1min. 1min. 1min. 	-Responsabilidade
Síntese: Entre nós existem pessoas desfavorecidas. É preciso adotar um agir ético-cristão.						

5.4. Aula nº 4: As fragilidades e ameaças à fraternidade

A quarta aula é lecionada no dia vinte e nove de janeiro e nela pretende-se que os alunos identifiquem as atitudes que dificultam um bom relacionamento entre as pessoas pondo em causa a fraternidade. Assim, propõe-se trabalhar a meta **G** (identificar os valores evangélicos). O objetivo desta aula é verificar quais são as fragilidades e as ameaças à fraternidade. O conteúdo a desenvolver é: O mal, fragilidade e ameaça à fraternidade, que vai contra a dignidade e a felicidade da pessoa (mentir, pensar mal do outro, desejar mal ao outro, o conflito e a violência, a maledicência, o egoísmo, a inveja e a rejeição).

Após o acolhimento aos alunos, a professora, verifica como tem sido o uso do “caderno de registos” e o processo de autoavaliação. De seguida, em diálogo com os alunos, faz a correção da ficha de trabalho da aula anterior e no fim projeta as respostas para que os alunos possam confrontar os seus resultados. Posteriormente, a docente faz uma recapitulação global das aulas anteriores.

A leção do tema deste dia é primeiramente feita através do diálogo, pelo que a docente solicita aos alunos a dizerem o que eles acham que ameaça à fraternidade. Partindo das posições dos discentes a professora introduz o tema da aula, registando o sumário no quadro: O mal, a fragilidade e ameaça a fraternidade. Em seguida, com recurso a uma ficha informativa explora, em diálogo com os alunos, os diferentes tipos de mal e as suas consequências.

Como forma de verificar se os conteúdos foram compreendidos, é realizado o jogo “Verifica se sabes”, que consiste no seguinte: a cada aluno são entregues dois cartões, um verde e outro laranja; de seguida, projeta-se, em PowerPoint, imagens referentes a situações geradoras de sofrimento, algumas de causas naturais, outras derivadas da responsabilidade humana.

Antes de tudo, a professora explica as regras do jogo: se a situação projetada for de origem natural, levantam o cartão verde e se for emanada da responsabilidade humana, levantam o cartão laranja.

À medida que o jogo decorre, se a professora vir que surgem algumas dúvidas ou oportunidades para diálogo, aproveita para esclarecer ou permitir o debate na turma. Este jogo serve de síntese da aula. Terminado o jogo, é entregue a cada aluno, uma folha com “Sopa de letras” para que possam identificar, em grupos de dois alunos, algumas atitudes que ameaçam a fraternidade.

Três alunos tiram, cada um, uma folha da “planta artificial de fraternidade”. A aula termina com a despedida entre docente e os alunos, recordando a estes, o procedimento da sua autoavaliação.

Tabela 5 – Grelha com planificação da aula nº 4

Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade.

Ano: 5ª Turma: 5º1

Data: 29-01-2018.

Tempo previsto:45min.

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: -O mal, fragilidade e ameaça à fraternidade.			-Acolhimento aos alunos. - Verificação do uso do “caderno de registos” e cartão de autoavaliação.	-“Caderno de registos” e cartão de autoavaliação.	5min.	-Assiduidade -Responsabilidade
G. Identificar os valores evangélicos.	4. Verificar quais são as fragilidades e as Ameaças à fraternidade.	.O mal, a fragilidade e ameaça à fraternidade, que vai contra a dignidade e a felicidade da pessoa: - Mentir. - Pensar mal do outro. - Desejar mal ao outro. - O conflito e a violência. - A maledicência. - O egoísmo. - A rejeição - A inveja.	-Correção da ficha de trabalho (da aula anterior e a projeção das possíveis respostas. -Recapitulação das aulas anteriores. - Diálogo: A docente convoca um diálogo solicitando aos alunos para dizerem algumas atitudes, sentimentos e/ou pensamentos que dificultam um bom relacionamento pondo em causa a fraternidade. - A docente introduz o tema da aula registando sumário no quadro. -Distribuição de fichas com o conteúdo a lecionar nesta aula (ver Doc. 9)	-Ficha de trabalho de casa (aula anterior) -Computador e projetor	10min. 2min. 2min.	-Participação -Atenção, participação ordenada e concentração.

			<p>-Em forma dialogante com os alunos, a professora expõe o conteúdo da ficha. Assim, é explicado que há várias situações que originam o mal e que podem ser agregadas em três grupos: o mal físico, o mal moral e o mal derivado das condições da natureza, explorando a cada um em particular. A docente sublinha que, de qualquer modo, todas estas situações causam sofrimento na pessoa retirando-lhe a felicidade e até algumas põe em causa a sua dignidade.</p>		6min.	-Participação interessada e capacidade de crítica.
			<p>- Como forma de levar os alunos à reflexão, é realizado o jogo “Verifica se sabes”. Neste jogo, são projetadas algumas imagens com legendas alusivas às causas do mal e do sofrimento. Para a realização do jogo, são distribuídos, por cada aluno, dois cartões: um verde e outro laranja. Se a situação projetada for de origem natural, os alunos levantam o cartão verde e se for derivada da vontade humana, levantam o cartão laranja. No decorrer do jogo se houver dúvida ou oportunidades para diálogo, a docente dá os devidos esclarecimentos ou abre espaço para o diálogo.</p>	<p>-Computador e projetor</p> <p>-Dois cartões: um verde e outro laranja</p>	9min.	-Empenho, atenção e participação ativa e organizada.
			<p>Terminado este jogo, é entregue a cada aluno, uma folha com “Sopa de letras” para que identifiquem, em grupos de dois alunos, algumas atitudes que ameaçam a fraternidade.</p>	<p>-Folhas de A4 com “Sopa de letras” e caneta.</p>	6min.	-Responsabilidade na realização da tarefa proposta.
			<p>-Três alunos tiram, cada um, uma folha da” planta artificial de fraternidade”.</p>	<p>-“Plantas de fraternidade”</p>	1min.	

			- Despedida entre professora e alunos. -Autoavaliação.	-Cartão de Autoavaliação	1min. 1min.	-Empenho na autoavaliação.
--	--	--	---	--------------------------	--------------------	----------------------------

Síntese: Muitas são as situações que ameaçam à fraternidade. Todavia, algumas poderiam ser controladas se o comportamento das pessoas fosse correto.

5.5. Aula nº 5: O perdão: Uma forma de viver a fraternidade

Na quinta aula, as metas a alcançar são: **G** (Identificar os valores evangélicos) e **N** (Promover o bem comum e o cuidado do outro). Com estas metas tenciona-se atingir os seguintes objetivos:

1. Identificar a perspectiva cristã sobre o perdão;
2. Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno.

Os principais conteúdos a abordar são:

- A mensagem cristã sobre o perdão com a leitura da seguinte passagem bíblica:

Mt 18, 21-22.

- Construção de um mundo fraterno promovendo a concórdia nas relações interpessoais - neste ponto incide-se sobre a importância de refletir, conhecer e aceitar os próprios erros, o ser capaz de perdoar, pedir perdão e aceitar ser perdoado e a capacidade de aceitar os outros apesar dos seus erros.

A aula inicia-se com o acolhimento aos alunos, seguido de verificação da autoavaliação da aula anterior. Para a revisão dos conteúdos abordados na aula anterior é entregue, a cada aluno, uma folha com “Sopa de letras” para que descubram, em grupos de dois alunos, as atitudes que ameaçam a fraternidade. No final desta atividade, é distribuído por cada aluno um pedaço de linha com um nó ao meio. Os alunos são solicitados a observá-lo e confrontá-lo com a vivência quotidiana de fraternidade. A professora ajuda-os a perceber que apesar das nossas falhas na vivência fraterna, há possibilidade de retomar a fraternidade.

A implementação da dinâmica de linha, logo no início da aula, tem como objetivo introduzir já a mensagem principal que se tenciona trabalhar nesta aula e como ao longo das aulas temos observado a eficácia das estratégias que levam os alunos a refletir e chegar por si mesmos a uma conclusão, consideramos que, para abordar um tema tão delicado como o

perdão, é preciso implementar uma metodologia que os captive. Por isso, no diálogo a docente vai conduzindo-os a compreender o perdão como uma forma de restabelecer a fraternidade. Após esta dinâmica, a professora regista no quadro o sumário da aula: «O valor do perdão na vivência fraterna», e solicita aos alunos que o assentem nos respetivos “cadernos de registos”.

Posteriormente, os alunos são convidados a visualizarem uma peça cinematográfica sobre o perdão e faz-se a partilha da mesma.

De modo a estabelecer um elo de ligação com o conteúdo do vídeo e atingir a Meta **G** (Identificar os valores evangélicos), a docente convida os alunos a tomar conhecimento do que nos apresenta a Bíblia sobre a temática do perdão. Para isso, é disponibilizada uma folha onde os alunos encontram dois exemplos da mensagem sobre o perdão: um texto cristão (Mt 18, 21-22) e um conto intitulado “**Um conto árabe sobre o perdão**”. É pedido a dois alunos para lerem estes textos.

Estas estratégias foram promovidas com o objetivo de dinamizar a aula e de incentivar a participação por parte dos alunos. Depois das leituras é feita uma breve explanação dos textos, comparando-os e sublinhando a importância do perdão para o restabelecimento do bom relacionamento e convivência entre as pessoas. Deste modo, a docente diz aos alunos que “errar é humano” e, por isso, todos falhamos, no entanto, somos chamados a fazer experiências diárias de fraternidade uns com os outros, reconhecendo que o valor do perdão nos ajuda a superar as nossas múltiplas fragilidades, daí que há necessidade de perdoar e pedir perdão aos outros de modo a restaurar a nossa fraternidade. Em seguida é pedido aos alunos que coleem a folha distribuída no “caderno de registos”.

Para alcançar a meta **N** (Promover o bem comum e o cuidado do outro) e com o intento de promover o valor do perdão na vivência real dos alunos com vista a um mundo fraterno, são entregues a cada um dos alunos, um envelope e uma folha, e solicita-se-lhes que pensem numa pessoa a quem tenham ofendido ou recusado o perdão e lhe escrevam a carta pedindo/oferecendo-lhe o perdão. Se não conseguirem terminar esta atividade, será concluída

em casa. Não obstante, a professora insiste na necessidade de entregar essa carta ao destinatário.

A docente faz uma síntese global dos conteúdos abordados.

Três alunos tiram, cada um, uma folha da “planta artificial de fraternidade”. A aula culmina com a docente agradecendo a participação de todos e recordando aos alunos a procederem à própria autoavaliação.

“Então, Pedro aproximou-se e perguntou-Lhe: «Senhor, se o meu irmão me ofender, quantas vezes lhe deverei perdoar? Até sete vezes?» Jesus respondeu: «Não te digo até sete vezes, mas até setenta vezes sete» (Mt 18,21-22)

Dois amigos viajavam pelo deserto. Em determinado momento começaram a discutir e um agrediu o outro. O agredido sem dizer nada escreveu na areia: “HOJE O MEU MELHOR AMIGO AGREDIU-ME”.

Passado algum tempo, seguiram viagem pelo deserto até chegaram a um oásis. Decidiram então tomar banho e lá começaram a banhar-se à vontade. Importunamente, o agredido começou a afogar-se. O outro nadou até ele e trouxe-o até à margem são e salvo. Então, o amigo resgatado escreveu na pedra: “HOJE O MEU MELHOR AMIGO SALVOU A MINHA VIDA”.

O outro ficou admirado e perguntou “ porque é que quando te agredi escreveste na areia, e agora que te resgatei escreveste na pedra?”

Ele sorrindo, respondeu: “Quando um grande amigo nos ofende, devemos registar essa ofensa na areia onde o vento do esquecimento e do perdão possam apagá-la. Mas quando um amigo nos faz algo grandioso, devemos registá-lo na pedra da memória e do coração, onde vento nenhum do mundo pode apagar!”

Um Conto árabe sobre o perdão

Tabela 6 – Grelha com a planificação da aula nº 5

Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade.

Ano: 5ª Turma: 5º1

Data: 05-02-2018

Tempo previsto: 45

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: -O valor do perdão na vivência fraterna.			Acolhimento aos alunos. Verificação da autoavaliação da aula anterior.	-Cartão de autoavaliação	3min.	-Assiduidade e responsabilidade
G. Identificar os valores evangélicos N. Promover o bem comum e o cuidado do outro	5. Identificar a perspetiva cristã sobre o perdão. 6. Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno.	-Mensagem cristã sobre o perdão: Mt 18,21-22 -Construção de um mundo fraterno promovendo a Concórdia nas relações interpessoais: -Aceitação dos próprios erros, -A capacidade de perdoar, -A capacidade de pedir perdão e aceitar ser perdoado, -A capacidade de Aceitar os outros apesar dos seus erros.	Revisão da aula anterior em grupos de dois alunos, através da atividade com “Sopa de letras”.	-Folha A4 com “Sopa de letras”.	7 min.	-Responsabilidade na tarefa proposta.
			-Motivação: Dinâmica com pedaço de linha com um nó, simbolizando o perdão para a restauração da fraternidade.	-Pedaço de linha com um nó ao meio.	4min.	-Interesse
			-Registo do sumário	-Quadro e marcador.	2min.	-Atenção, concentração e capacidade de crítica.
			-Visualização de uma peça cinematográfica sobre o perdão e a partilha da mesma.	-Computador, projetor e colunas	4min.	
			- Introdução da mensagem cristã sobre o perdão: distribuição pelos alunos, de uma folha com dois textos sobre o perdão: um bíblico (Mt 18, 21-22) e um	-Folha A5 com dois textos sobre o perdão.	6min.	

			<p>conto árabe sobre perdão.</p> <p>-Comentário e comparação dos textos lidos, sublinhando a importância do perdão para o restabelecimento das relações e boa convivência entre as pessoas em prol da fraternidade.</p> <p>-Os alunos colam a folha com os textos no “caderno de registros”.</p> <p>- A professora distribui pelos alunos um envelope e uma folha e solicita-lhes que pensem numa pessoa a quem queiram pedir/ oferecer perdão e escrevam -lhe a carta.</p> <p>-Síntese da aula, feita pela docente.</p> <p>-Três alunos tiram, cada um, uma folha da “planta artificial de fraternidade”.</p> <p>-Despedida entre professora e alunos, recordando estes a procederem a sua autoavaliação.</p>	<p>-“Caderno de registros” e cola</p> <p>-Envelope, folha de cartas e caneta</p> <p>-“Plantas de fraternidade”</p> <p>-Cartão de autoavaliação e caneta</p>	<p>3min</p> <p>2min.</p> <p>11 min.</p> <p>1 min.</p> <p>1 min.</p> <p>1 min.</p>	<p>-Responsabilidade na realização da tarefa proposta.</p>
<p>Síntese: O perdão é um dom precioso recebido ou dado a alguém. É importante aprender a arte de praticar o perdão na nossa vida de cada dia.</p>						

5.6. Aula nº 6: *A fraternidade faz a força: Compromisso com a construção de um mundo fraterno*

Na sexta aula as metas curriculares a trabalhar são: **N** (Promover o bem comum e o cuidado do outro) e **L** (Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé). O objetivo a alcançar é: «Comprometer-se com a construção de um mundo mais fraterno promovendo o bem comum e o cuidado do outro».

Os principais conteúdos a abordar são:

-A regra de ouro: «O que quiserdes que os outros vos façam, fazei-lho vós também»,

Lc 6,31

-Propostas para promover o bem comum e o cuidado do outro na vida quotidiana.

A Professora inicia aula com o acolhimento aos alunos e, de imediato, pela última vez, três alunos tiram, cada um, uma folha da “planta artificial de fraternidade”. Após este momento introdutório, em diálogo com os alunos, realiza-se um enquadramento global dos conteúdos abordados nas cinco aulas anteriores e, neste ponto, privilegia-se a participação dos alunos, pelo que a professora vai guiando o diálogo através de perguntas e fundamentando as suas ideias. Posteriormente, a docente regista o sumário da aula no quadro e solicita aos alunos que o transcrevam nos respetivos “cadernos de registos”.

Para alcançar a meta de aprendizagem **N** (*Promover o bem comum e o cuidado do outro*) a docente convida os alunos a visualizarem um excerto de vídeo intitulado “A felicidade de servir ao próximo - caridade”¹⁸⁰, ao qual se segue um diálogo sobre a mensagem a reter do vídeo. Espera-se que, com este vídeo, os alunos reconheçam as atitudes simples que se devem adotar no nosso relacionamento do dia-a-dia com os outros e que de facto promovam a dignidade da pessoa e geram a felicidade, não só para quem são direcionadas, como também para quem as pratica. Como forma de aprofundar a mensagem do vídeo e a

¹⁸⁰ Vídeo – “Felicidade de servir ao próximo- Caridade”, acedido a 28 de dezembro, 2017, https://www.youtube.com/watch?v=-7m_hdm_ukE.

alcançar a meta L (Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé), a professora introduz os alunos na mensagem cristã através da leitura da «regra de ouro» e faz um breve comentário sobre ela. Tal regra estará escrita em pequenos cartões, que serão entregues aos alunos para colarem nos respectivos “cadernos de registos”.

Para trabalhar o objetivo «*comprometer-se com a construção de um mundo mais fraterno promovendo o bem comum e o cuidado do outro*» é feita a observação crítica das “Plantas de fraternidade” - primeiro pelos alunos e depois pela professora explicando o porquê da utilização desse recurso didático. Nesta aula, a “planta artificial de fraternidade” não terá nenhuma folha, apresentando somente o tronco seco, enquanto a planta verdadeira estará intacta e desenvolvida relativamente aquando da primeira aula.

Dado que ao longo das aulas os alunos foram tirando as folhas (com os valores e atitudes corretas da vida quotidiana) da planta artificial, a professora convida a cada aluno/a a ler a atitude escrita na folha que tirou. Então, a docente referindo-se à planta artificial, explica que assim acontece com a nossa vida diária- se faltam as atitudes que promovem a concórdia e boa relação entre as pessoas, a nossa convivência torna-se difícil e a fraternidade vai-se esmorecendo. Por outro lado, referindo-se à planta verdadeira, que foi tratada com muito carinho e delicadeza, explica que, quando nós tratamo-nos bem, com carinho, cuidando uns dos outros, conseguimos promover a fraternidade. Deste modo, pretende-se que os alunos compreendem que a construção de fraternidade é uma responsabilidade comum e por isso todos deveriam esforçar-se cada dia na prática das atitudes que nos ajudam a tornar o nosso mundo mais fraterno. A planta verdadeira é oferecida à turma.

De seguida, a docente entrega a cada aluno, um *post-it* e pede-lhes para responderem à seguinte pergunta: “Como posso agir para promover a fraternidade?”. Esta pergunta estará previamente escrita numa cartolina grande, na qual as respostas serão coladas e a cartolina afixada no placard da sala de aula. Esta opção tem como objetivo, após os alunos tomarem a consciência daquilo que põe em causa a fraternidade, consciencializa-los para que sejam

responsáveis nas suas relações com os outros e se comprometam na promoção da fraternidade na vida real.

No último momento da aula, os alunos atualizam o cartão de autoavaliação e a docente, em diálogo com eles, faz uma observação crítica do mesmo.

A aula termina com a docente agradecendo aos alunos pelo percurso feito em conjunto e oferece a cada um, uma surpresa, cada qual com uma frase alusiva à fraternidade, algumas retiradas do manual do aluno.

Tabela 7 – Grelha com a planificação da aula nº 6

Unidade Letiva: Construir a Fraternidade

Ano:5 | Turma:5º1

Data: 19-02-2018

Tempo previsto:45min.

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: -O desafio cristão de fraternidade: «Regra de ouro» -Compromisso com a construção de fraternidade na vida quotidiana.			-Acolhimento aos alunos. -Três alunos tiram, cada um, uma folha, da “planta artificial de fraternidade”.	-“Plantas de fraternidade”.	5min.	-Assiduidade
N. Promover o bem comum e o cuidado do outro. L. Estabelecer um Diálogo entre a cultura e a fé .	7. Comprometer-se com a construção de um mundo mais fraterno promovendo o bem comum e o cuidado do outro.	-A regra de ouro «O que quiserdes que os outros vos façam, fazei-lho vós também», Lc 6, 31. -Propostas para promover o bem comum e o cuidado do outro na nossa vida.	-Enquadramento global dos conteúdos abordados nas cinco aulas anteriores, privilegiando a intervenção dos alunos. -Registo do sumário no quadro. Motivação –Introdução da aula através da visualização de um vídeo intitulado: “A felicidade de servir ao próximo-caridade” e a partilha sobre ele. - A leitura bíblica da «regra de ouro» Lc 6,31 e explanação da mesma. Tal regra, já escrita em pequenos cartões, é colada nos respetivos “cadernos de registos”	-Manual do aluno e “caderno de registos”. -Quadro e marcador. -Projetor, computador e colunas. -Cartões com «regra de ouro».	6min. 2min. 7min. 4min.	-Participação oportuna e organizada. -Atenção, interesse e empenho. -Responsabilidade e capacidade de concentração. -Participação e Capacidade de crítica.

			<p>- Observação crítica das “Plantas de fraternidade”.</p> <p>Aqui a docente conduz os alunos a compreender que a fraternidade é uma responsabilidade comum e é construída com “pequenos passos” - com as atitudes do dia-a-dia no nosso relacionamento com os outros. E fazendo uma análise comparativa entre as duas plantas, a docente explica que, as nossas atitudes tanto podem contribuir para a construção da fraternidade como para o seu bloqueio. A planta verdadeira é oferecida à turma.</p> <p>-Entregando a cada aluno, um <i>Post-it</i>, a docente invita-os a comprometerem-se com a construção de fraternidade respondendo à questão “Como posso agir para promover a fraternidade?”.</p> <p>-As respostas são recolhidas e coladas na cartolina grande, cujo título é a questão supracitada. Esta cartolina será afixada com pioneses no placard da sala de aula.</p> <p>-Os alunos autoavaliam-se e em diálogo com eles faz-se uma observação crítica do</p>	<p>-“Plantas de fraternidade”.</p> <p>-<i>Post-its</i> de várias cores.</p> <p>-Placard, pioneses e as respostas dos alunos.</p> <p>-Cartão de autoavaliação.</p>	<p>7min.</p> <p>6min.</p> <p>2min.</p> <p>3min.</p>	<p>-Responsabilidade na tarefa proposta.</p> <p>-Respeito pelos outros</p>
--	--	--	--	---	---	--

			<p>processo de autoavaliação.</p> <p>-A aula culmina com a docente agradecendo a todos os alunos e alunas pelo percurso feito em conjunto e oferece a cada um/a, uma surpresa.</p>	<p>-Saquetas com Surpresa e frases Alusivas à fraternidade.</p>	<p>3min.</p>	
<p>Síntese: Encarar a fraternidade como uma responsabilidade que diz respeito a todos e sentir o desafio de a construir nas atitudes do dia-a-dia.</p>						

6. Avaliação da prática letiva

Toda a vida humana é feita de avaliações. No desenvolvimento das suas atividades, a pessoa só será capaz de conhecer o percurso feito, o que ainda precisa de realizar e como o efetuar, se souber fazer uma leitura retrospectiva das suas opções e do modo como as pôs em prática.

No âmbito da educação e do ensino, o processo de avaliação contempla vários fatores interligados entre si: “A avaliação pedagógica é uma tarefa ampla e complexa, pois julga os resultados, os processos, os componentes e as interações entre eles”¹⁸¹. No nosso parecer, um bom professor é aquele que é capaz de submeter a sua ação pedagógica à crítica, porque só deste modo poderá reconhecer as suas competências, o seu *deficit* e assim melhorar o seu trabalho enquanto docente.

Ora, após escolher e investigar a fundo o nosso tema de trabalho, depois de planificar a lecionação e levá-la a cabo, chegou o momento de olharmos para trás e avaliar a nossa experiência letiva.

A lecionação da Unidade Letiva 4 “Construir a fraternidade”, desenrolou-se em seis tempos letivos, com início no dia oito de janeiro de 2018 e conclusão no dia dezanove de fevereiro do mesmo ano. As aulas transcorreram no horário de EMRC da turma, isto é, às segundas-feiras entre as nove e cinco e nove e cinquenta horas, tendo todas elas, sido observadas pela professora cooperante, Dr.^a Maria José Rodrigues Dias.

Quanto aos alunos, ao longo da lecionação avaliaram-se os seguintes aspetos: atenção, desempenho nas atividades propostas, a organização de ideias e crítica fundamentada, o respeito pela docente e pelos colegas, empenho e participação ordenada na aula, o sentido de responsabilidade, a capacidade de síntese. Além da avaliação feita pela docente, privilegiou-

¹⁸¹ Secretariado Nacional da Educação Cristã, Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, 159.

se a “avaliação formadora” cujo instrumento principal foi o cartão de autoavaliação disponibilizado logo na primeira aula. Através desta ferramenta quisemos valorizar a prática avaliativa centrada nos alunos, implicando-os na sua própria avaliação de modo a torná-los críticos sobre o seu funcionamento, para assim poderem ir analisando o seu processo de aprendizagem e a sua maneira de estar na aula.

No decorrer da PES foi-se percebendo que, a maior parte desta turma são alunos com bastante capacidade de aprendizagem e, com um potencial crítico sobre a realidade. Nas aulas, mostraram grande interesse pelos conteúdos abordados, um aproveitamento dos recursos e estratégias implementados, sendo sempre cooperativos e responsáveis nas atividades propostas.

Relativamente a uma avaliação global do comportamento, podemos dizer que um número significativo de alunos apresentava um bom comportamento, cumpria com ousadia as regras da sala de aula e das atividades propostas. Não obstante, havia um número de sete alunos que não ‘sabia estar’ e escarnecia das diferenças alheias, o que apresentava um grande desafio para a professora.

No que respeita a avaliação da prática letiva, esta ia sendo feita imediatamente após cada tempo letivo. Dado isto, com a avaliação que se segue, feita aula a aula, pretendemos pronunciar-nos sobre o que foi o nosso trabalho da PES, embora convictas de que este está em estreita ligação com o dos alunos, agentes principais da nossa ação.

A primeira aula decorreu no dia oito de janeiro de 2018 e teve como objetivo principal introduzir a Unidade Letiva, procurando perceber a origem etimológica e o significado da palavra fraternidade, assim como o seu alcance social e religioso, particularmente no âmbito cristão.

A aula iniciou-se com o acolhimento aos alunos. Não houve apresentação, quer da professora, quer dos alunos, dado que já o tínhamos feito em aulas anteriormente assistidas. Após o acolhimento, a professora registou o sumário no quadro, fez uma breve

contextualização da Unidade Letiva e informou aos alunos que, esta seria lecionada em seis tempos letivos. Terminado este momento inicial, foi entregue a cada aluno/a um “caderno de registos” previamente preparado pela professora, explicando-lhes que esse caderno iria ser utilizado ao longo das seis aulas para anotarem as ideias principais e colarem outros recursos de aprendizagem utilizados nas aulas. Do mesmo modo, foi explicado o propósito do conteúdo do cartão de autoavaliação, que se encontrava na primeira página do “caderno de registos”. Em seguida, foi solicitado aos alunos que registassem o sumário no “caderno de registos”.

No momento de exposição dos conteúdos, privilegiou-se em primeiro lugar o método indutivo, através do qual, a professor escreveu, no meio do quadro, a palavra fraternidade e solicitou aos alunos a dialogarem, a pares, sobre o seu significado e depois partilharam em voz alta os seus resultados. De facto, os alunos participaram de forma empenhada e chegaram a um conjunto interessante de palavras. Foi-lhes solicitado que transcrevessem essas palavras no “caderno de registos”.

No segundo momento de exposição, recorreu-se ao método dedutivo, explorando, com recurso ao PowerPoint, a origem latina do termo fraternidade e o seu significado social e religioso. Durante este momento, a maior parte dos alunos mostrou-se muito participativo, partilhando as suas experiências de fraternidade e levantando questões pertinentes ao assunto, às quais a docente procurou responder com clareza. Como forma de aprofundamento da aula, foi projetado em suporte PowerPoint, imagens com frases alusivas à fraternidade. É de destacar que, ao longo da apresentação, os alunos conseguiram deparar que, as palavras resultantes do diálogo inicial estavam implicadas na apresentação, o que ainda os motivou mais.

A maior dificuldade sentida nesta aula, prendeu-se com a gestão das intervenções dos alunos, uma vez que como já foi referido, é uma turma com alunos participativos. E ainda há-

de referir neste ponto, o facto de haver alguns alunos com comportamentos menos adequados, sendo deste modo necessário fazer umas chamadas de atenção.

Por fim, foram apresentadas as “plantas de fraternidade”, explicando a sua finalidade e, quatro alunos, tiraram cada um, uma folha da “planta artificial de fraternidade” e colaram-na no “caderno de registos” na página da aula do dia.

A professora despediu-se dos alunos, recordando-lhes a procederem a sua autoavaliação.

Os materiais e metodologias utilizados nesta aula foram adequados para os objetivos da mesma.

A **segunda aula** decorreu no dia quinze de janeiro de 2018. A aula iniciou com cinco minutos de atraso devido à transição da primeira aula para esta. Após o acolhimento aos alunos, a professora perguntou-lhe sobre os conteúdos abordados na aula anterior. Salientamos que, esta estratégia foi muito produtiva uma vez que os alunos mostraram-se muito entusiasmados e participaram de forma muito empenhada e, com um grande sentido de responsabilidade, o que permitiu propiciar o diálogo, sistematizar os conteúdos trazendo à memória o que tinha sido abordado e dando continuidade e coerência aos conteúdos da Unidade Letiva. Portanto, foi possível, nesta aula, prever a eficácia que esta estratégia ia ter nas próximas aulas.

Compreendemos que o registo do sumário no início da aula é de suma importância para estes alunos porque permite-lhes a anteverem o desenrolamento da aula.

Com alunos desta faixa etária, é preciso implementar estratégias que desde logo, captem a sua atenção e interesse pelos conteúdos. Neste sentido, a animação “Seres humanos” utilizado logo no início desta aula - pelo seu dinamismo, diversidade do conteúdo e mensagem (a sequência de imagens, frases e música) foi um recurso eficaz para introduzir o tema, porque na partilha os alunos demonstraram uma grande capacidade crítica e organização de ideias. Através da sua visualização, já conseguiram chegar ao objetivo principal pretendido

nesta aula, isto é, compreenderam que temos mais em comum do que aquilo que nos separa, porque somos capazes de amar, habitamos no mesmo lar que é a Terra, aspiramos o mesmo ar e, por isso, todos merecemos o mesmo respeito.

Relativamente ao uso do PowerPoint, é de salientar que os alunos estão familiarizados com este recurso e gostam muito dessa forma de apresentar os conteúdos. Por esta razão, na exposição dos mesmos, optámos que os alunos participassem ativamente e, por isso, conforme se passava os diapositivos, era pedido a um/a aluno/a para ler o conteúdo e, de facto, todos manifestaram a vontade e participaram com muito gosto. Com efeito, esta forma colaborativa entre a professora e os alunos, criou a proximidade e empatia entre eles. Ainda neste ponto destaca-se o modo como os alunos colaboraram adotando uma posição crítica face aos conteúdos, onde entre tantas outras coisas, na exposição dos conteúdos referentes ao *Homo sapiens sapiens*, foi possível constatar a forma como eles fizeram a interdisciplinaridade com a disciplina da História. Ressalvamos ainda o facto de, na abordagem das características do *Homo sapiens sapiens*, foi importante a partilha de algumas diferenças culturais, visto que a docente é de origem africana. Este ponto foi um momento enriquecedor na aula uma vez que os alunos, mostraram curiosidade através de questões pertinentes o que provocou um pequeno “diálogo cultural” e conseguiram perceber que, afinal apesar das diferenças, todos temos as mesmas características do *Homo sapiens sapiens*, embora se expressem de formas diferentes.

Na exposição do conteúdo relativo à Declaração Universal dos Direitos Humanos, percebemos que os alunos já conheciam este documento e tinham um grande apreço por ele.

No último momento, no qual dedicamos a nossa atenção à questão ecológica, enquanto uma das razões para sermos fraternos, mais uma vez os alunos estavam críticos, e aproveitou-se para sublinhar como as últimas catástrofes dos incêndios em Portugal têm sido atentados contra a dignidade humana e ameaças à fraternidade. Neste ponto, a professora destacou o facto de as vezes estes problemas surgirem por vontade própria e apelou aos alunos a

sentirem-se responsáveis pela natureza, colaborando para que esta seja cuidada da melhor forma possível, porque a fraternidade também passa por aí.

A maior dificuldade sentida nesta aula foi o tempo que os alunos levam para transcrever no “caderno de registos” o que lhes é pedido. Uma outra dificuldade prendeu-se com a gestão das intervenções dos alunos.

Na síntese da aula, feita com a colaboração entre a docente e os alunos, foi possível comprovar que os conteúdos foram bem assimilados. Há ainda que referir que os recursos didáticos utilizados foram adequados, os objetivos foram alcançados e conseguiu-se fazer com sucesso tudo o que estava planeado para esta aula.

A terceira aula lecionada a vinte e dois de janeiro de 2018, teve como objetivo apresentar a perspetiva cristã de fraternidade. A aula começou com o habitual acolhimento aos alunos, seguido de projeção do sumário através do PowerPoint. Após a verificação de que todos os alunos tinham transcrito o sumário nos respetivos “cadernos de registos”, a professora, em diálogo com eles, fez a revisão dos conteúdos lecionados na aula anterior, pelo que os alunos participaram de forma adequada e satisfatória.

A abordagem dos conteúdos desta aula foi feita sobretudo com o recurso ao PowerPoint e conforme a professora ia passando os diapositivos pedia a um/a aluno/a para ler e fazia os comentários necessários. Esta estratégia revelou-se frutífera porque cativa os alunos e todos disponibilizavam-se para participar lendo os diapositivos.

No que respeita à dinâmica implementada na aula para o aprofundamento da compreensão vida dos primeiros cristãos, concluímos que o seu objetivo não foi bem atingido, porque pretendia que os alunos dessem mais valor aos rebuçados do que à plasticina, no entanto, alguns preferiam a plasticina, por isso, sentimos que o material não foi bem escolhido. Também destacamos neste ponto a resistência dos alunos em partilhar, o que nos levou a perceber que não compreenderam bem o objetivo dessa dinâmica em relação aos conteúdos abordados na aula.

Salientamos, como aspetos muito positivos desta aula, o cumprimento da planificação, a articulação nos seus diferentes momentos e a organização do tempo. Todavia, consideramos que há aspetos a melhorar, nomeadamente a utilização da linguagem rigorosamente científica; pois dado o tema cristão que era, após a aula percebeu-se que a linguagem podia ser melhorada precisando fazer um esforço neste aspeto. Outro aspeto a melhorar é procurar estratégias para regular o comportamento de alguns alunos que faziam constantemente um pequeno ruído.

A **quarta aula** foi lecionada a vinte e nove de janeiro de 2018. A aula começou com um ligeiro atraso, prevendo desde início a necessidade de fazer um reajuste da planificação de modo a atingir os objetivos e metas pretendidos. Como estávamos a meio das aulas planificadas para esta Unidade Letiva, analisámos o processo de aprendizagem dos alunos. Assim, após o habitual acolhimento aos alunos, a professora solicitou que cada um abrisse o seu “caderno de registos” para que verificasse o seu uso e o processo de autoavaliação. Neste aspeto, constatou-se que, estes instrumentos estavam a ser bem usados por todos, tirando apontamentos e colando alguns recursos utilizados nas aulas e, autoavaliando-se.

Posteriormente, em diálogo com os alunos, foi feita a revisão da ficha de trabalho da aula anterior e todos estavam interessados e participaram ativamente.

Apesar da recapitulação das aulas anteriores ser planificada para ser realizada pela docente, tal não aconteceu porque ao percebermos o grande interesse dos alunos em participar, optou-se interagir com eles.

A introdução do tema da aula foi feita inicialmente através do diálogo, pelo que a professora solicitou aos alunos a dizerem o que eles achavam que ameaça a fraternidade. Na realidade, os alunos aderiram bem a esta solicitação, participando de uma forma bastante ordenada e fundamentada, revelando uma grande capacidade de raciocínio crítico. Do diálogo surgiu um conjunto de ideias interessantes, ultrapassando as expectativas da docente, o que mostra uma turma de alunos empenhados.

Ao perguntar qual o juízo ético que atribuiriam às ideias que disseram, foi unânime a resposta: o mal. Esta foi a altura certa para introduzir o tema da aula, e nesse preciso momento, a professora registou no quadro o sumário: “O mal, fragilidade e ameaça à fraternidade”, e solicitou que passassem-no nos respetivos “cadernos de registos”. Na exposição dos conteúdos desta aula, os discentes revelaram-se muito interessados e participativos, havendo sempre um grande número de disponibilização para a leitura e intervenção e, pedindo esclarecimentos de alguns conceitos.

O aprofundamento dos conteúdos foi feito através do jogo, que também serviu de síntese. Para evitar desordem e assegurar a participação ativa de cada um dos alunos, a realização do jogo foi feita em três grupos, pelo que cada grupo jogava a sua vez. Mais uma vez nesta atividade, os alunos destacaram-se pela sua disponibilidade para distribuir os cartões e, ao longo do jogo, revelaram a responsabilidade e o interesse, respeitando rigorosamente as regras do jogo e colocando perguntas pertinentes para obter explicação e esclarecimento de alguns conceitos. A forma como o jogo se desenrolou deixou claro que os alunos tinham assimilado bem os conteúdos.

A dificuldade que se sentiu nesta aula, deveu-se ao facto de termos de ajustar a planificação e por isso não foi possível projetar as respostas da ficha de trabalho da aula anterior como constava na planificação. Também a última atividade “Sopa de letras” não foi realizado, ficando assim transposta para a aula seguinte. Contudo, os recursos e as metodologias empregues foram adequados e conseguimos atingir os objetivos e metas pretendidos.

No fim, três alunos tiraram, cada um, uma folha da planta de fraternidade. A aula culminou com a despedida entre os alunos e a professora, recordando-lhes a procederem a sua autoavaliação.

A quinta aula foi lecionada a cinco de fevereiro. Após o acolhimento aos alunos, verificou-se a autoavaliação da aula anterior. A revisão da aula anterior foi feita em grupos de

dois alunos, com recurso à “Sopa de letras”. Sobre ela destacamos o modo como os alunos mostraram entusiasmo e vontade participando e colaborando de uma forma extremamente positiva. De modo igual, salientamos a capacidade de reflexão e críticas ponderadas em relação a dinâmica com linha, implementada para introduzir o tema principal que se pretendia trabalhar nesta aula. No diálogo, os alunos estavam muito interessados e deles saíram ideias bem fundamentadas e chegaram por si ao objetivo desta dinâmica: o valor do perdão para restabelecimento de fraternidade.

Para complementar esta atividade, utilizamos dois textos sobre o perdão. Fez-se comentários aos dois textos, comparando-os e sublinhando a mensagem principal a retirar, onde se privilegiou a intervenção dos alunos. Neste ponto, é de ressaltar a participação ativa, por parte dos discentes e uma vez que alguns já conheciam o “conto árabe sobre o perdão”, relatado em outras disciplinas, foi notável a interdisciplinaridade de EMRC com outras disciplinas, assim como foi fácil para os alunos entender. No entanto, o fulcro da participação ficou marcado por um comentário inesperado feito por um aluno, que aplicou o texto a vários contextos da vida, dizendo que o texto fala do perdão mas pode ser encarado de uma forma geral: “Para mim este texto tem outro significado... as coisas importantes devem ser guardadas na memória e serem recordadas sempre, mas as coisas menos importantes e que as vezes nos deixam infelizes devem ser esquecidas.... consideradas como um vento”. Esta intervenção deixou-nos estupefactos, dada a capacidade de raciocínio duma pessoa desta idade. Mas, acima de tudo, este comentário fez nos sentir que a nossa missão prevista para esta aula foi bem cumprida, porque pela natureza da nossa disciplina, não estamos preocupados em transmitir informações, mas sim “tocar” a vida dos nossos alunos.

Antes de a professora pedir, os alunos já estavam a colar a folha com os textos, no “caderno de registos”, revelando, mais uma vez o sentido de responsabilidade.

De seguida, querendo tornar o perdão presente na vida real dos alunos, foram entregues a cada um, um envelope e uma folha, pedindo-lhes que pensassem numa pessoa, à

qual queriam pedir/oferecer perdão e lhe escrevessem uma carta. Na realidade, a esta solicitação, os alunos corresponderam de um modo impecável, mostrando um grande sentido de responsabilidade e interesse. Levaram muito a sério esta atividade. Alguns deles escreveram carta aos próprios colegas da turma e entregaram-na no fim da aula. A maior parte deles escreveu para os pais. O grande interesse e a seriedade dos discentes em relação a esta atividade, evidenciou-se pela forma como estavam concentrados na sua execução e a forma como adornaram os envelopes, desenhando imagens alusivas ao perdão e ao amor (pessoas a dar abraços, a dar as mãos, coração, etc) com algumas pequenas expressões (Amo-te, Peço o teu perdão, Prometo não te ofender mais, És meu amigo, etc). Assim, a proposta desta dinâmica revelou ser uma estratégia bastante eficaz e comprometedora.

Na síntese da aula, feita pela professora em colaboração com os alunos, compreendeu-se que os conteúdos foram bem apreendidos, porque alguns alunos sublinharam a necessidade não só de pedir perdão como também de perdoar.

Não podendo mostrar a peça cinematográfica dado a uma falha no funcionamento do computador, dialogou-se com os alunos sobre o conteúdo da mesma e os alunos já conheciam o vídeo o que facilitou a compreensão da mensagem a reter.

Os objetivos e as metas da aula foram atingidos. E mais uma vez, constatámos que as estratégias e recursos utilizados foram adequados.

No fim da aula, três alunos tiraram, cada um, uma folha da “planta artificial de fraternidade”. A professora agradeceu a todos pela participação e recordou-lhes a procederem a autoavaliação.

A sexta aula, lecionada a dezanove de fevereiro de 2018, começou com o acolhimento aos alunos e de imediato dois alunos tiraram, cada um, uma folha da “planta artificial de fraternidade”. De seguida, em diálogo com os alunos fez-se um enquadramento geral das cinco aulas anteriores. Os alunos participaram de forma muito satisfatória.

Depois de registrar o sumário da aula, introduzimos a lecionação dos conteúdos através de uma peça cinematográfica que retratava um homem que dedicava a sua vida a ajudar as pessoas deixando-as felizes e também sentindo-se ele mesmo feliz. Durante a visualização, os alunos tinham interesse e estavam concentrados, algo que se refletiu na partilha da mensagem a reter do vídeo, uma vez que colaboraram de forma extraordinário, relacionando a mensagem do vídeo com a vida real. Na exposição da “Regra de Ouro” mais uma vez revelou-se o interesse e a capacidade dos alunos de aprofundar as ideias, o que na realidade deixou a docente feliz. Quanto à análise e leitura comparativas das duas “plantas de fraternidade” e as atitudes que foram tomadas ao longo das aulas em relação a elas, é de sublinhar o modo como os alunos desta tenra idade nos surpreenderam com a sua grande capacidade de raciocínio crítico, com ideias bem refletidas e aprofundadas, e aqui mencionámos uma expressão de um aluno: “uma planta é rica e outra é pobre, fomos nós que tornámos essa planta pobre porque tirámos o que era bonito nela”. Esta expressão, saída de uma criança de dez anos, foi tão agradável aos nossos ouvidos de tal modo que baseámo-nos nela para aprofundar a opinião dos alunos. Na realidade, a colaboração e partilha dos discentes deixaram bem claro que o objetivo da utilização destes recursos didático foi atingido na sua totalidade.

Outro aspeto marcante desta aula, diz respeito à correspondência dos alunos à solicitação para se comprometerem com a construção de fraternidade. Todos participaram de forma muito positiva e responsável, respondendo, em *post-its*, à questão que lhes foi colocada, e colando as suas respostas na cartolina que depois ficou afixado na sala de aula para uma futura referência.

Relativamente às dificuldades sentidas nesta aula, destacamos em primeiro lugar a gestão das intervenções dos alunos e a sua incapacidade de esperar pela sua vez, havendo alguns que intervinham enquanto os colegas estavam ainda a falar. Outra dificuldade teve a ver com a gestão do tempo porque na revisão das aulas antecedentes, levou-se mais tempo do que o previsto e isso acabou por condicionar os outros momentos da aula. Por esta razão, não

foi possível fazer a observação crítica do processo de autoavaliação e também a despedida, o agradecimento aos alunos e a entrega da surpresa preparada para esta última aula já foram feitos após o toque do término da aula. Contudo, pela forma como se desenrolou a aula percebeu-se que os recursos e as estratégias utilizados foram adequados à aprendizagem dos alunos.

No final da aula e na pessoa da professora titular, foi oferecida à turma a “planta verdadeira de fraternidade” que ficou na sala da aula em cima da secretária da professora, como forma de recordação desta Unidade Letiva e também para que os alunos olhando para ela, sempre possam lembrar a forma como se devem tratar uns aos outros para construir a fraternidade.

Síntese

Terminada a lecionação e feita a retrospectiva de cada aula, convém fazer um balanço final de todo o itinerário. O objetivo deste capítulo foi apresentar uma proposta do processo de ensino-aprendizagem para a Unidade Letiva “Construir a Fraternidade”, que foi levada a cabo através da PES. Mas para aí chegar, iniciou-se o capítulo com o enquadramento da Educação Moral e Religiosa Católica no sistema educativa, seguindo-se a descrição do contexto de intervenção (Agrupamento Dr. Francisco Sanches, escola EB 2,3 Dr. Francisco Sanches, a turma de 5º1 e a sala de aula). Posteriormente, fez-se a contextualização programática da Unidade Letiva acima referida. De seguida procedeu-se à planificação (descrição das aulas) e os respetivos planos (grelhas das aulas) e terminou com a avaliação da prática letiva.

No que se refere à prática letiva, destacamos que, ao longo da lecionação, percebemos quão importante é a planificação para a docência, porque para além de prever as metas, os objetivos, os conteúdos, os recursos e as estratégias a imprimir na sala de aula, ajuda também a antever os problemas e as suas possíveis soluções, a enquadrar os imprevistos, etc.

Outro aspeto que se salientou foi a boa preparação das aulas, quer teoricamente quer no que respeita as estratégias e os recursos didáticos utilizados ao longo da lecionação. O “caderno de registos” foi um dos recursos apreciados pelos alunos desde o primeiro dia das aulas desta UL. Este instrumento foi uma grande valia e os alunos foram responsáveis em utilizá-lo anotando as ideias principais de cada aula e, colando alguns materiais utilizados em cada aula. O cartão de autoavaliação foi um outro instrumento que ajudou a avaliar os alunos no que toca a sua responsabilidade no contexto de aula e a capacidade de autocrítica.

Outros recursos pedagógicos cuja utilização se revelou profícua foram as “Plantas de fraternidade”. Os alunos foram responsáveis e colaboraram tirando e cuidando a folha tirada até ao último dia das aulas e, na última aula foram capazes de concluir a razão do uso destes recursos, fazendo análise crítica das atitudes que todos foram tomando ao longo das seis aulas e do estado final das duas plantas, aplicando e comparando tudo isso com a vida real. Na última aula, alguns alunos queriam mais folhas porque diziam que descobriram o significado de algumas palavras que lhes impressionou.

Relativamente à relação docente-alunos, com o andamento do tempo foi possível criar a empatia recíproca e, foi-se apercebendo da forma como os discentes gostam de receber os conteúdos, o que fez com que às vezes alterássemos a planificação de algumas aulas, mesmo “em cima da hora” implementando estratégias próprias que considerávamos adequadas ao tema, sempre tendo em conta que os alunos eram a “alma” da nossa atividade e, por isso, toda a alteração foi feita procurando responder às suas expetativas. Como resultado, as aulas revestiram-se de um variadíssimo conjunto de estratégias e recursos didáticos, tornando-as dinâmicas e motivando os alunos. Deste modo, compreendemos que, na medida em que o/a professor/a vai conhecendo melhor cada aluno/a da turma com que está a trabalhar torna-se mais fácil adequar estratégias de ensino, motivadoras de aprendizagem.

Quanto à experiência-docente, o maior desafio encarado foi o de saber adequar a linguagem a esta faixa etária. De igual modo, a falta de experiência como docente (visto que

esta foi a primeira vez que a professora “estagiária” lecionou) constitui um enorme desafio em todos os âmbitos. Esta realidade fez com que este tempo fosse muito cansativo, algumas vezes desgastante, mas também foi um tempo favorável, gratificante e de crescimento pessoal e competência profissional.

Além disso, outra dificuldade sentida prendeu-se com a gestão do tempo e das intervenções dos alunos em algumas aulas. E ainda salientamos que, algumas aulas, podiam ser melhoradas sobretudo no que diz respeito a utilização de uma linguagem científica clara e rigorosa; no entanto, estamos cientes de que o mesmo acontece na vida real, pois nem sempre conseguimos realizar com sucesso o que queremos, porém, isso não nos tira a vontade de continuar a tentar aplicar outras formas.

Assim, como se diz na linguagem popular “a vida é feita com avanços e recuos”, assim também esta experiência ensinou-nos que na prática-docente há dias em que as aulas correm às “mil maravilhas” e há outros em que isso não acontece, mas cada dia vamos procurando formas de superar essas limitações.

Por fim, salienta-se a importância da partilha de conhecimentos, de experiências com a Orientadora Científica, com a professora cooperante na escola (a partilha sobre o que se pretende trabalhar em cada aula e o diálogo no final de cada aula, que foi muito enriquecedor e motivador para a aula seguinte) e a colaboração com os colegas de estágio.

CONCLUSÃO

“Ponhamos amor em tudo o que fizermos!”¹⁸²

Chegando a este ponto do Relatório da Prática de Ensino Supervisionada, é altura de olhar para trás e, percorrendo novamente e de forma breve o percurso feito, fazer um balanço derradeiro. Para o fazer, permitam que eu fale na primeira pessoa do singular, para que possa expressar-me pessoalmente sobre aquilo que foi para mim a experiência de trilhar este caminho, embora consciente de que, comigo estiveram muitos, acompanhando-me, de perto ou de longe, com palavras ou com gestos, fazendo com que o caminho se atenuasse, uma vez que, assim como se costuma dizer: “uma cruz partilhada não deixa de ser cruz, mas pesa menos”. Digo, ou melhor, comparo a realização deste trabalho a uma cruz, porque na realidade um trabalho deste género é muito exigente, implica muita pesquisa, muita leitura, muita vontade e, acima de tudo, muito amor.

Mas “amor” porque? ... Animada eu, pelas palavras de Paulo de Tarso “ Nada me vale se não tivesse amor (cf. 1Cor 13,1ss), desde logo percebi que o amor seria a arma mais forte para “batalhar” em todos os sentidos e, por isso, ao longo de todo este trabalho, deixei-me envolver por este sentimento – “amei” o que estava a fazer e assim agarrei-o com “unhas e dentes”; guiada pelo amor, procurei fazer o meu melhor para que pudesse partilhar um pouco de mim com os outros, seja para quem irá ler este trabalho, seja para quem esteve ao meu lado acompanhando todos os passos da sua realização e que já está devidamente referenciado e agradecido; foi com muito amor que recebi e caminhei com a turma a que me foi confiada, e impulsionada por esse amor fiz o meu melhor para semear uma boa semente de fraternidade nesses pequenos corações; por fim, é com muito amor que desejo o trabalho que aqui apresento seja útil para todos quantos os que irão lê-lo. Com esse amor procuro contribuir para a construção de fraternidade, porque estou consciente de que, se falo da fraternidade, tenho que me antecipar dando o primeiro passo.

¹⁸² Pedro Muñoz Peñas, *Orar com Deus* (Apelação: Paulus, 2001), 153.

Antes de mais, saliento que, a elaboração deste trabalho foi um momento muito enriquecedor e gratificante - permitiu crescer a nível pessoal, adquirir novos conhecimentos e aprofundar outros subjacentes à temática de fraternidade, analisar a importância da educação em geral, e da Educação Moral e Religiosa Católica em particular, inclusive sobre o modo como esta contribui para a promoção de fraternidade no contexto escolar.

A realização deste estudo teve como ideia-chave «a fraternidade» - a sua análise e o que contribui para a sua implementação. A primeira e a mais importante das conclusões atingidas é que, a fraternidade não é uma realidade alcançada, mas é um desafio para se conquistar sobretudo na nossa sociedade cada vez mais pluralista e ao mesmo tempo individualista. Ora, esta conquista não é possível isoladamente mas exige a colaboração de todos. Por esta razão, no primeiro capítulo, incidindo na identidade relacional do ser humano, ficou evidenciado quão importante é que todos saibam que a própria realização da pessoa não se alcança no fechamento, mas sim na relação com os seus semelhantes. Deste modo, percebi que a fraternidade não é possível sem a relação e, esta requer que os homens e mulheres aprendam a viver a arte de tolerância, de respeito pelo outro, de aceitação e integração das peculiaridades pessoais, sobretudo no nosso mundo plural.

Assim como diz o título deste Relatório “A fraternidade faz a força”, para construir um mundo melhor, onde cada um é reconhecido com os seus direitos e dignidade inalienáveis, é preciso o contributo de cada um e de todos e, por isso, é urgente cada um sentir-se responsável pelo outro, acolhendo-o com toda a sua humanidade, ciente de que só deste modo se promoverá uma sociedade de paz, de justiça, de liberdade, de doação e, em suma, de fraternidade.

No segundo capítulo, propus-me a problematizar o princípio de fraternidade para perceber se é um ideal cristão ou não. Na tentativa de encontrar resposta para este problema, numa das leituras deparei-me com uma frase de Papa Francisco e que considero como a resposta exata. Nessa frase o Sumo Pontífice diz que a fraternidade não pode subsistir se não

tiver como sua razão de ser a referência a um Pai comum (cf. LF 54). Por isso, o princípio de fraternidade assenta no reconhecimento, por um lado, de paternidade divina comum e, por outro lado, de filiação divina de todos, e implica que cada um deve olhar para o outro como uma pessoa que merece ter a mesma dignidade e ser respeitado, porque todos somos filhos de Deus. O mistério trinitário espelha claramente o desígnio divino de fraternidade e apresenta-se como exemplo para o desenvolvimento de laços fraternos entre os Homens.

Não obstante, os estudos feitos permitiram perceber que ao longo da história da humanidade, nem sempre os homens e mulheres souberam corresponder a este desígnio divino e, por isso, houve momentos de ameaças à fraternidade. Em contrapartida e querendo remediar essas situações degradantes, desde sempre a Igreja interessou-se na implementação da fraternidade e empenhou-se, defendendo com a sua doutrina a importância desta nos variados âmbitos da vida humana e, testemunhando-a com a própria vida – “abrindo as portas” para acolher a todos, sendo voz dos sem voz e, acima de tudo, procurando que fossem, rigorosamente, respeitados os direitos humanos fundamentais.

Mas será possível viver na fraternidade na nossa sociedade, onde “as diferenças multiplicam-se a todos os níveis: cultural religioso, ideológico, político, económico...?”¹⁸³. De facto, esta realidade dos nossos tempos exige um esforço coletivo na adoção de um estilo de vida que possibilite uma convivência humana saudável, na qual “as diferenças se harmonizam dentro de um projeto comum” (EG 221). E como é que isso pode se tornar em realidade? A resposta para esta pergunta diz respeito à educação enquanto um processo contínuo que visa a formação de personalidades fortes e cidadãos cientes dos direitos humanos, os quais devem respeitar e defender. Com efeito, a educação pode ser a motriz por excelência para incutir nos indivíduos os valores essenciais de fraternidade.

E quem é responsável por fornecer essa educação? Tal como se foi dado a perceber ao longo deste estudo, educar é responsabilidade da família, da escola, do Estado, da sociedade,

¹⁸³ Martínez Díez, *Crer em Jesus Cristo/ Viver como cristão*, 51.

da Igreja. Contudo, a maior responsabilidade recai sobre a escola visto ser aí onde a educação assume um papel formador. E uma vez que é no contexto escolar que se efetuam as aulas de Educação Moral e Religiosa Católica, convém, ter em conta o papel integrador, por excelência, que esta disciplina desempenha. Decerto, é no âmbito da disciplina de EMRC que de uma forma clara se transmitem valores como o da boa convivência humana e da fraternidade, da igualdade, do respeito pelo outro, da paz, da solidariedade, da aceitação das diferenças alheias, da dignidade, etc. Por isso, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica desempenha uma função de suma importância no contexto social atual. Daqui se conclui a missão importante do/a professor/a de EMRC.

Com efeito, no ambiente escolar, o/a professor/a de EMRC tem um papel exímio. Ele/a age por uma fé e, por isso, para além, do papel humanizador que deve transparecer em qualquer professor, o/a professor/a de EMRC, inspirando-se em Jesus Cristo, deve exprimir o seu testemunho de uma vida verdadeiramente cristã, respeitando e amando a todos sem exceção. Para isso, deverá ser simpático/a, criar empatia para com cada um dos seus aluno/as e fazer com que cada aluno/a se sinta respeitado/a na sua peculiaridade. Só desta forma poderá esperar que os alunos ponham em prática o que aprendem nas suas aulas. De modo igual, deve interessar-se pelo bem-estar da comunidade escolar em geral, inclusive pelos pais e encarregados de educação.

A partir desta reflexão, apresentei, no âmbito da PES, o contexto em que surge este Relatório, a proposta para a lecionação da Unidade Letiva “Construir a Fraternidade”. Da experiência feita ao longo dos seis tempos letivos em que caminhei com os alunos, percebi que o/a professor/a de EMRC, deve ter consciência do carácter inclusivo desta disciplina, e saber que a empatia e criatividade, quer na comunicação estabelecida, quer nos recursos empregues, são fundamentais para o desempenho das tarefas. Por esta razão, pode utilizar várias estratégias motivadoras de aprendizagem, possibilitando que os alunos compreendam facilmente os conteúdos e sejam críticos face a realidade circundante.

Terminada esta jornada, posso afirmar que, este trabalho foi como que um ensaio através do qual procurei abordar uma questão profundamente complexa. Apesar da minha não muito extensa maturidade intelectual, procurei elaborar um trabalho sério sobre a fraternidade, de que forma esta pode fortalecer as relações humanas e tentei perceber como é que as instituições educativas podem contribuir na sua promoção.

A última apreciação a fazer é que o tema aqui abordado, pela sua abrangência, tem sempre novos horizontes por onde se pode orientar a investigação. Assim, num futuro próximo, poder-se-á fazer um estudo aprofundado sobre a fraternidade transversal na Sagrada Escritura. Poder-se-á, ainda, fazer, por exemplo, uma articulação entre o perdão e a fraternidade, partindo do episódio de José e seus irmãos, relatado no livro do Génesis (cf. Gn 37,1 - 45,15). Estas são algumas das “portas” que o meu trabalho deixa em aberto para possíveis estudos a desenvolver.

BIBLIOGRAFIA

1. Sagrada Escritura

Biblia sagrada. Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica, 2010.

2. Documentos do Magistério da Igreja

Benedicti Pp. XVI. “Litterae Encyclicae «Caritas in Veritate»”, (29 de junho de 2009), *AAS* 101 (2009): 641- 709.

Conselho Pontifício «Justiça e Paz». *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Cascais: Principia, 2005.

Franciscus Pp. “Adhortatio Apostolica «Amoris Laetitia»”, (19 de março de 2016), *AAS* 108 (2016): 311-446.

Franciscus Pp. “Adhortatio Apostolica «Evangelii Gaudium»”, (24 de novembro de 2013), *AAS* 105 (2013): 1019-1135.

Franciscus Pp. “Adhortatio Apostolica «Gaudete et Exsultate»”, (19 de março de 2018).

Franciscus Pp. “Litterae Encyclicae «Lumen Fidei»”, (29 de junho, 2013), *AAS* 105(2013): 555-596.

Franciscus Pp. “Litterae Encyclicae «Laudato Si»”, (24 de maio de 2015), *AAS* 107 (2015): 847-945.

Ioannes Paulus Pp. II. “Adhortatio Apostolica «Familiaris Consortio»”, (22 de novembro de 1981), *AAS* 74 (1982): 81-191.

Ioannes Paulus Pp. II. “Codex Iuris Canonici”, (25 de janeiro de 1983), *AAS* 75 (1983): 5-14.

Ioannes Paulus Pp. II. “Litterae Encyclicae «Redemptor Hominis»”, (4 de março de 1979), *AAS* 71 (1979): 257-324.

- Ioannes Paulus Pp. II. “Litterae Encyclicae «Evangelium Vitae»”, (25 de março de 1995), AAS 87 (1995): 401-522.
- Paulus Pp. VI. “Litterae Encyclicae «Ecclesiam Suam»”, (6 de agosto de 1964), AAS 56 (1964):609-659
- Paulus Pp. VI. “Litterae Encyclicae «Populorum Progressio»”, (26 de março de 1967), AAS 59 (1967): 257-299.
- Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II. “Declaratio de Educatione Christiana «Gravissimum Educationis»”, (28 de outubro de 1965), AAS 58 (1966): 728-739.
- Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II. “Constitutio pastoralis de Ecclesia in mundo huius temporis «Gaudium et Spes»”, (7 de dezembro de 1965), AAS 58 (1966): 1025-1120.
- Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II. “Constitutio Dogmatica de Ecclesia «Lumen Gentium»”, (21 de novembro de 1964), AAS 57 (1965): 5-71.
- Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II. “Declaratio de ecclesiae habitudine ad religiones non-christianas «Nostra Aetate»”, (28 de outubro de 1965), AAS 58 (1966): 740-744.
- Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II. “Decretum de Pastoralis Episcoporum Munere in Ecclesia «Christus Dominus»”, (28 de outubro de 1965), AAS 58 (1966): 673-696.

3. Documentos da Conferência Episcopal Portuguesa

Conferência Episcopal Portuguesa, A Educação Moral e Religiosa Católica: Um valioso contributo para a formação de personalidade, acedido a 2 de setembro, 2017.<http://www.educris.com/v2/101-conferencia-episcopal-portuguesa/891-a-educacao-moral-e-religiosa-catolica-um-valioso-contributo-para-a-formacao-da-personalidade>.

Conferência Episcopal Portuguesa, Carta Pastoral sobre a “Educação - Direito e dever- missão nobre ao serviço de todos”. Lisboa: Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa, 2002.

4. Legislação

Assembleia da República. Resolução da Assembleia da República nº 74/2004 “Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé”. *Diário da República*, nº 269/2004, I Série – A, de 16 de Novembro de 2004, 6741-6750.

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, in *Diário da República*, I Série, n.º 237, 1986, 3067-3081.

5. Dicionários

Dicionário Etimológico. Etimologia e origem das palavras, acedido a 9 de setembro, 2017. <https://www.dicionarioetimologico.com.br/educar/>.

Dicionário da língua Portuguesa. Porto: Porto Editora 2011.

6. Área da Educação

Almeida, Maria Emanuel Melo de. *A educação para a paz*. Águeda: Paulinas, 2002.

Ambrosio, Juan Francisco. “Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Católica”, in *Communio*, XVIII (2001/ 5): 437-449.

Boavida, João e Amado, João. *Epistemologia, identidade e perspectivas: Ciências da Educação*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.

Calleja, José Manuel Ruiz. “Os professores deste Século. Algumas reflexões”, *Revista internacional tecnológica del Chocó*, 27 (2008): 109-117.

Cardoso, Jorge Rio. *O Professor do Futuro*. Lisboa: S.A. 2013.

Carneiro, Robert. “Educação e comunidades humanas revivificadas: uma visão da escola socializadora do novo século” in Jacques Delors et al.. *Educação: Um tesouro a descobrir, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. São Paulo: Cortez, 1998.

- Delors, Jacques *Et al. Educação: Um tesouro a descobrir, Relatório Para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação Para O Século XXI*. 9ª ed, Porto: Asa, 1996.
- Estanqueiro, António. *Saber lidar com as Pessoas: Princípios da comunicação interpessoal*. Lisboa: Editorial Presença, 2009.
- Herman, Nadja. *Ética e Educação, Outra sensibilidade: Coleção Temas & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- Hohmann, Mary e Weikart, David P.. *Educar a Criança*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- Moita, Fernando. “A missão do professor de EMRC no contexto da escola atual”, in *Pastoral Catequética* 26 (2013): 53-74.
- Muniz, Regina Maria Fonseca. *O direito à educação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- Papa Francisco. Discurso aos participantes na Plenária da Congregação para a Educação Católica, Roma, 13 de fevereiro, 2014, in *L'Osservatore Romano*, Edição semanal em Português 8 (2014).
- Secretariado Nacional da Educação Cristã. *Conta Comigo: Manual do Aluno – EMRC – 5º ano do Ensino Básico*. Lisboa: Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015.
- Secretariado Nacional da Educação Cristã. *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2014.
- Teixeira, Alfredo. “A cultura religiosa na escola”, in *Pastoral Catequética*, Ano 2, Maio-Agosto 5 (2006).

7. Bibliografia geral

- Aido, Paulo. *Francisco: O Papa dos Pobres*. Lisboa: Zebra Publicações, 2013.
- Aristóteles, *Política, Livro I*. Lisboa: Veja, 1998, 1252a – 1255b.
- Baggio, Antonio Maria. *La fraternidad en Perspectiva Política*. Buenos Aires: Ciudad Nueva, 2009.
- Bergoglio, Jorge. *O Verdadeiro Poder é Servir*. Braga: Nascente, 2013.
- Bianchi, Enzo. *Procura os outros: A fraternidade e a esperança*. Lisboa: Paulus, 2013.
- Blázquez, Ricardo. Apresentação para *La fraternidad de los cristianos*, de Joseph Ratzinger, 9-16. Salamanca: Sígueme, 2005.
- Botton, Alain de. *Ensaio Sobre o Amor*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- Brito, José Henrique Silveira de. “A ética de Paul Ricouer: a Articulação entre Teleologismo e Deontologismo” *Cuadernos Salmantinos de Filosofía* 35 (2008):453-447.
- Carvajal, Luis Gonzáles. *Entre la utopia y la realidad*. Maliaño: Sal Terrae, 1998².
- Coelho, Trindade. *Os meus amores*. Coleção biblioteca Ulisseia de autores portugueses, 1994⁴.
- Congregação para os Institutos de vida consagrada e as sociedades de vida apostólica. *Alegrai-vos: carta circular aos consagrados e consagradas*. Prior Velho: Paulinas, 2014.
- Cordeiro, José Manuel. *A Árvore do Pão*. Bragança: Domus Ecclesiae, 2014.
- Díez, Felicísimo Martínez. *Crer em Jesus Cristo/Viver como cristão: Cristologia e seguimento*. Palheira: Gráfica de Coimbra, 2007.
- Duque, João Manuel. “Breve Antropologia da Família”, in *Theologica* 49 (2014):231-243.
- Duque, João Manuel. *O Excesso do Dom. Sobre a identidade do cristianismo*. Vol. 2, Col. Philotheia, Lisboa: Alcalá, 2004.

- Gevaert, Joseph. *El Problema del Hombre: Introducción a la antropología filosófica*. Salamanca: Sígueme, 2005.
- Gonçalves, Joaquim. “Doutrina Social da Igreja Católica. Questões de fundamentação teológica e filosófica”, in *Didaskalia*, vol. XLIV, 2 (2014): 109-125.
- Goso, Diego. *Manual do animador perfeito*. Lisboa: Paulus, 2015.
- III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos, “Os Desafios Pastorais da Família no Contexto da Evangelização. Instrumentum Laboris”, *A Família e a vocação da pessoa em Cristo*. Cidade do Vaticano: IV (2014): 31-49.
- Knitter, Paul. *Una terra molte religioni*. Assisi: Cittadella, 1998.
- Levinas, Emmanuel. *Ética e Infinito*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- Levinas, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. (Lisboa: Edições 70, 1980.
- Loureiro, João Carlos. “Rostos e (des)gostos da(s) Europa(s): dom, fraternidade e pobreza(s)”, *O(s) Rosto(s) da Europa* 1(2012): 181-232.
- Osswald, Walter. “Solidariedade, fraternidade, política: as questões nem sempre fáceis”, *Humanística e Teologia*. Ano 26- Janeiro/Abril 2005.
- Piva, Edgar Antonio. “A Questão do sujeito em Paul Ricoeur,” *Revista de Filosofia*. 26 (1999).
- Ratzinger, Joseph. *La fraternidad de los cristianos*. Salamanca: Sígueme, 2005.
- Ratzinger, Joseph. *Olhar para Cristo: Exercícios de Fé, Esperança e Caridade*. Salamanca: Tenacitas, 2006.
- Ricoeur, Paul. *Soi-même comme un autre*. Paris: Editions du Seuil, 1990.
- Salvoldi, Valentino. *Ternura: A arte de dar e receber amor*. Porto: Edições Salesianas, 2005.
- Savater, Fernando. *As perguntas da vida*. Lisboa: Ariel, 1999.
- Sparado, Antonio. *Temos de ser normais*. Lisboa: Paulinas, 2014.
- Varanda, Isabel. *Na noite mora a promessa: Uma espiritualidade para a vida comum*. Prior Velho: Paulinas, 2014.

Verdete, Carlos. *Doutrina Social da Igreja. De Leão XIII a João Paulo II*. Lisboa: Paulus, 2007.

Vila-Chã, Augusto. *Ao serviço da vida: para uma assistência mais humana do doente*. Braga: Appacdm de Braga, 2007.

8. Sitiografia

Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, acessido a 5 de setembro, 2017.

http://www.aefranciscosanches.pt/2017_01_caraterizacao_agrupamento.pdf.

Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, *Projeto educativo 2017-2018*, acessido a 27 de março, 2017. http://www.aefranciscosanches.pt/projetos%20_2017

[_2018.pdf](http://www.aefranciscosanches.pt/projetos%20_2017_2018.pdf).

Animação “Seres Humanos” acessido a 10 de dezembro, 2017.

<https://www.youtube.com/watch?v=b2ZuqwPKoCs>.

Aquini, Marco. *International solidarity and the principle of fraternity*, 58th session of the Sub-Commission on the Promotion and Protection of Human Rights, 17

August, Genève, 2006, acessido a 20 de fevereiro, 2018. [http://www.new-](http://www.new-humanity.org/en/pdf/english/human-rights/81-international-solidarity-and-the-principle-of-fraternity/file.html)

[humanity.org/en/pdf/english/human-rights/81-international-solidarity-and-](http://www.new-humanity.org/en/pdf/english/human-rights/81-international-solidarity-and-the-principle-of-fraternity/file.html)

[the-principle-of-fraternity/file.html](http://www.new-humanity.org/en/pdf/english/human-rights/81-international-solidarity-and-the-principle-of-fraternity/file.html).

Aristóteles, *Política I*, Tradução do Grego, por Raphael Alario, acessido a 09 de janeiro, 2018.

[https://projetophronesis.wordpress.com/2009/01/10/o-homem-e-um-animal-](https://projetophronesis.wordpress.com/2009/01/10/o-homem-e-um-animal-social-aristoteles/)

[social-aristoteles /](https://projetophronesis.wordpress.com/2009/01/10/o-homem-e-um-animal-social-aristoteles/).

Conto árabe sobre perdão, acessido 8 de novembro, 2017.

<https://www.youtube.com/watch?v=VMRQ0ccrrR8>.

Da Silva Costa, Juliano Xavier e Caetano, Renato Fernandes. “*A conceção de alteridade em Levinas*”: *Caminhos para uma Formação mais Humana no Mundo Contemporâneo*, acessido a 21 de maio, 2017.

<http://www.periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/viewFile/861/865>.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, acessado a 15 de dezembro, 2017.

<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>.

Douek, Sybil Safdie. “Sujeito e Alteridade em Paul Ricoeur e Emmanuel Lévinas: Proximidades e Distâncias”, Tese de Doutorado em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009, 44, acessado a 12 de dezembro, 2017.

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp100817.pdf>.

Duque, João Manuel. “ ‘O ensino religioso na escola pública deve ser independente das vontades políticas’: Agencia Ecclesia notícias.” Discurso proferido no Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica, Fátima, 25-27 de janeiro, 2013, acessado a 20 de setembro, 2017.

<http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/emrc-joao-duque-diz-que-oensino-religioso-na-escola-publica-deve-ser-independente-das-vontades-politicas/>.

Hora do conto, acessado a 8 de novembro, 2017. <https://www.youtube.com/watch?v=ayMALxkIB2o>.

Mandela, Nelson. *In 17 frases de Nelson Mandela que todo o mundo deveria ler*, acessado a 10 de outubro, 2017. <https://pt.globalvoices.org/2013/12/09/17-frases-de-nelson-mandela-que-todo-mundo-deveria-ler/>.

Migliori, André. *Ecumenismo e Dialogo Inter-Religioso*, acessado a 16 de maio, 2013.

http://www.colegiosantamaria.com.br/mais/artigos/ver.asp?aprenda_artigo_id=49.

Papa Francisco, “Discurso aos estudantes e professores das escolas italianas”. Praça de São Pedro – Roma, 10 de maio, 2014, acessado a 29 de abril, 2018.

https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/may/documents/pa-pa-francesco_20140510_mondo-della-scuola.html.

Papa Francisco, “Homilia na Missa pelas vítimas dos naufrágios”. Lampedusa, Itália, 8 de julho, 2013, acessado a 17 de outubro, 2017.

https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130708_omelialampedusahtml.

Papa Francisco, Mensagem para a celebração do XLVII dia mundial da Paz, “Fraternidade, fundamento e caminho para a paz” acessado a 14 de setembro, 2017.

http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20131208_messaggio-xxvii-giornata-mondiale-pace-2014.html.

Papa Francisco, Mensagem para o XLVIII mundial das comunicações sociais: “Comunicação ao serviço de uma autêntica cultura do encontro”, acessado a 18 de janeiro, 2018.

https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20140124_messaggio-comunicazioni-sociali.html.

Papa Francisco: “Colocar-se no lugar do outro e sentir o seu coração” acessado a 1 de outubro, 2017. http://br.radiovaticana.va/news/2016/08/19/papa_colocar-se_no_lugar_do_outro_e_sentir_o_seu_cora%C3%A7%C3%A3o/1252293.

Teixeira, Faustino. “Diálogo Inter-religioso, ontem e hoje”, acessado a 20 de dezembro, 2017. <http://www.missologia.org.br/wp-content/uploads/2017/11/53dialogointer.pdf>.

Vídeo, “Felicidade de servir ao próximo - Caridade”, acessado a 28 de dezembro, 2017. https://www.youtube.com/watch?v=-7m_hdm_ukE.


ANEXOS

NOTA: Os anexos que se seguem podem ser consultados
no *dossier* de estágio.

Doc. nº 1 - Domínios e Metas Curriculares da Educação Moral e Religiosa Católica

DOMÍNIOS	METAS DE APRENDIZAGEM
RELIGIÃO E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA	<p>A. Compreender o que são o fenómeno religioso e a experiência religiosa.</p> <p>B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história.</p> <p>C. Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas.</p> <p>D. Promover o diálogo inter-religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos.</p>
CULTURA CRISTÃ E VISÃO CRISTÃ DA VIDA	<p>E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.</p> <p>F. Conhecer a mensagem e cultura bíblicas.</p> <p>G. identificar os valores evangélicos.</p> <p>H. Articular uma perspetiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica.</p> <p>I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade.</p> <p>J. Descobrir a simbólica cristã.</p> <p>K. Reconhecer exemplos relevantes do património artístico criados com um fundamento religioso.</p> <p>L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.</p>
ÉTICA E MORAL	<p>M. Reconhecer a proposta cristã do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.</p> <p>N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.</p> <p>O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.</p> <p>P. Identificar o fundamento religioso da moral cristã.</p> <p>Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</p>

Doc. nº 2- Cartão de autoavaliação utilizado ao longo da PES

						
CARTÃO DE AUTOAVALIAÇÃO: UL “CONSTRUIR A FRATERNIDADE”						
Item	08/01	15/01	22/01	29/01	05/02	19/02
Estive atento/a nas aulas.						
Mostrei interesse pelos conteúdos.						
Desempenhei-me nas atividades propostas.						
Respeitei a Professora.						
Respeitei os colegas.						

Doc. nº3 – Diapositivos da primeira aula

 **Sumário: Introdução à unidade Letiva 4: “Construir a Fraternidade”**




 **Significado de “Fraternidade”**

- Do latim *frater*, que significa irmão;

Manual do aluno

- Chama-se fraternidade ao laço de união entre as pessoas, fundado:
 - Num Profundo respeito pela dignidade da pessoa humana;
 - Na igualdade de direitos de todos os seres humanos;
- Significa a boa relação entre as pessoas;
- Relação em que se desenvolvem sentimentos de afetos próprios dos irmãos.

Construir a Fraternidade
Unidade Letiva 4

 **“Fraternidade”**

Dicionário

1. Laço de parentesco entre irmãos ou irmãs.
2. União e carinho entre irmãos.
3. Sentimento de afeto em relação às outras pessoas.

 **Para os cristãos...**

- Toda a vida vem de Deus. Por isso.....
- Somos todos irmãos.



Doc. nº4 – Imagens utilizadas na primeira aula

Em cada um de nós há um bocadinho de todos nós

In each of us



There is a little of all of us

The image shows a central globe of the Earth surrounded by a circle of hands of various skin tones, symbolizing global unity and diversity. The text 'In each of us' is written in white across the top, and 'There is a little of all of us' is written in white across the bottom.

Atenção e o cuidado dedicados aos outros



The image shows a young woman with dark hair tied back, wearing a light-colored patterned top, sitting and holding the hand of an elderly woman with white hair, wearing a blue patterned top. They are both smiling and looking at each other, illustrating care and attention.

Todos juntos construímos um Mundo fraterno.



The image shows a globe of the Earth being held up by several hands of different skin tones against a blue sky background, symbolizing global unity and brotherhood.

Reconhecimento e respeito pela diferença, porque somos iguais em dignidade.



The image is a collage of many small, square photographs of people from various ethnicities, ages, and backgrounds, representing diversity and human dignity.

Ninguém se basta a si mesmo....



Todos precisamos de uma mão amiga

The image shows two hands, one from the left and one from the right, reaching towards each other against a blue background. The text 'Todos precisamos de uma mão amiga' is written in red across the middle.

Doc. nº5 – Diapositivos da segunda aula

Sumário:

- Temos uma origem comum
- Somos iguais em dignidade
- A terra é a nossa casa comum

Temos uma Origem Comum- Homo Sapiens Sapiens

Os paleontólogos pensam que a Humanidade tem um antepassado comum. Todos derivamos do *Homo sapiens sapiens*.

Se atendermos à nossa origem, somos todos iguais: temos os mesmos antepassados e partilhamos características físicas e psicológicas semelhantes.

Todos, sem excepção - europeus, africanos, asiáticos..., pertencemos ao grupo do *Homo sapiens sapiens*.

Paleontólogo: Cientista que investiga e trabalha em Paleontologia.

Paleontologia: Ciência que estuda as formas de vida existentes em períodos geológicos passados, a partir dos seus fósseis.

Homo sapiens sapiens: é uma expressão latina, que significa "Homem (suave) inteligente" e que denota os conhecimentos.

Percurso de Homo Sapiens Sapiens – África → Asia → Europa

Extensão máxima das glaciações
 Principais vestígios do homem de Neandertal
 Percurso do Homo sapiens sapiens

30 000 Data da chegada do Homo sapiens sapiens a cada região

Algumas Características do Homo Sapiens Sapiens

Superioridade técnica e esforço coletivos

- **Consciência de que não podia sobreviver sozinho.....Por isso**
- **Organizava-se em pequenos grupos e cooperava, partilhando tarefas e transmitindo ensinamentos.**
- **Dedicava-se à pesca, à caça e outras atividades coletivas.**

*As relações que se estabeleciam entre os elementos dos diferentes grupos, fortaleceram os laços sociais.

Rituais

Pedia proteção a forças sagradas praticando diversos ritos. A manifestação da sua espiritualidade está expressa na arte rupestre.

Respeito pelo seu semelhante

Tinha cuidado, respeito e amor ao seu semelhante. Prova disso é a forma como cuidavam as sepulturas.

Todos Somos dotados de razão e consciência

Direitos Humanos

A DUDH no artigo nº1: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Dotados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade".


O universo e a Terra são a nossa casa

- **Responsabilidade de todos pela natureza, pelo meio ambiente.**
- **A nossa fraternidade deve estender-se também ao Planeta.**

Doc. nº6 – Vídeo “Seres Humanos” - utilizado na segunda aula



Doc. nº7 – Diapositivos da terceira aula

 **Sumário**

- A Perspetiva cristã de fraternidade:
 - O Amor Universal de Deus.
 - A vida em comunidade dos primeiros cristãos.

 **O AMOR UNIVERSAL DE DEUS**

 Para os cristãos, a fraternidade tem um fundamento importante: *Yoda a vida vem de Deus.* Deus é a origem de tudo quanto existe.

 AMIGOS ANIMAIS SCREENSAVER

 Deus é Pai de todos os seres humanos e, Por isso, somos realmente todos irmãos.



Manifestação do Amor Universal de Deus

- O amor universal de Deus manifestou-se de um modo singular em Jesus.

Durante a sua vida, Jesus testemunhou o amor de Deus em todos os Seus gestos e palavras. Ele amava a todas as pessoas mesmo os pecadores e inimigos.





Atenção!

«Ouvistes o que vos foi dito: *Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo*. Eu, porém, digo-vos: *Amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem*».

Evangelho de São Mateus, Capítulo 5, Versículos 43-44

No entanto...


- Foi sobretudo através da **Morte e Ressurreição** de Jesus que se manifestou o Amor Universal de Deus. Por isso.....
- A **Morte e Ressurreição** de Jesus são o maior gesto de **amor** e de **fraternidade**.




A vida em comunidade dos primeiros cristãos

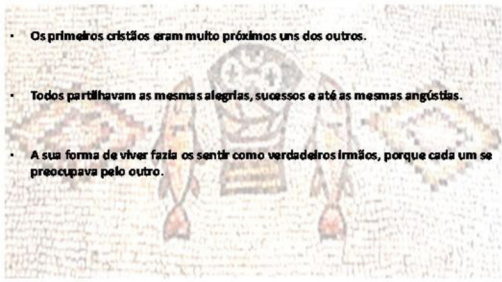
Eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna, à fração do pão e às orações. Todos os crentes viviam unidos e possuíam tudo em comum. Vendiam terras e outros bens e distribuíam o dinheiro por todos, de acordo com as necessidades de cada um. Como se tivessem uma só alma, frequentavam diariamente o templo, partiam o pão em suas casas e tomavam o alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e tinha simpatia de todo o povo. E o Senhor aumentava, todos os dias, o número de que tinham entrado no caminho da Salvação.

At 2,42. 44-47



Para Reter....

- Os primeiros cristãos eram muito próximos uns dos outros.
- Todos partilhavam as mesmas alegrias, sucessos e até as mesmas angústias.
- A sua forma de viver fazia os sentir como verdadeiros irmãos, porque cada um se preocupava pelo outro.





Doc. nº8 – Ficha de trabalho – terceira aula



Construir uma Escola de Qualidade
Ser uma Escola para a Cidadania

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

EMRC

Ficha de trabalho I - 22 de janeiro de 2018

Nome: _____ Ano: _____ Turma: _____ Nº: _____

1. Completa as seguintes frases:

- a) Somos realmente todos _____, porque Deus é o _____ de todos os seres _____
- b) A morte e ressurreição de Jesus são o gesto maior de _____ e _____
- c) Quatro aspetos caracterizavam a vida dos primeiros cristãos. Quais são?
 - _____
 - _____
 - _____
 - _____

2. Tendo por base a visão cristã da vida, assinala com V (Verdadeiro) ou F (Falso) as seguintes afirmações:

- __ a) Deus é o Pai de todos os seres humanos.
- __ b) Jesus disse aos seus amigos que Deus é Pai.
- __ c) Só somos irmãos dos cristãos.
- __ d) Como somos todos irmãos, fazemos parte da grande família humana.
- __ e) A presença de Deus só é real no espaço das Igrejas.
- __ f) Deus está em cada irmão.

Bom Trabalho
A Professora, Irene Muli



Construir uma Escola de Qualidade
Ser uma Escola para a Cidadania



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

EMRC

Ficha de trabalho I - 22 de janeiro de 2018

Nome: _____ Ano: _____ Turma: _____ Nº: _____

1. Completa as seguintes frases:

- d) Somos realmente todos **irmãos**, porque Deus é o **Pai** de todos os seres **humanos**
- e) A morte e ressurreição de Jesus são o gesto maior de **amor** e **fraternidade**
- f) Quatro aspetos caracterizavam a vida dos primeiros cristãos. Quais são?
 - **Ensino dos Apóstolos**
 - **A união fraterna**
 - **A fração do pão**
 - **As orações**

2. Tendo por base a visão cristã da vida, assinala com V (Verdadeiro) ou F (Falso) as seguintes afirmações:

V a) Deus é o Pai de todos os seres humanos.

V b) Jesus disse aos seus amigos que Deus é Pai.

F c) Só somos irmãos dos cristãos.

V d) Como somos todos irmãos, fazemos parte da grande família humana.

F e) A presença de Deus só é real no espaço das Igrejas.

V f) Deus está em cada irmão.

Bom Trabalho
A Professora, Irene Muli

Doc. nº9 – Ficha informativa da quarta aula

O MAL, FRAGILIDADE E AMEAÇA À FRATERNIDADE

A história da humanidade está repleta de situações que causam sofrimento ao ser humano. Todas estas situações estão relacionadas com o mal.

“Três tipos de mal”



Mal físico- Aquele que deriva da própria condição humana- ex. a doença, a dor, a morte.



Mal moral- Aquele que deriva da ação livre das pessoas- ex. violências, conflitos.



Mal natural: aquele que ocorre como resultado das condições da natureza tais como tempestades, avalanches etc.

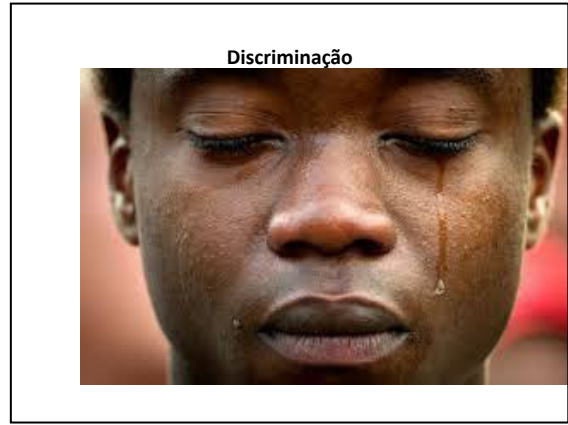
Consequências

- ✓ Sofrimentos
- ✓ Deslocações de pessoas
- ✓ Doenças,
- ✓ Morte
- ✓ Destruição e perda de bens.

A Professora Irene Muli

Doc. nº10 – Imagens do jogo da quarta aula





Doc. nº11 – Cartões para o jogo da quarta aula





Construir uma Escola de Qualidade
Ser uma Escola para a Cidadania

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

EMRC

Ficha de trabalho II - 29 de janeiro de 2017

Nome: _____ Ano: _____ Turma: _____ Nº: _____

Identifique na “Sopa de letras”, atitudes que ameaçam à fraternidade.

E	S	G	K	C	W	N	U	B	S
X	D	T	S	J	T	Y	J	K	M
C	E	G	O	I	S	M	O	D	E
L	T	Q	I	P	Ç	A	V	M	N
U	R	E	J	E	I	Ç	Ã	O	T
S	V	S	B	I	G	K	S	O	I
Ã	W	T	O	G	Ã	H	I	F	R
O	B	U	L	L	Y	I	N	G	A
T	A	Y	C	H	D	F	V	J	I
D	K	R	M	U	Õ	F	E	F	X
H	M	A	E	Ã	V	H	J	G	S
T	I	I	V	E	J	A	A	Õ	E
S	B	V	R	Q	D	F	J	L	V
C	T	A	O	I	G	R	Q	S	H
U	P	A	L	A	V	R	Õ	E	S

Mentira Bullying Inveja Rejeição Egoísmo Exclusão Palavrões

Bom Trabalho

Professora Irene Muli

Construir uma Escola de Qualidade
Ser uma Escola para a Cidadania

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

EMRC

Ficha de trabalho II - 29 de janeiro de 2017

Nome: _____ Ano: _____ Turma: _____ Nº: _____

Identifique na “Sopa de letras”, atitudes que ameaçam à fraternidade.

E	S	G	K	C	W	N	U	B	S
X	D	T	S	J	T	Y	J	K	M
C	E	G	O	I	S	M	O	D	E
L	T	Q	I	P	Ç	A	V	M	N
U	R	E	J	E	I	Ç	Ã	O	T
S	V	S	B	I	G	K	S	O	I
Ã	W	T	O	G	Ã	H	I	F	R
O	B	U	L	L	Y	I	N	G	A
T	A	Y	C	H	D	F	V	J	I
D	K	R	M	U	Õ	F	E	F	X
H	M	A	E	Ã	V	H	J	G	S
T	I	I	V	E	J	A	A	Õ	E
S	B	V	R	Q	D	F	J	L	V
C	T	A	O	I	G	R	Q	S	H
U	P	A	L	A	V	R	Õ	E	S

Mentira Bullying Inveja Rejeição Egoísmo Exclusão Palavrões

Bom Trabalho

Professora Irene Muli

Doc. nº13 – Dinâmica com linha para refletir sobre o perdão (quinta aula)



Doc.nº14 – Vídeo: “Hora do Conto” – História do Perdão (quinta aula)



Doc. nº15 – Trabalho: escrever uma carta a pedir/oferecer perdão (quinta aula)

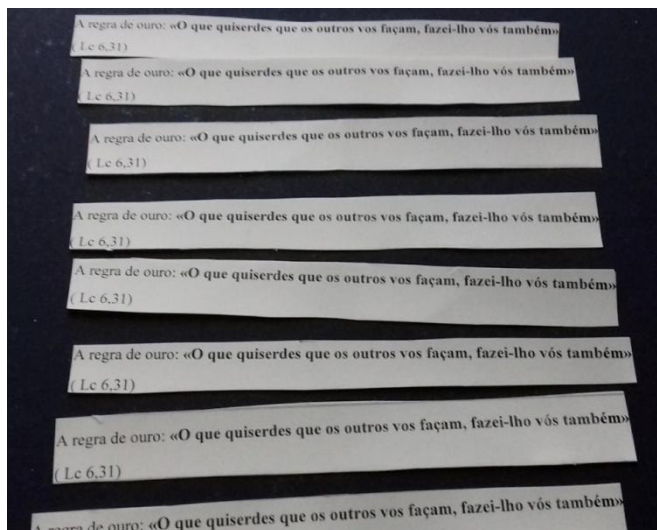


Doc. nº16 – Vídeo: “Felicidade de servir o próximo -caridade” (sexta aula)





Doc. nº17– Cartões com regra de ouro (sexta aula)



Doc. nº 20 - Frases dos rebuçados

- O que nos une é mais do que o que nos separa.
- Somos todos iguais em direito e dignidade.
- Porque somos iguais, todos somos Inteligentes.
- Somos livres e capazes de amar
- Ninguém se basta a si mesmo.
- Em cada um de nós há um bocadinho de todos nós.
- Todos juntos construímos um mundo fraterno.
- Todos somos responsáveis pela natureza
- Fazer mal ao outro é ameaçar à fraternidade.
- É importante praticar o perdão para restabelecer a nossa fraternidade.
- A nossa fraternidade deve estender-se também ao Planeta.
- Não faças aos outros aquilo que não quer que te façam a ti.
- “Um irmão pode não ser um amigo, mas um amigo será sempre um irmão”.
- «A violência destrói o que ela pretende defender: a dignidade da vida, a liberdade do ser humano» (Papa S. João Paulo II).
- Os nossos comportamentos podem ser motivo de felicidade ou de infelicidade.
- Se não aceitarmos o perdão dos outros, não criamos verdadeiras relações de fraternidade.
- O perdão é a arma secreta para vivermos em paz e harmonia com os outros.